



RESPEITE OS MEUS DIREITOS, RESPEITE A MINHA DIGNIDADE

**MÓDULO TRÊS – OS DIREITOS SEXUAIS E
REPRODUTIVOS SÃO DIREITOS HUMANOS**



A Anistia Internacional é um movimento global de mais de 7 milhões de pessoas que se mobilizam para criar um mundo em que os direitos humanos sejam desfrutados por todos e todas. Nossa missão é que todas as pessoas tenham acesso aos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais pertinentes.

Somos independentes de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões, e somos financiados, sobretudo, por nossos membros e por doações privadas.

Publicado originalmente em 2014 por Amnesty International

Amnesty International Ltd
Peter Benenson House
1 Easton Street
Londres WC1X 0DW

© Amnesty International

Index: ACT 35/001/2015

Todos os direitos reservados. Esta publicação possui direitos autorais, mas poderá ser reproduzida por quaisquer meios e sem a cobrança de taxas para fins de ativismo, campanha e ensino, porém, não poderá ser comercializada. Os detentores dos direitos exigem que tais usos sejam registrados junto a seus representantes para que possam avaliar seu impacto. Para reproduções em quaisquer outras circunstâncias, para a reutilização em outras publicações, para a tradução ou a adaptação, uma permissão por escrito deve ser obtida dos editores, possivelmente mediante pagamento. Para solicitar permissão ou para outras informações, contate-nos em: copyright@amnesty.org

Foto de capa: Jovens comemorando o começo da campanha Meu Corpo Meus Direitos, Bruxelas, Bélgica, 2014.

© Amnesty International Belgium Flemish

amnesty.org

AGRADECIMENTOS:

A Anistia Internacional agradece a todas as pessoas que dedicaram seu tempo e conhecimentos no desenvolvimento deste módulo educativo sobre direitos sexuais e reprodutivos.

À equipe de educação em direitos humanos dos escritórios locais da Anistia Internacional que participaram das oficinas de desenvolvimento e planejamento do módulo: Gladys Atiah (Gana), Touria Bouabid (Marrocos), Vongai Vimbai Chikwanda (Zimbábue), Ola Gorecka (Polônia), Charles Nyukuri (Quênia), Maarit Pihkala (Finlândia), Gabriela Sanchez (México), Arnaldo Serna (Peru), Zoe Spriet (Bélgica), Jabu Tugwana (África do Sul), Nick Vanden Broucke (Bélgica), e Romel de Vera (Filipinas).

Membros da equipe da Secretaria Internacional de Educação em Direitos Humanos: Melody Ross, que liderou o processo participativo do desenvolvimento do módulo, incluindo a coordenação das oficinas e a compilação e rascunhos dos materiais finais, com o apoio de Chelsea Ricker (consultora) e das colegas da equipe Andrea Cibotti e Sneh Aurora, que supervisionaram e contribuíram para o processo.

Membros da equipe de trabalho do Secretariado Internacional, que contribuíram para a conceitualização e o desenvolvimento do material: Sarah Atkinson, Iain Byrne, Laura Carter, Sheila Gonçalves, Catherine Murphy, Sarah Pyke, Rada Tzaneva, Jennifer Wright, Christina Zampas e Miguel Martin Zumalacarregui.

O módulo foi editado por Helena Scott e diagramado por Lindsay Warmington, Off Colour Design.

CONTEÚDO

Abreviaturas	vi
Glossário	vii
INTRODUÇÃO	1
Objetivo do módulo	2
Sobre o módulo	2
Campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional	3
Aprendizagem participativa e educação em direitos humanos	4
Como usar as atividades	5
Antes de começar	6
Avalie seu trabalho	7
Crie suas próprias ações	8
1. QUEBRANDO O SILÊNCIO	11
Planejando os debates	12
Avalie suas próprias atitudes e crenças	13
Lidando com as emoções	14
Lidando com os depoimentos	15
Desenvolvendo a confiança	16
Construindo a confiança	17
Criando um espaço seguro	18
Confidencialidade e privacidade	20
Recursos para quebrar o silêncio	21



ATIVIDADE 1.1: Construído espaços seguros - explorando a diversidade e trabalhando juntos.	22
ATIVIDADE 1.2: Construindo acordos comuns: regras básicas	27
ATIVIDADE 1.3: Compartilhando a nossa vida: flores pessoais	30
ATIVIDADE 1.4: Compartilhando os nossos segredos	33
2. ENTENDENDO A CULTURA, O GÊNERO E A SEXUALIDADE	37
Papéis	38
Gênero	40
Sexualidade	41
Cultura e normas sociais	42
Discriminação e desigualdade	44
Desafios para a juventude	45
Quando a identidade e os direitos se cruzam	46
Estigma e controle	48
Assédio, discriminação e violência sexualidade e de gênero	50
Violência baseada na orientação sexual e na identidade de gênero	51
Escolha, autonomia e autodeterminação	53
Fazendo escolhas conscientes	54
Recursos para entender a cultura, o gênero e a sexualidade	55
ATIVIDADE 2.1: Explorando as nossas identidades	58
ATIVIDADE 2.2: Explorando o gênero	60



ATIVIDADE 2.3: Questionando as nossas atitudes sobre o gênero	67
ATIVIDADE 2.4: Poder, status e direitos	70
ATIVIDADE 2.5: Roda de valores	74
3. CONHECENDO E REIVINDICANDO OS DIREITOS	79
O que são os direitos sexuais e reprodutivos?	80
Direitos sexuais e reprodutivos nas leis e normas internacionais	81
Convenções, acordos, declarações e tratados internacionais	82
Documentos regionais	82
Obrigações do governo sobre direitos sexuais e reprodutivos	83
Acesso à informação e à educação sexual	84
Acesso aos serviços de saúde	86
Planejamento familiar	87
Obstáculos que os jovens enfrentam para terem acesso aos serviços de saúde	89
Proteção contra a violência	90
Responsabilização e indenização	93
Relação entre os direitos humanos	94
Recursos para conhecer e reivindicar os direitos	95
ATIVIDADE 3.1: Tornando os direitos sexuais e reprodutivos um assunto pessoal	98
ATIVIDADE 3.2: Conectando os direitos sexuais e reprodutivos aos direitos humanos	103
ATIVIDADE 3.3: O que acontece na nossa comunidade?	111



4. TOMANDO UMA POSIÇÃO SOBRE OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUCTIVOS	115
Os direitos sexuais e reprodutivos afetam a todos	116
O que o governo deve fazer	117
Controle social e direitos sexuais e reprodutivos	118
Defensores dos direitos sexuais e reprodutivos	120
O que os jovens estão fazendo	122
O que você pode fazer	124
Recursos para tomar uma posição	125
ATIVIDADE 4.1: Ativistas com superpoderes	126
ATIVIDADE 4.2: Os Jovens fazendo mudanças	131
ATIVIDADE 4.3: Afastando pedras e obstáculos	135
ATIVIDADE 4.4: Expressando nossas opiniões	139
ATIVIDADE 4.5: Plano de ação para mudanças	142
FORMULÁRIO DE FEEDBACK	149





© Amnesty International

Anistia Internacional Filipinas no lançamento global da campanha Meu Corpo Meus Direitos, junho de 2014.

ABREVIATURAS

CEDAW	Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CDC	Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança
MGF	Mutilação genital feminina
HIV/AIDS	Vírus da imunodeficiência humana/Síndrome da imunodeficiência adquirida
CIPD	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento
ILGA	Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexuais
ONG	Organização não governamental
ACNUDH	Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
DST	Doenças sexualmente transmissíveis
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde



GLOSSÁRIO

Criança/Adolescente/Juventude

A Organização das Nações Unidas (ONU) define a criança como todo ser humano com idade inferior a 18 anos, os adolescentes entre 15 e 19 e os jovens entre 15 e 24 anos. Essas definições são usadas principalmente para fins estatísticos. Os governos podem definir a juventude de maneiras diferentes.

Comunidade

As comunidades podem existir fisicamente, como um grupo de pessoas que compartilham uma localização geográfica, ou podem ser comunidades de pares definidas por crenças, história ou acordos comuns que existam entre um grupo de pessoas, seja presencial ou on-line. As pessoas podem nascer nela, mudar-se para ela, unir-se a ela e/ou escolher ser parte dela. Algumas comunidades têm uma história definida, como as étnicas, as religiosas, aquelas baseadas na língua ou os grupos indígenas, enquanto outras não estão definidas tão claramente.

Discriminação

Discriminação é a negação sistemática dos direitos humanos de certas pessoas ou grupos com base nas suas crenças ou formas de ser.

Mutilação genital feminina (MGF)

A MGF é a remoção de parte ou de todos os órgãos sexuais externos femininos. Em alguns países, essa prática está relacionada com ritos de passagem de meninas ou mulheres jovens. Ela é considerada como uma maneira de controlar a sexualidade das mulheres e das meninas e ainda é praticada em muitos lugares do mundo. A MGF pode trazer sérias consequências de saúde física e mental às meninas e mulheres. Pode resultar em sangramento excessivo, infecção, transmissão de doenças, trauma e dor e, geralmente, causa complicações nas relações sexuais e no parto.

Gênero e sexo

O termo "sexo" refere-se a determinadas diferenças biológicas, enquanto "gênero" se refere às diferenças de papéis e interações sociais. A lista de termos a seguir tem a função de ajudar a entender gênero e sexo:

Sexo biológico: as características físicas, genéticas e cromossômicas que fazem com que uma pessoa seja fisicamente homem, mulher ou intersexo;

Identidade ou expressão de gênero: o sentimento profundo de uma pessoa sobre a própria experiência individual de gênero, que pode ou não corresponder com o sexo designado no nascimento, ou com a maneira esperada de expressar seu gênero. A expressão de gênero inclui a percepção pessoal do corpo (que pode envolver, se escolhida livremente, modificação da aparência física ou funcional no corpo mediante processos médicos, cirúrgicos ou outros meios) e outras expressões de gênero, tais como vestimenta, jeito de falar e ser. A identidade de gênero de alguém pode ser homem, mulher, ou um gênero que não seja nem homem nem mulher; também pode ser mais de um gênero, ou sem gênero;

Normas de gênero: a maneira como se espera que alguém se comporte na sociedade, baseada no sexo real ou fisicamente percebido de uma pessoa, ou se for homem ou mulher. Algumas normas de gênero comuns incluem a expectativa de que as mulheres cuidem mais das crianças e os homens estejam mais encarregados da renda da família. Essa norma condiciona as oportunidades das pessoas e permite que ocorra a discriminação entre homens e mulheres que não se encaixam neste modelo;

Estereótipo de gênero: os estereótipos são pressupostos generalizados feitos sobre a forma como uma pessoa é ou deve ser, baseados em uma característica particular. Os estereótipos de gênero são pressupostos feitos sobre o valor das pessoas, baseados no sexo biológico, orientação sexual ou identidade ou expressão de gênero. Os estereótipos podem ser ou não baseados em fatos e tanto podem ser positivos quanto negativos;

Sexualidade: abrange sexo, identidades e papéis de gênero, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade experimenta-se e expressa-se em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos;

Orientação sexual: refere-se à capacidade de cada pessoa de se sentir emocional e sexualmente atraída e de ter relações íntimas e sexuais com pessoas de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero.



Violência de gênero

A Anistia Internacional define a violência de gênero como aquela que é dirigida a uma pessoa devido ao seu gênero, ao jeito de expressar seu gênero ou sua identidade de gênero. Embora a maioria das violências de gênero sejam contra mulheres pelo fato de serem mulheres, pessoas de outros gêneros também podem sofrer essa violência. Por exemplo: homens que são agredidos porque não se ajustam ao modelo socialmente aprovado de masculinidade, ou violência dirigida contra pessoas transexuais devido à sua identidade de gênero, são também exemplos de violência de gênero. A violência de gênero pode ser praticada por qualquer pessoa e muitas vezes está ligada a desigualdade, estigma e discriminação de gênero.

Defensor dos direitos humanos

A ONU define defensores de direitos humanos como pessoas que atuam individualmente ou com outras para promover e proteger os direitos humanos.

Instrumentos internacionais de direitos humanos

O termo "instrumentos" refere-se a documentos escritos ou acordados entre Estados ou entre corpos regionais ou internacionais para a promoção e proteção dos direitos humanos e dos direitos fundamentais. Eles ajudam a determinar quais as obrigações e responsabilidades que os Estados devem cumprir. Entre eles, encontram-se tratados juridicamente vinculantes, por exemplo: convenções e acordos da ONU e as suas interpretações dos órgãos dos tratados, tais como comentários gerais e outros documentos não vinculantes como declarações (entre elas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos ou DUDH).

Outras normas de direitos humanos podem se apresentar como princípios, diretrizes e regras redigidos por especialistas e organizações intergovernamentais.

LGBTI

Abreviatura de uso corrente para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais. Existem muitas variações dessa abreviatura. A Anistia Internacional usa essa; outras organizações e grupos usam outras, dependendo dos membros e das pessoas com as quais trabalham:

Lésbica: uma mulher que tem atração física, sexual e afetiva principalmente por outras mulheres. Pode referir-se à atração sexual entre mulheres, ao comportamento sexual entre mulheres e à identidade cultural de mulheres que se relacionam com mulheres;

Gay: homens e mulheres que têm atração física, sexual e afetiva principalmente por pessoas do mesmo sexo. Pode referir-se à atração sexual de pessoas do mesmo sexo, ao comportamento sexual de pessoas do mesmo sexo e à identidade cultural de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo. O termo "gay" não é específico de gênero, pode referir-se tanto a homens quanto a mulheres que sentem atração sexual por pessoas do mesmo sexo ou que se sentem identificadas como tais. Contudo, no uso corrente, muitas pessoas referem-se apenas a homens gays quando dizem "gay";

Bissexual: uma pessoa que tem atração por homens e mulheres e/ou faz sexo com ambos. Também pode referir-se a uma identidade cultural;

Transexual: indivíduo cuja identidade e/ou expressão de gênero é diferente das expectativas sociais ligadas ao seu sexo biológico designado no nascimento. Algumas pessoas podem optar por modificar seu corpo e sua genitália para adaptá-los à sua identidade de gênero, seja por meio de cirurgias ou tratamentos hormonais, enquanto outras talvez não o façam. O termo abrange uma ampla variedade de outras identidades, tais como membros de terceiros gêneros e indivíduos que se identificam com mais de um gênero ou não se identificam com nenhum gênero. O termo transexual é muitas vezes abreviado como "trans";

Intersexo: indivíduos cujas características genitais, cromossômicas ou hormonais não se identificam com determinadas categorias-padrão da anatomia reprodutiva ou sexual do "homem" ou da "mulher". A intersexualidade pode tomar diferentes formas e inclui uma ampla variedade de características corporais. Embora seja difícil saber o número de pessoas que nascem com características físicas, genéticas ou cromossômicas que poderiam ser consideradas intersexuais, a Organização Mundial da Saúde avalia que 1 de cada 2 mil crianças aproximadamente nasce com seu corpo visivelmente diferente daquele "típico" do homem ou da mulher. Contudo, nem todos os casos são identificados como de intersexualidade ao nascer nem em outro momento da vida.

Estupro

O estupro é uma forma de violência sexual. A definição de estupro pode variar nas leis nacionais, por exemplo: em alguns países o estupro dentro do matrimônio não é considerado crime. Contudo, as definições nacionais e outras definições compartilham em geral a ideia de que o estupro é um crime no qual, mediante o uso ou ameaça do uso da força ou coerção, a vítima não seja capaz de consentir livremente a penetração, por mais leve que seja, de qualquer parte do corpo, com qualquer parte do corpo ou objeto.

Educação sexual

A educação sexual é um processo que dura toda a vida e ocorre tanto em espaços educativos formais quanto fora deles. Proporciona conhecimentos, habilidades e competência para ajudar as pessoas a tomarem decisões conscientes sobre sua sexualidade. A educação sexual abrange, por exemplo: informação com veracidade científica e não preconceituosa sobre uma ampla variedade de temas relacionados à sexualidade, entre eles, desenvolvimento humano, relacionamentos, tomada de decisões, contracepção e prevenção de doenças. Mais informações sobre educação sexual encontram-se disponíveis no site da ONU sobre Educação sexual integral para Jovens (Youth and Comprehensive Sexuality Education).

Saúde sexual

A saúde sexual é definida pela Organização Mundial da Saúde como um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social no que se refere à sexualidade; não meramente a ausência de doenças, disfunções ou fraqueza. A saúde sexual requer uma aproximação positiva e respeitosa à sexualidade e aos relacionamentos sexuais, assim como a possibilidade de ter experiências sexuais agradáveis e seguras, livres de coerção, discriminação e violência. Para alcançar e manter a saúde sexual, os direitos sexuais de todas as pessoas devem ser respeitados, protegidos e cumpridos.

Serviços de saúde sexual e reprodutiva

Os serviços de saúde sexual e reprodutiva devem atender às necessidades de usuários e usuárias e devem estar disponíveis para todas as pessoas, ser acessíveis, aceitáveis e de alta qualidade. Os serviços devem atender às necessidades específicas de usuários e usuárias, inclusive da juventude. Alguns serviços de saúde sexual e reprodutiva são:

- Assistência ginecológica;
- Todas as formas de contracepção segura e efetiva;

- Aborto seguro e assistência pós-aborto;
- Assistência à saúde materna;
- Prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e a síndrome de imunodeficiência adquirida (Aids), ou HIV/Aids;
- Prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer de mama e do aparelho reprodutor;
- Tratamentos de infertilidade e fertilidade;
- Atendimento para vítimas de violência sexual e de gênero.

Violência sexual

A violência sexual inclui agressões tanto físicas quanto psicológicas dirigidas às características sexuais de uma pessoa. Não se limita apenas à invasão física do corpo de uma pessoa e pode incluir atos sem penetração ou contato físico. A violência sexual abrange crimes como assédio e agressões sexuais, incesto e estupro. Pode ser perpetrada por uma pessoa desconhecida ou conhecida, uma pessoa amiga, um membro da família ou um parceiro íntimo. Todas as formas de violência sexual prejudicam as pessoas e representam violações dos direitos humanos.

Estigma

Um conjunto de crenças ou pressupostos negativos comuns que a sociedade compartilha sobre alguém, alguma coisa ou algum lugar é chamado de estigma. Os estigmas sociais podem estar associados a uma pessoa cuja identidade não se encaixa nas normas sociais dominantes de uma sociedade. Devido ao estigma associado a essas pessoas, elas podem ser discriminadas de diferentes maneiras. Podem ser rotuladas como anormais, imorais, sem dignidade, inferiores, perigosas ou até criminosas. As identidades e os assuntos que são estigmatizados, como a sexualidade ou a identidade de gênero de algumas pessoas, podem converter-se em tabus sociais e temas silenciados nas conversas.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

A DUDH foi adotada pelos governos do mundo em 1948. É um conjunto de padrões que afirmam os direitos à liberdade, à dignidade, ao respeito e à igualdade para todas as pessoas, em todo lugar. Para mais informações sobre a DUDH, consulte a publicação da Anistia Internacional Respeite os meus direitos, respeite a minha dignidade, Módulo 1: Pobreza e direitos humanos... (disponível em inglês, espanhol e francês no site amnesty.org).



¡ESTAMOS CON
USTEDES!



¡Somos
Amnistía Internacional
Argentina

50
AÑOS
AMNISTÍA
INTERNACIONAL

Participante de uma oficina
global sobre direitos sexuais e
reprodutivos em Londres, Reino
Unido, outubro de 2014.

INTRODUÇÃO



OBJETIVO DO MÓDULO

Todos e todas nós temos o direito de tomar decisões sobre a nossa própria saúde, nosso corpo, nossa sexualidade e nossa vida reprodutiva. Temos o direito de fazer isso sem medo de sofrer pressão para fazer alguma coisa contra nossa vontade; de sofrermos discriminação por nossas famílias ou comunidades; de sermos espancados, aprisionados ou até assassinados.

Porém, em todo o mundo, a liberdade das pessoas para tomar essas decisões é controlada precisamente por nossos governos, profissionais da saúde, companheiros, companheiras ou nossas próprias famílias. No fim, muitas pessoas são impedidas de tomar essas decisões.

Muitos dos 1,8 bilhão de jovens do mundo ainda vivem sem ter acesso a seus direitos sexuais e reprodutivos. Quando as pessoas não têm acesso a esses direitos, incluindo informação e educação integral e precisa sobre sua sexualidade e sua saúde sexual e reprodutiva, têm mais possibilidades de sofrer violência sexual, têm mais risco de gravidez não planejada e são mais passíveis a doenças sexualmente transmissíveis (DST), inclusive HIV/Aids. Jovens que não podem tomar decisões sobre seu próprio corpo ou não têm igual acesso à assistência médica sexual e reprodutiva terão menos acesso à educação. Isso pode fazer com que se beneficiem menos das oportunidades econômicas e contribuam menos à sociedade.

Exercer nossos direitos sexuais e reprodutivos depende de que entendamos como funcionam o gênero e a sexualidade junto com as normas culturais que regulam a interação entre as pessoas. A nossa sexualidade e desejo sexual, a nossa capacidade de controlar nossas próprias escolhas reprodutivas e de família e a maneira de expressarmos nossa identidade de gênero podem ser estigmatizadas, restringidas ou severamente controladas.

Os módulos educativos sobre direitos humanos da Anistia Internacional – focados no pensamento crítico e no compromisso social – servem para ajudar a aprender sobre gênero, sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos. Esse módulo foi desenvolvido para ajudar jovens a saberem o que são os direitos sexuais e reprodutivos, a se sentirem capazes de comprometer-se na defesa e reivindicação dos seus direitos e a tomarem decisões sobre seus corpos, suas escolhas e desejos quando se trata de sua sexualidade, gênero e direitos humanos.

SOBRE O MÓDULO

O módulo foi criado especialmente para ser usado por jovens e com jovens ativistas para guiar seus pares através dos caminhos de reflexão, análise crítica e ação individual e coletiva. Isso inclui fornecer a jovens alguns conhecimentos e habilidades para conduzir campanhas, ativismo e defesa dos seus direitos sexuais e reprodutivos.

Este é o terceiro módulo educativo produzido como parte do Pacote de Recursos Educativos "Respeite os meus direitos, respeite a minha dignidade" da Anistia Internacional. Cada módulo explora diferentes questões relacionadas à pobreza e aos direitos humanos. O Módulo 1 é uma introdução geral ao tema e o Módulo 2 explora a questão da moradia como um direito humano. O Módulo 3, sobre direitos sexuais e reprodutivos, ecoa e continua desenvolvendo os temas de direitos humanos universais introduzidos e estudados nos Módulos 1 e 2, explorando a forma como os direitos humanos vivem no nosso corpo e nas nossas decisões.

O Pacote completo de Recursos Educativos "Respeite os meus direitos, respeite a minha dignidade" inclui um Manual de Facilitação, criado para apoiar educadores e educadoras na condução de encontros educacionais de direitos humanos com jovens, incluindo professores e professoras, jovens trabalhadores e lideranças, ativistas comunitários e colegas educadores. Devido ao fato de que o Manual aponta o conhecimento e as habilidades que facilitadores precisam para exercer esse papel, é essencial que o usem junto com cada módulo educativo.



Participantes da reunião da Juventude Ativista da Ásia-Pacífico em Hong Kong em 8 de maio de 2008, debatendo a campanha sobre os Jogos Olímpicos de Pequim.

© Amnesty International

CAMPANHA MEU CORPO MEUS DIREITOS DA ANISTIA INTERNACIONAL

Meu Corpo Meus Direitos é a campanha global da Anistia Internacional pelo fim do controle e da criminalização da sexualidade e da reprodução por parte dos governos e outros agentes. Como os governos estão negociando novos objetivos de desenvolvimento em 2014/15 para a próxima década, a Anistia Internacional está trabalhando para garantir que a proteção desses direitos continue no topo da agenda.

No centro da nossa campanha há jovens como você, porque seus direitos também estão em risco. Muitas vezes, suas vozes são omitidas nesses debates. E as decisões que devem ser suas – sobre seu corpo, sua sexualidade e sua saúde – muitas vezes são tomadas por outras pessoas.

Mas sendo 1,8 bilhão de pessoas, vocês formam parte da maior população de jovens na história – e sua voz é importante.

Junte-se a nós na campanha e dê o primeiro passo para reivindicar seus direitos. Juntos e juntas, podemos:

- **Fazer com que os governos parem de usar leis discriminatórias que punem as pessoas por sua sexualidade e suas escolhas reprodutivas;**
- **Fazer com que outras pessoas parem de controlar as decisões que tomamos sobre nossos corpos e nossas vidas;**
- **Remover os obstáculos que impedem a obtenção de informação e acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, inclusive a contracepção;**
- **Ajudar outras pessoas a reivindicar e exercer seus direitos para que possamos tomar decisões livres e conscientes sobre nossa vida sexual e reprodutiva, sem medo de sofrermos discriminação ou violência;**
- **Mais informações em português disponíveis em anistia.org.br/campanhas/meu-corpo-meus-direitos/ e #MeuCorpoMeusDireitos. Mais informações em outros idiomas estão disponíveis em amnesty.org/mybodymyrights e #MyBodyMyRights.**



© Amnesty International

Mulheres jovens em Marrocos participam do lançamento da campanha global Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional, março de 2014.

Entre em contato com um escritório local da Anistia Internacional e saiba como participar:
<http://bit.ly/Alinyourcountry>

APRENDIZAGEM PARTICIPATIVA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Na Anistia Internacional, a educação em direitos humanos está voltada ao fortalecimento dos indivíduos, às atitudes desafiadoras e transformadoras, aos valores e comportamentos, ao aumento de consciência e ao compromisso e paixão constante pelos direitos humanos.

A educação em direitos humanos não é simplesmente educação sobre e para direitos humanos, é educação através da aprendizagem participativa, baseada em direitos para criar a capacidade de análise e pensamento crítico. Ela respeita tanto os direitos de quem educa quanto de quem se educa

para incentivar a superação de dinâmicas de poder desigual e a promoção de um espaço educativo democrático e respeitoso. O enfoque da educação em direitos humanos e da aprendizagem participativa é especialmente vital para haver envolvimento nas difíceis conversas sobre sexualidade, gênero e direitos nesse módulo. Para mais informações sobre facilitação e aprendizagem participativa baseadas em direitos, consulte a publicação da Anistia Internacional: *Facilitation manual: A guide to using participatory methodologies for human rights education*.



© Amnesty International

COMO USAR AS ATIVIDADES

As atividades neste módulo foram criadas para serem usadas por jovens e com jovens com o objetivo de desenvolver suas habilidades para promover e defender os direitos sexuais e reprodutivos.

As atividades servem de complemento à informação de cada seção. Como facilitador(a) interessado(a) em trabalhar com este módulo com sua comunidade, você pode usar as atividades para planejar os encontros e adaptá-las a cada situação. Embora muitos dos assuntos de direitos sexuais e reprodutivos neste manual sejam relevantes em vários contextos e países, você sempre deve decidir quais temas são mais úteis para jovens de sua comunidade, assim como saber quais assuntos são legais e seguros para debater no seu país.

Em alguns lugares, promover elementos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos pode ser perigoso, inclusive ilegal. Para evitar situações de perigo para você e outras pessoas, é importante saber os riscos que você pode enfrentar na sua sociedade na hora de falar com outras pessoas e entrar em ação.

Com o objetivo de criar um processo de aprendizagem holístico, as atividades do módulo estão apresentadas em ordem. Cada nova atividade se constrói baseada no trabalho feito em encontros prévios e forma parte do processo de aprendizagem integrado. Embora as atividades possam ser separadas e planejadas conforme o cronograma que se ajuste melhor ao grupo, usar as atividades na ordem apresentada oferecerá melhores resultados.

O tempo necessário para cada atividade dependerá da quantidade de participantes, assim como do conhecimento e da experiência prévia deles. Recomendamos um enfoque flexível que permita análises e debates profundos, incluindo todos os passos de cada atividade.

Oficina sobre direitos sexuais e reprodutivos da Conferência da Juventude dos Países Nórdicos. Copenhague, Dinamarca, julho de 2014.



© Amnesty International



© Amnesty International

Encontro regional de formação de multiplicadores e multiplicadoras sobre direitos sexuais reprodutivos com jovens ativistas da América Latina em Buenos Aires, Argentina, 2014.

Estudantes do Lycée Ibou Diallo, Senegal, usando o teatro para mobilizar mais jovens em questões de direitos humanos, como parte do projeto Escolas Amigas dos Direitos Humanos, 2012.



© Amnesty International (photo: Grace Gonzalez)

ANTES DE COMEÇAR

Leia atentamente todas as informações contidas neste módulo. Ele vai fornecer todas as indicações básicas necessárias para realizar os encontros e vai ajudá-lo a entender como as atividades estão conectadas. Também ajudará você a decidir em quais atividades focar. Talvez precise adaptar as atividades considerando o contexto cultural e político local, ou a idade e o número de participantes, sem mudar o objetivo de cada encontro.

Prepare seu espaço para realizar as atividades dos encontros, assim como os materiais e recursos necessários (listados no início de cada atividade).

Planeje como abrir e encerrar cada encontro usando atividades de aquecimento, quebra-gelo e atividades para ganhar confiança (descritas na próxima seção: Quebrando o silêncio). Sempre é bom ter algumas atividades físicas curtas ou energizantes preparadas para aliviar a tensão em encontros difíceis.

Use o "Facilitation manual": A guide to using participatory methodologies for human rights education". Ele contém dicas e informações detalhadas para realizar cada atividade dos encontros, sobre como estabelecer regras básicas para criar um ambiente seguro e de respeito, como moderar grupos eficazmente e algumas ideias específicas de ações para que os jovens possam realizar após cada atividade.

Mulheres, meninas, homens e meninos vão às ruas na Nicarágua no Dia da Descriminalização do Aborto na América Latina e o Caribe, 28 de setembro de 2011.

AVALIE SEU TRABALHO

Avaliar o que você faz é um aspecto importante do processo de aprendizagem. Quando e como fazer uma avaliação vai depender da forma como você usar os módulos educativos e quanto tempo você levar em cada atividade. Talvez não seja conveniente fazer uma extensa avaliação após cada encontro. Todavia, os e as participantes sempre devem ter a oportunidade de expressar seus sentimentos e opiniões em relação ao trabalho feito. Isso pode ser realizado rapidamente após o término de uma atividade, ou com mais detalhes depois da conclusão de várias atividades, por exemplo: após cada seção. Uma avaliação mais completa deve ser realizada depois da conclusão de todo o módulo educativo.

Para mais informações sobre técnicas de avaliação, consulte o "Facilitation manual".

Quando finalizar este módulo, por favor preencha o formulário de avaliação que se encontra ao final desta publicação e envie-o para nós.

Participantes da reunião da Juventude Ativista da Ásia e Pacífico em Hong Kong, 8 de maio de 2008.



© Amnesty International

CRIE SUAS PRÓPRIAS AÇÕES

O término de cada atividade representa uma boa oportunidade para incentivar os jovens a entrarem em ação. Seja criativo e divirta-se. Por exemplo, você pode:

Criar consciência

- Encontre maneiras criativas de compartilhar novas informações e reflexões com os amigos, a família e a comunidade através de debates, arte, comendo e tocando músicas, dançando etc.;
- Desenhe cartazes para criar consciência sobre um assunto em particular;
- Elabore um folheto, escreva um artigo para um jornal local ou outro meio de comunicação, ou vá a um programa de rádio local para quebrar o silêncio sobre alguma questão de direitos sexuais e reprodutivos;
- Organize uma exposição, debate público ou passeata sobre um tema específico e convide os amigos e a família;
- Crie um espaço on-line para compartilhar histórias sobre questões de direitos sexuais e reprodutivos para demonstrar que é um tema global.

Fazer mudanças na sua comunidade

- Faça uma enquete sobre as atitudes relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos na escola ou no bairro e publique os resultados;
- Junte-se ou crie um grupo de jovens para debater sobre direitos sexuais e reprodutivos, uma aliança gay-hétero ou um centro de referência LGBTI;
- Organize eventos em que os jovens possam se juntar com funcionários do governo local ou da escola, com líderes comunitários ou espirituais para expressarem suas preocupações;
- Comece uma campanha contra a discriminação ou expresse suas opiniões sobre abusos de direitos sexuais e reprodutivos na sua comunidade.

Nesta página: Mulheres jovens participam da iniciativa 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres no Parque Calderón em Cuenca, Equador. Novembro de 2008.

Na página ao lado: Jovens participam do lançamento global da campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional na Áustria, em Março de 2014.

Aprender mais

- Pesquise sobre direitos sexuais e reprodutivos na internet ou na biblioteca local;
- Entre em contato com ativistas locais dos direitos sexuais e reprodutivos ou com outros jovens interessados no assunto no mundo através das mídias sociais;
- Junte-se à campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional;
- Procure outras campanhas globais e organize eventos locais ou iniciativas nas mídias sociais para juntar-se a elas. Por exemplo:
 - Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia;
 - CrowdOutAIDS;
 - 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.



© Amnesty International

Inspirar outras pessoas a se envolverem

- Seja um defensor ou uma defensora dos direitos na sua comunidade: defenda outras pessoas quando perceber situações de discriminação ou violência;
- Facilite: use esse módulo e organize encontros com grupos de jovens para construir habilidades e conhecimento;
- Crie ou junte-se a um grupo de discussão on-line em que pessoas de diferentes culturas, contextos e países possam trocar opiniões e experiências sobre direitos sexuais e reprodutivos;
- Comece uma campanha nas mídias sociais para demonstrar como as pessoas da sua comunidade sentem a respeito de seus corpos e seus direitos;
- Crie um blog, uma página de Facebook ou Tumblr para difundir sua própria voz e suas ideias sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Saber o que está acontecendo no mundo e compartilhar o que você faz

- Junte-se à campanha global sobre direitos sexuais e reprodutivos da Anistia Internacional. Mais informações disponíveis em anistia.org.br/campanhas/meucorpomeusdireitos e [#MeuCorpoMeusDireitos](https://twitter.com/MeuCorpoMeusDireitos), e em outros idiomas em amnesty.org/mybodymyrights e [#MyBodyMyRights](https://twitter.com/MyBodyMyRights);
- Visite www.RespectMyRights.org, uma plataforma digital interativa para que a juventude possa criar conteúdos, histórias sobre ativismo e ações solidárias sobre temas relacionados aos direitos humanos (disponível em inglês, francês, espanhol, italiano, polonês e esloveno, até o momento).

Ser voluntário em organizações

- Ofereça trabalho voluntário junto a organizações da sua comunidade que promovam os direitos sexuais e reprodutivos;
- Entre em contato com um escritório local da Anistia Internacional para obter informações sobre outras oportunidades.



© Amnesty International



Imen Derouiche, ex-prisioneira de consciência na Tunísia, fala em um ato público sobre seu país em Liubliana, Eslovênia, julho de 2001.

UM QUEBRANDO O SILÊNCIO



PLANEJANDO OS DEBATES

Os direitos sexuais e reprodutivos são imensamente pessoais e também polêmicos. Para muitas pessoas, a sexualidade e o gênero são espaços de fortes conexões emocionais e crenças enraizadas. O ato de questionar nossos pressupostos pode parecer perigoso e exaustivo, embora também seja emocionante e inspirador. Quem assume a tarefa de facilitar as oficinas precisa planejar a melhor maneira de criar um espaço para que participantes possam ter debates emocionais

e manter o equilíbrio entre as mensagens positivas e negativas. Afinal de contas, falar sobre gênero e sexualidade também pode ser divertido! Uma vez que os e as facilitadoras e participantes quebrem o tabu que faz com que tantas pessoas tenham medo de falar sobre esses assuntos, pode se tornar difícil interromper o debate.



© Amnesty International

AVALIE SUAS PRÓPRIAS ATITUDES E CRENÇAS

O primeiro passo para uma boa facilitação é o autoconhecimento: conhecer as próprias fortalezas, fraquezas, pressupostos e preconceitos. Muitos dos assuntos tratados neste módulo tocam a base de como entendemos o mundo e a nós mesmos. Por isso, é importante ter um tempo para refletir sobre os preconceitos que temos e como nos sentimos.

Algumas vezes temos mais preconceitos sobre o comportamento sexual da juventude do que dos adultos. Que atitude você tem perante a sexualidade e o comportamento sexual de jovens? O que você sabe sobre a sexualidade e o comportamento sexual da juventude? Onde você aprendeu isso?

O passo seguinte é pensar sobre a linguagem. Há algum tema que você ache desconfortável debater? Como você pode aprender mais sobre essas questões? Que termos você usa para falar de sexo, sexualidade, orientação sexual? Algum dos termos que você usa poderia ofender ou afastar alguém que tenha uma experiência de vida diferente da sua? Como você pode adaptar sua linguagem para que seja neutra e imparcial na hora de falar de gênero e sexualidade?

Jovens do Togo participam de oficinas educativas no começo da campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional, junho de 2014.

Participantes da primeira oficina "Expressando opiniões" para o lançamento da campanha Meu Corpo Meus Direitos na Cidade do México, março de 2014.



© Amnesty International

DICAS:

- ✓ Evite a linguagem sexista, por exemplo: pergunte aos participantes sobre seus "relacionamentos afetivos" no lugar de "namorado" ou "namorada", ou "parceiro", "companheira" etc;
- ✓ Evite juízo de valor na linguagem, por exemplo: alguns comportamentos sexuais são mais arriscados, não "errados" ou "ruins";
- ✓ Gosto não se discute: os e as participantes podem não ter as mesmas preferências ou desejos, mas devem ser incentivados a não reagir negativamente ou com desprezo para com os outros;
- ✓ Chame as pessoas pelos nomes e pronomes escolhidos por elas e tente não ter preconceitos sobre as experiências e identidade de gênero dos outros.

LIDANDO COM AS EMOÇÕES

Devido à pessoalidade dos temas em debate e ao estilo de aprendizagem promovido pela educação em direitos humanos, algumas atividades e questões discutidas no módulo podem provocar fortes emoções, tanto positivas quanto negativas, ou lembranças difíceis para os participantes e facilitadores. É importante conhecer e afrontar os próprios medos e emoções, bem como maneiras de lidar com os traumas, a dor e a vulnerabilidade próprios e dos participantes

DICAS:

- ✓ Deixe claro que ser emotivo é normal e que todos nós sentimos e expressamos emoções de diferentes formas;
- ✓ Explique aos e às participantes que, caso queiram ou precisem sair da sala por um momento, podem sentir-se à vontade para fazê-lo. Quando for o caso, um segundo facilitador ou outra participante pode sair e acompanhar a pessoa. Isso permite que ela possa receber os cuidados necessários e o encontro possa continuar;
- ✓ Antes de começar um encontro, pense de que forma você pode criar um espaço para que participantes sintam que têm apoio no momento de expressar suas emoções, em vez de sentirem vergonha ou mal-estar;
- ✓ Reaja de maneira positiva quando as pessoas compartilharem ou expressarem emoções;
- ✓ Use uma linguagem que enfatize a força e a resistência das pessoas para sobreviver a situações difíceis, em vez de uma linguagem que as represente como vítimas;
- ✓ Saiba informar sobre os serviços locais de apoio disponíveis ou onde pedir indicações;
- ✓ Saiba onde achar apoio emocional tanto para você quanto para participantes e quando pedir ajuda.



© Amnesty International

Uma jovem vítima de violência sexual lendo um cartaz sobre violência doméstica no centro onde ela recebe apoio psicológico, Nicarágua, outubro de 2008.

LIDANDO COM OS DEPOIMENTOS

Está internacionalmente reconhecido que uma em cada três mulheres em algum momento será vítima de abuso físico e/ou sexual.

Portanto, como alguns dos debates das atividades incluem questões sobre violência ou agressão sexual e de gênero ou outras violações dos direitos humanos, os jovens, que podem ser menores de idade, talvez compartilhem suas próprias experiências de violência.

Embora os e as participantes não sejam chamados diretamente a compartilhar experiências pessoais de violência, você deve estar a postos caso alguém revele ter sido vítima

de abuso ou crescido em uma família abusiva. Os depoimentos de participantes que não foram chamados diretamente a compartilhar experiências pessoais de violência são normalmente de pessoas que não são mais abusadas. De qualquer modo, tenha delicadeza ao tratar do assunto, já que pode haver jovens no grupo que ainda sejam vítimas de abuso e também é possível que haja abusadores no encontro. Se algum participante revelar que sofreu ou presenciou violência, deve-se seguir os seguintes passos:

DICAS

✓ Respeite a pessoa e não a julgue.

Leve a sério o depoimento e ofereça um espaço de apoio para a pessoa. Não é necessário nem apropriado julgar se é violência ou não o que a pessoa revelou. No momento do depoimento, as palavras amáveis e o apoio de uma pessoa compreensiva e compassiva são fundamentais.

✓ Tenha preparada uma lista de endereços e telefones de pessoas e grupos que possam ajudar.

Alguns aspectos do apoio às vítimas e sobreviventes de violência sexual podem ser providenciados apenas por pessoas ou grupos treinados especificamente nessas áreas. Essas pessoas ou grupos com ampla experiência existem em muitos países.

Se um jovem falar, ele está procurando apoio – o apoio certo. Ter números de telefone e contatos dos serviços adequados é decisivo. Tenha sempre disponível durante as atividades os nomes e telefones ou sites das organizações que podem oferecer apoio ou assistência. Uma boa ideia é deixar esses contatos em um lugar discreto para que participantes possam ter acesso a eles de forma privada, se desejarem.

✓ Não tente aconselhar a pessoa.

Quem facilita metodologia de educação em direitos humanos não está preparado ou preparada para oferecer assistência a pessoas que tenham sofrido violência e nunca deve apresentar-se como tal. Você deve ser explícito(a) a respeito do seu papel de facilitador(a) desde o começo das atividades para que participantes estejam cientes do tipo de apoio que receberão caso decidam fazer algum depoimento. Você é responsável por facilitar os debates sobre direitos sexuais e reprodutivos e por criar um espaço onde seja possível aprender sobre o tema.

Se tiver que lidar com uma situação de depoimento, aceite a experiência da pessoa e procure um momento e um lugar seguro para falar com ela. Explique o que você pode e não pode oferecer e incentive a pessoa a entrar em contato com as organizações que podem oferecer apoio.

✓ Conheça suas responsabilidades legais

Antes de começar com as atividades, é preciso que conheça os requerimentos legais e éticos e os lugares onde a juventude pode procurar apoio. Você não deve sentir medo ou se assustar com as histórias de abuso ou violência que jovens podem vir a compartilhar, mas você precisa saber transmitir quais os limites da confidencialidade e estar preparado(a) para oferecer-lhes informação sobre onde procurar ajuda e apoio.

DESENVOLVENDO A CONFIANÇA

Como facilitador ou facilitadora, você deve pensar na melhor forma de criar um espaço seguro para aprender, que represente os ideais de direitos humanos que estão sendo debatidos. O módulo foi criado para começar uma conversa e reflexão sobre questões de direitos humanos relacionadas ao corpo, à sexualidade e à identidade de gênero dos e das participantes. Você deve se sentir confortável com esses temas e estar comprometido(a) com a criação de um espaço de confiança para quem está participando.

DICAS

✓ Reconheça as relações de poder e debata sobre elas.

Para transformar as relações de poder existentes, primeiro você deve conhecer o seu poder como facilitador ou facilitadora e reconhecer a autoridade que os e as participantes enxergam em você. É preciso estar constantemente ciente da forma como suas atitudes e seu estilo (desde o comportamento, a linguagem corporal, a forma de vestir, onde você se senta, o modo de falar) podem de fato desencorajar alguns participantes. As suas experiências do passado, suas atitudes e valores, sua participação na sociedade, sua educação, sua personalidade e sua visão a respeito de si são todas possíveis fontes de poder. Você e a turma de participantes estão sob a influência de normas, conceitos, estereótipos e práticas culturais predominantes relacionadas ao poder. Sua função de facilitação é dar poder àquelas pessoas com menos poder. Focando-se nos e nas participantes como atores essenciais do processo de aprendizagem, uma boa facilitação ajuda a pôr fim às relações de poder entre educadores e educandos e entre participantes.

A dinâmica de poder também existe entre participantes: pode estar baseada no gênero, na etnia, na popularidade e em outras posições sociais. Participantes que se sentem marginalizados irão se sentir menos confortáveis para participar. Crie um espaço onde todos e todas participantes possam explorar seus pensamentos e emoções sem sentir pressão, onde se sintam confortáveis compartilhando suas ideias sem se importarem com as diferenças. Permita que aconteça um processo conjunto de exploração, compartilhamento e aprendizagem. Isso pode ajudar as pessoas a definirem o que é um espaço seguro, como criá-lo e que estratégias usar para mantê-lo.

É um processo contínuo de reflexão e transformação para garantir que todos e todas participantes tenham oportunidades iguais para se expressar.

Equipe da Anistia Internacional mostra as pulseiras coloridas para serem usadas por ativistas suíços no lançamento da campanha Meu Corpo Meus Direitos, Berna, Suíça, março de 2014.

✓ Pratique o respeito mútuo e a responsabilidade.

Comece com as perguntas: o que é o respeito? O que significa respeito para você? No momento de estabelecer as regras básicas da dinâmica do grupo, assegure-se de que todas as partes tenham as mesmas expectativas sobre a forma de manter um ambiente seguro. Tente demonstrar que o conhecimento e as experiências de cada participante são válidos. Todas as pessoas têm o direito de expressar suas experiências vividas da forma mais confortável possível. Os e as participantes devem praticar a validação e a reafirmação com os outros, assim como o pensamento crítico e os questionamentos.

✓ Garanta diversidade e representação.

Quando estiver planejando a forma de implementar o módulo, assegure-se de que os estudos de caso, atividades e materiais adicionais usados representem sua sociedade, incluindo as pessoas mais marginalizadas e excluídas. Não confie em membros do grupo para representar modos específicos de marginalização ou identidades marginalizadas, crie um espaço para trocar experiências e ideias livres de julgamento e expectativas. Convide ativistas de organizações e comunidades sub-representadas ou que tenham diferentes perspectivas dos temas tratados.

✓ Lidere pelo exemplo.

Exerça o respeito, a humildade e o compartilhamento para permitir a máxima conexão e aprendizagem entre você e os participantes. Lidere através da modelagem do comportamento (e não do controle) necessário em um espaço seguro e confie no grupo para que participantes possam construir confiança e segurança coletivamente.

CONSTRUINDO A CONFIANÇA

A construção da confiança em um grupo não acontece somente por meio de debates, mas também mediante um processo gradual de compartilhar e de conhecimento mútuo. As atividades curtas, energizantes ou quebra-gelo servem não só para manter os encontros dinâmicos, mas também para ajudar os participantes a familiarizarem-se uns com os outros e desenvolverem uma conexão. No planejamento das atividades, assegure-se de deixar um tempo para atividades curtas, para manter a energia dos e das participantes em alta e para desenvolver a confiança.

Exemplo de uma atividade para construir a confiança

Novelo de lã (10 min.): os e as participantes têm que se sentar em um círculo grande. Pergunte ao grupo qual a primeira coisa que lhes vem à cabeça ao ouvirem as palavras "direitos sexuais e reprodutivos". Qual o primeiro pensamento ou ideia sobre essas palavras? Em grupo, participantes fazem um breve toró de palpites. Depois da primeira resposta, o novelo de lã é passado à seguinte pessoa, que segura a ponta do fio. Repita até que todos e todas participantes estejam conectados por meio do fio de lã, formando uma rede segura.



© Amnesty International Switzerland

CRIANDO UM ESPAÇO SEGURO

Criar um espaço seguro para debater sobre gênero e sexualidade exige mais do que apenas um debate inicial sobre confiança, privacidade e confidencialidade. Organize o tempo para realizar exercícios introdutórios e de confiança mediante debates e atividades de aprendizagem e assegure-se de que as e os participantes tenham tempo para se envolver completamente em um tema antes de passar para o seguinte.

Uma advogada de um centro de mulheres dá apoio a "Connie", uma jovem vítima de violência sexual entre os 9 e 14 anos, enquanto ela conta sua história a representantes da Anistia Internacional na Nicarágua, março de 2010.



© Amnesty International (photo: Grace Gonzalez)

DICAS:

✓ **Compartilhando experiências pessoais.**

Naquelas atividades em que participantes são chamados a compartilhar histórias pessoais sobre gênero e discriminação, esteja ciente de que as pessoas podem não se sentir confortáveis na hora de falar e não devem ser forçadas a fazê-lo. Reserve um tempo apropriado para a reflexão nas atividades em que participantes tenham compartilhado histórias pessoais ou caso tenha acontecido algum depoimento.

✓ **Pesquise.**

No planejamento das atividades, informe-se sobre as questões mais frequentes na sua comunidade e os recursos disponíveis para participantes procurarem apoio. A juventude da sua comunidade está em risco de infecção por HIV ou outras DST? Conheça os estabelecimentos "amigáveis" para jovens fazerem o teste. Os abusos e a violência familiar são comuns? Informe-se sobre os recursos legais e assessoria disponíveis para vítimas e mantenha essa informação acessível

✓ **Admita tudo o que você não saiba.**

Você não precisa ter uma resposta para cada pergunta. Diga "não tenho certeza, mas vou pesquisar e lhe respondo". Saiba a quem consultar se precisar de ajuda. Assegure-se de acompanhar o assunto.

✓ **Crie um código de conduta do grupo.**

Comece o encontro definindo um acordo comum sobre as expectativas do grupo em relação a linguagem, ambiente e objetivos. "Linguagem" inclui palavras e termos que o grupo considerar apropriados e inapropriados, qualquer regra sobre termos ou linguagem proibidos e a maneira de dirigir-se aos outros respeitosamente. Em nenhum momento das atividades é permitido usar uma linguagem ofensiva sobre raça, religião, gênero, sexualidade ou qualquer outra condição.



© Amnesty International

Atividade do círculo de confiança, Conferência da Juventude dos Países Nórdicos, Copenhague, julho de 2014.

✓ **Dê atenção à inclusão.**

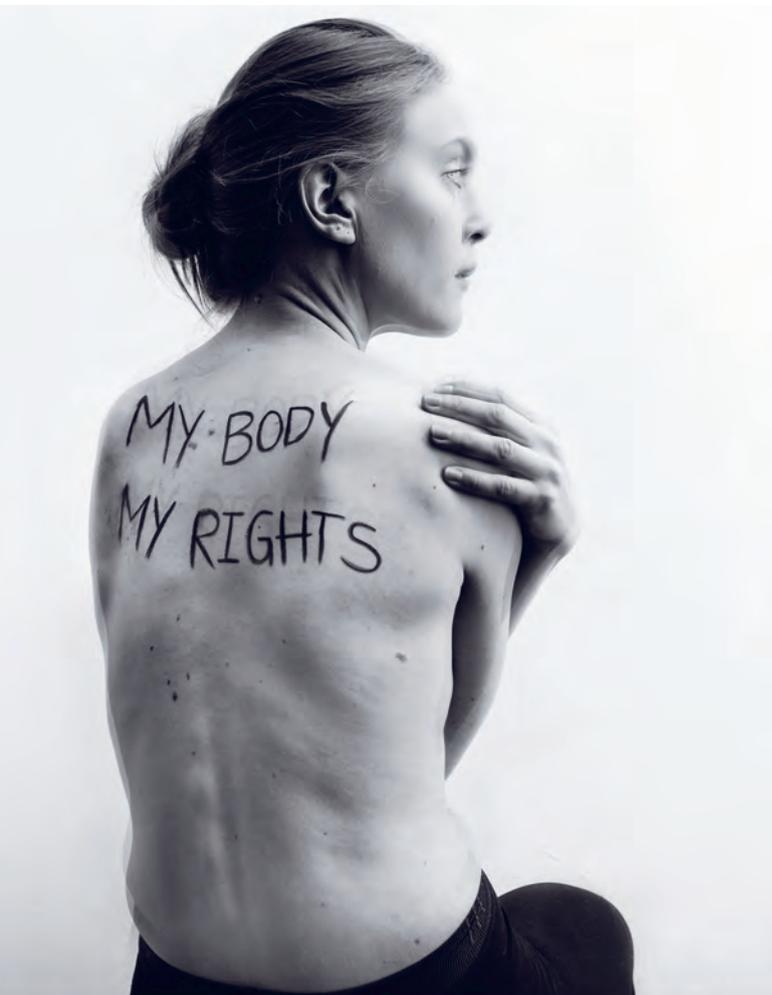
Debata sobre a forma de tratamento mais respeitosa entre as pessoas do grupo e use linguagem inclusiva sobre identidade de gênero e orientação sexual. Isso deve incluir chamar as pessoas pelos nomes e pronomes escolhidos por elas e não ter preconceitos sobre as experiências e identidade das demais. Como facilitador(a), pense em como conseguir neutralidade nas atividades usando termos como "a pessoa com quem você se relaciona" no lugar de "namorado" ou "parceira" e escolher nomes neutros de gênero em atividades que envolvam interpretação de papéis.

CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE

A confidencialidade e a privacidade devem ser consideradas não só durante os encontros, mas também fora do espaço seguro compartilhado. Os e as participantes podem não se sentir completamente envolvidos nos temas tratados no módulo se estiverem preocupados em sofrer bullying, serem excluídos ou ficarem expostos por seus pares após os encontros. É essencial estabelecer consenso no grupo sobre o que fazer com a informação compartilhada durante os debates e as atividades que formam parte deste módulo para criar uma dinâmica de confiança entre participantes

DICAS:

- ✓ Após o grupo definir um acordo comum de confidencialidade e privacidade, pergunte ao grupo de participantes se realmente podem comprometer-se a cumpri-lo;
- ✓ Garanta que não haverá a “obrigação” de falar durante qualquer atividade ou debate. A participação é voluntária;
- ✓ Peça que os participantes reflitam sobre como abrir suas cabeças e não julgar no dia a dia, não apenas nos encontros;
- ✓ Incentive que participantes lembrem-se mutuamente sobre o acordo comum caso observem que alguém o está descumprindo. Debata sobre a maneira de fazê-lo respeitosamente e sem confrontar nem culpar;
- ✓ Incentive participantes a pedirem licença para debater sobre as experiências compartilhadas e darem licença quando a experiência não precise ficar em confidencialidade;
- ✓ Faça o grupo refletir sobre seus próprios riscos, medos e inseguranças;
- ✓ Nas discussões sobre o código de conduta e o espaço seguro, debata sobre os medos do grupo e sobre o que o grupo precisa para sentir-se seguro.



© Ásta Kristjánsdóttir

A atriz Álfrún Örnólfssdóttir é fotografada para uma exposição na Islândia para difundir a campanha global Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional, março de 2014.

RECURSOS PARA QUEBRAR O SILÊNCIO

Quer saber mais?

Anistia Internacional: Facilitation Manual: A Guide to using participatory methodologies for human rights education (Índice ACT 35/020/2011)

<http://amnesty.org/en/library/info/ACT35/020/2011>

Advocates for Youth e Girls Best Friend Foundation, Estados Unidos: Creating a Safe Space for GLBTQ [Gay, Lesbian, Bisexual, Transgender and Questioning] Youth: A Toolkit. .

<http://www.advocatesforyouth.org/component/content/article/608-creating-safe-space-for-glbqtq-youth-a-toolkit>

Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos: Gênero e Diversidade na Escola

http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod_dados=405

Atividade de formação de equipes em uma oficina sobre direitos sexuais e reprodutivos, Londres, Reino Unido, janeiro de 2014.



© Amnesty International



ATIVIDADE 1.1

CONSTRUINDO ESPAÇOS SEGUROS – EXPLORANDO A DIVERSIDADE E TRABALHANDO JUNTOS

OBJETIVOS

- Conhecer participantes individualmente;
- Apresentar o conceito de diversidade e reconhecer a diversidade dentro do grupo;
- Explorar os benefícios e desafios de trabalhar com um grupo de pessoas diferentes.

TEMPO

1 hora

O QUE VOCÊ PRECISA

- Cartelas de bingo sobre diversidade (uma por participante, pode tirar cópias da página xx);
- Alguns doces ou outro prêmio barato (quantidade suficiente para todo o grupo);
- Canetas, marcadores, materiais de desenho;
- Folhas de flip chart.

ESTA ATIVIDADE TEM TRÊS PASSOS

Passo 1: Bingo da diversidade (25 min.);

Passo 2: Grafite (25 min.);

Passo 3: Círculo de encerramento (10 min.).

DICAS DE FACILITAÇÃO

- ✓ Pode ajustar o tempo da atividade segundo o tamanho e as necessidades do grupo;
- ✓ Pode alterar as cartelas de bingo sobre diversidade se for necessário para que sejam mais adequadas ao grupo de trabalho;
- ✓ Assegure-se de incluir quadrados suficientes nas cartelas para poder englobar as diferenças de religião, estrutura familiar, crenças, experiências, educação e gênero junto com algumas diferenças divertidas, tais como hobbies, esportes etc.;
- ✓ Estabeleça um tempo (por exemplo, 15 minutos) para que as pessoas circulem e falem com a maior quantidade de participantes possível e assim possam completar sua cartela. Não importa se não conseguirem completar a cartela;
- ✓ Quando o grupo estiver tentando completar as cartelas, pode tornar-se meio caótico, mas deixe que encontrem uma saída;
- ✓ O grafite pode ser realizado como uma atividade separada se não houver tempo suficiente.

Participantes de uma oficina global sobre o descobrimento dos direitos sexuais e reprodutivos em Londres, Reino Unido, outubro de 2014.



PASSO 1: Bingo da diversidade (25 min.)

Conhecendo os outros (15 min.)

- Reparta as cartelas de bingo sobre diversidade (cópias da página 26), uma para cada participante;
- Explique ao grupo que esta é uma forma divertida de se conhecer;
- Para completar as cartelas, participantes devem circular na sala, falar com os outros e conseguir que coloquem seus nomes no quadrado da cartela com a qual se sintam identificados;
- Explique que cada quadrado da grade deve ser completado por diferentes pessoas;
- A primeira pessoa que consiga completar todos os quadrados da cartela com os nomes dos participantes deve cantar BINGO!

Plenária (10 min.)

- Junte o grupo e peça que alguns voluntários respondam as seguintes perguntas:
 1. Como decidiu qual quadrado assinar na cartela dos outros?
 2. Alguém sentiu que poderia ter colocado seu nome em todos ou quase todos os quadrados?
 3. Quais foram os quadrados mais difíceis de completar?
- Peça que os participantes reflitam sobre:
 1. O que aprenderam de vocês mesmos realizando essa atividade;
 2. O que aprenderam dos outros participantes realizando essa atividade.

Passo alternativo para encerrar: boas-vindas ao grupo

[se quiser finalizar a atividade depois do Bingo da diversidade, pode encerrar com este passo (10 min.)]

- Este exercício pode ser uma boa oportunidade para encerrar o encontro por meio do reconhecimento e da aceitação da diversidade presente na sala. Ajuda as pessoas a se sentirem incluídas e demonstra o respeito às diferenças que existem no grupo;
- O facilitador começa dizendo "Quero dar as boas-vindas na sala a..." e completa a frase com, por exemplo: "pessoas que são de (diga os diferentes lugares/bairros dos participantes dentro da sala)";
- Um de cada vez, cada participante também completará a frase. Outros exemplos podem ser:
 - ▣ "Pessoas que falam inglês, espanhol, chinês";
 - ▣ "Pessoas (diga as diferentes raças ou etnias dos participantes)";
 - ▣ "Pessoas que acreditam nos direitos humanos".



© Amnesty International

PASSO 2: Grafite (25 min.)**Antes de começar este passo**

- Prepare duas folhas de flip chart ("grafite") numa parede ou no chão para que todas as pessoas possam escrever nelas;
- Em uma folha de flip chart escreva "benefícios" e na outra, "desafios". Distribua os marcadores, canetas e materiais de desenho de forma equilibrada entre os dois papéis.

Individual (10 min.)

- Peça que os participantes pensem em:
 1. Quais os benefícios ou vantagens de formar parte de um grupo com diversidade (positivo);
 2. Quais desafios vocês acham que podem enfrentar trabalhando com pessoas diferentes (negativo).
- Peça que participantes pensem em quais são as mensagens que ouvem de outros sobre pessoas que são diferentes deles (tanto positivas quanto negativas);
- Peça que participantes escrevam suas ideias na folha que corresponda: "benefícios" ou "desafios". Avise ao grupo que podem se sentir à vontade para escrever palavras em outras línguas ou fazer desenhos para representar as suas ideias;
- Como facilitador(a) você também deve participar, pois pode ser difícil para algumas pessoas escrever as primeiras palavras em um papel em branco.

Reflexão em grupo (15 min.)

- Dê uns minutos aos participantes depois de terminarem de escrever e desenhar para observarem os dois grafites;
- Quando a maioria tiver terminado de expor suas ideias nas duas folhas de flip chart, primeiro junte o grupo em frente do grafite de "desafios" e depois peça que observem o que está escrito. Peça que os participantes leiam em voz alta o que está escrito no grafite, um de cada vez;
- Faça o mesmo com o grafite de "benefícios";
- Peça que o grupo reflita sobre a experiência. (Se o grupo for muito grande, pode pedir aos participantes que compartilhem suas ideias com a pessoa do lado.)

Algumas perguntas para a reflexão podem ser:

1. Como se sentiram observando/ouvindo os desafios? E os benefícios?
2. Reagiram de forma acentuada a alguma coisa escrita nos grafites?

PASSO 3: Círculo de encerramento (10 min.)

- Para encerrar, peça que os e as participantes digam uma coisa que podem oferecer ao grupo para poder superar os desafios que a diversidade traz e outra coisa que precisam do grupo para sentirem que podem participar ativamente;
- Pode começar dando um exemplo: "Posso oferecer a minha capacidade de escutar, mas preciso que o grupo participe" ou "Posso oferecer a minha criatividade, mas preciso que o grupo respeite as minhas ideias".

Participantes de uma oficina na Cidade do México, exposição dos grafites, março de 2014.



© Amnesty International

MÓDULO 3 – OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS SÃO DIREITOS HUMANOS

RESPEITE OS MEUS DIREITOS, RESPEITE A MINHA DIGNIDADE

Index: ACT 35/001/2015 Janeiro 2015

AMNESTY
INTERNATIONAL



CARTELAS DE BINGO

**ALGUÉM QUE TENHA
UMA FAMÍLIA
GRANDE. .
QUANTOS MEMBROS?**

**ALGUÉM QUE CONHEÇA
A LETRA INTEIRA DE
UMA MÚSICA.

QUAL MÚSICA?**

**ALGUÉM QUE FALE
MAIS DE UMA LÍNGUA.

QUAIS LÍNGUAS?**

**ALGUÉM QUE ESTEJA
EM UM
RELACIONAMENTO.**

**ALGUÉM QUE TENHA
GRANDE PAIXÃO POR
UMA CAUSA.**

**ALGUÉM QUE SEJA DE
UMA RELIGIÃO OU
CRENÇA DIFERENTE DA
MINHA.

QUAL CRENÇA?**

**ALGUÉM QUE
TENHA SE
MUDADO DE UMA
COMUNIDADE A
OUTRA.**

**ALGUÉM QUE SEJA DE
UM GÊNERO
DIFERENTE DO MEU.**

**ALGUÉM QUE POSSA
DIZER O NOME DO
LÍDER ATUAL DO SEU
PAÍS.**

NOME?

**ALGUÉM QUE TENHA
UM AMIGO OU
CONHEÇA ALGUÉM QUE
SEJA LÉSBICA, GAY,
BISSEXUAL,
TRANSEXUAL OU
INTERSEXUAL.**

**ALGUÉM QUE MORE
COM SUA FAMÍLIA
EXTENSA (AVÔS, AVÓS,
TIAS, TIOS ETC.)**

**ALGUÉM QUE GOSTE
DE CRIAR ARTE.**

**QUE TIPO DE ARTE?
(CONTOS, POESIA,
MÚSICA, DESENHO ETC.)**

**ALGUÉM QUE TENHA
FALADO OU SE SINTA
CONFORTÁVEL
FALANDO COM SEUS
PAIS SOBRE SEXO OU
SEXUALIDADE.**

**ALGUÉM QUE
TENHA PARENTES
QUE MOREM EM
OUTRO PAÍS.

QUAL PAÍS?**

**ALGUÉM QUE
TENHA
SUPERADO ALGO
QUE NO PASSADO
CAUSOU MEDO.**

**ALGUÉM QUE
GOSTE DO MESMO
ESPORTE
FAVORITO QUE EU.**

ATIVIDADE 1.2

CONSTRUINDO ACORDOS COMUNS: REGRAS BÁSICAS

OBJETIVOS

- Estabelecer as regras básicas sobre como participantes devem interagir com demais membros do grupo;
- Estabelecer uma dinâmica de respeito e confiança;
- Estabelecer um entendimento comum de confidencialidade e privacidade.

TEMPO

1 hora

O QUE VOCÊ PRECISA

- Folhas de flip chart;
- Papel em branco;
- Canetas, marcadores e materiais de desenho.

ESTA ATIVIDADE TEM TRÊS PASSOS

Passo 1: O que significa respeito para você? (15 min.);

Passo 2: Construindo um acordo comum (30 min.);

Passo 3: Círculo de encerramento (15 min.).

DICAS DE FACILITAÇÃO

- ✓ Pode ajustar o tempo da atividade segundo o tamanho e as necessidades do grupo;
- ✓ Os direitos sexuais e reprodutivos nem sempre são um tema fácil para se falar, pois as pessoas têm diversas opiniões, por isso é importante construir um espaço de respeito para todas e todos os participantes;
- ✓ Para falar sobre direitos sexuais e reprodutivos, jovens devem sentir segurança para compartilhar seus pensamentos, ideias, perguntas e experiências sem se sentirem julgados ou julgadas. É importante ter um acordo comum sobre o que as e os participantes precisam para poder interagir plenamente;
- ✓ Para que participantes se sintam seguros, é importante estabelecer o que cada pessoa precisa de outra para se sentir preparada a se unir ao grupo e compartilhar ideias. Por exemplo: respeitar as diferentes opiniões, entender que não há perguntas tolas, manter a confidencialidade (o que se fala no grupo fica no grupo). Se esses exemplos não forem sugeridos pelo grupo, inclua-os nas regras básicas estabelecidas no grupo;
- ✓ Saliente que a construção de um espaço seguro e de confiança é responsabilidade de todos e todas do grupo, e que devem se sentir à vontade para comunicar ao grupo caso não se sintam seguros ou se as regras básicas não forem respeitadas;
- ✓ Uma vez estabelecidas as regras básicas, exiba-as na sala em um lugar visível para todas as pessoas. Pode se referir a elas durante as atividades para lembrar o que foi combinado e garantir um espaço seguro e de respeito;
- ✓ Essas regras básicas - ou acordo comum - serão usadas para todas as atividades do módulo, devem ficar sempre com você e/ou em um lugar visível para o grupo;
- ✓ É importante, no começo de cada atividade, lembrar ao grupo sobre as regras básicas e que novos integrantes concordem com elas.

PASSO 1: O que significa respeito para você? (15 min.)**Reflexão individual (5 min.)**

- Peça que os participantes pensem em silêncio durante uns minutos sobre o que significa respeito, confiança e segurança para eles e elas. Explique que vocês vão debater sobre o que cada pessoa precisa para sentir-se respeitada e tratar com respeito aos outros;
- Dê um papel em branco a cada participante;
- Peça que escrevam o que cada um(a) precisa de si, de seus pares e da facilitação para se sentir confortável e em segurança no espaço. Pode ser útil sugerir que pensem na atividade anterior (grafite) e reflitam sobre:
 1. Como você se sentiu realizando a atividade;
 2. O que você precisa para sentir-se confortável;
 3. Como você pode contribuir para criar um espaço onde todas as pessoas se sintam à vontade para participar.
- Diga aos participantes que fiquem à vontade para escrever tudo o que considerem necessário para se sentirem seguros e confortáveis para participar neste espaço e incentive-os a serem específicos. Por exemplo: se escreverem "respeito", o que eles precisam dos seus pares para se sentirem respeitados?

Grupos pequenos (10 min.)

- Forme grupos de três participantes;
- Peça que as pessoas compartilhem com o grupo pequeno o que escreveram.

PASSO 2: Construir um acordo comum (30 min.)

- Junte os pequenos grupos;
- Peça que participantes compartilhem o que precisam do grupo;
- Escreva as necessidades em uma folha de flip chart;
- Debata com todo o grupo se estão de acordo;
- Assegure-se de que as questões sobre confidencialidade e privacidade tenham sido mencionadas;
- Uma vez que o grupo tenha um conjunto de regras definidas, peça que alguém voluntariamente as leia em voz alta de novo. Peça que participantes reflitam por um momento se estão dispostos a defender o acordo durante todas as atividades que serão realizadas no módulo;
- Explique que cada participante é responsável por construir um espaço comum onde todas as pessoas possam se sentir respeitadas e seguras e participem com suas próprias ideias e experiências. É responsabilidade de todos e de todas respeitar o acordo comum (regras básicas);
- Pergunte aos participantes o que eles podem fazer para criar um espaço seguro para todos;
- Pergunte aos participantes se estão de acordo levantando a mão, ficando de pé ou algum gesto similar. É importante que os participantes demonstrem visivelmente que concordam;
- Se algum participante não concordar, é importante saber o motivo e debater com o grupo. No fim, é fundamental que todos os membros concordem em defender todas as necessidades do acordo.

PASSO 2: Construir um acordo comum (30 min.)

- Peça que os e as participantes formem um círculo;
- Lembre ao grupo de que temos de respeitar o acordo comum e que somente juntos podemos construir um espaço de respeito onde todos possam participar com suas ideias. Não vai ser sempre fácil e, para alguns, algumas regras serão mais difíceis de cumprir do que para outros. É necessário o apoio de todos os membros para que funcione;
- Cada participante, um após o outro, deve dizer: "prometo respeitar o acordo comum, mas precisarei de ajuda para...". Por exemplo: pode dizer: "para não interromper outras pessoas", "para não me sentir envergonhada de fazer perguntas tolas" etc.;
- Depois de completar a frase, o/a participante estende sua mão à pessoa do lado;
- Repita até todos falarem e estenderem as mãos para formar um círculo.



© Amnesty International

Passos adicionais: construindo um espaço seguro

Se tiver tempo, pode adicionar um dos seguintes passos depois do passo 2.

Desenhar: Como é nosso espaço seguro? (20-30 min.)

- Peça que os participantes desenhem todos juntos uma imagem ou imagens que representem o espaço que estão tentando construir; ele será seguro, participativo e de respeito para todos. Pergunte: como é esse espaço para vocês? Qual o papel de cada participante na criação e conservação desse espaço?
- Peça que os participantes se aproximem em volta do desenho e expliquem o que veem e o que significa para eles.
- Deixe o desenho ao lado do acordo (pode ser usado para outras atividades).
- Pergunte se há alguma coisa faltando no acordo que possam precisar para construir o espaço. Pergunte de quem é a responsabilidade pela construção e conservação do espaço.

Estátua: Como é nosso espaço seguro? (15 min.)

- Parecido com o desenho, mas peça que os participantes criem uma estátua ou forma/representação física do espaço que estão tentando construir (seguro, participativo e de respeito para todos);
- Depois de criar a estátua, incentive os participantes a refletirem sobre o que ela significa e quais os papéis de cada participante.

Crianças participando de oficinas organizadas pelo grupo de Tucumán da Anistia Internacional Argentina, fevereiro de 2006.



ATIVIDADE 1.3

COMPARTILHANDO A NOSSA VIDA: FLORES PESSOAIS

OBJETIVOS

- Fazer com que participantes se apresentem e comecem a compartilhar suas histórias pessoais com o grupo.

TEMPO

30 horas

O QUE VOCÊ PRECISA

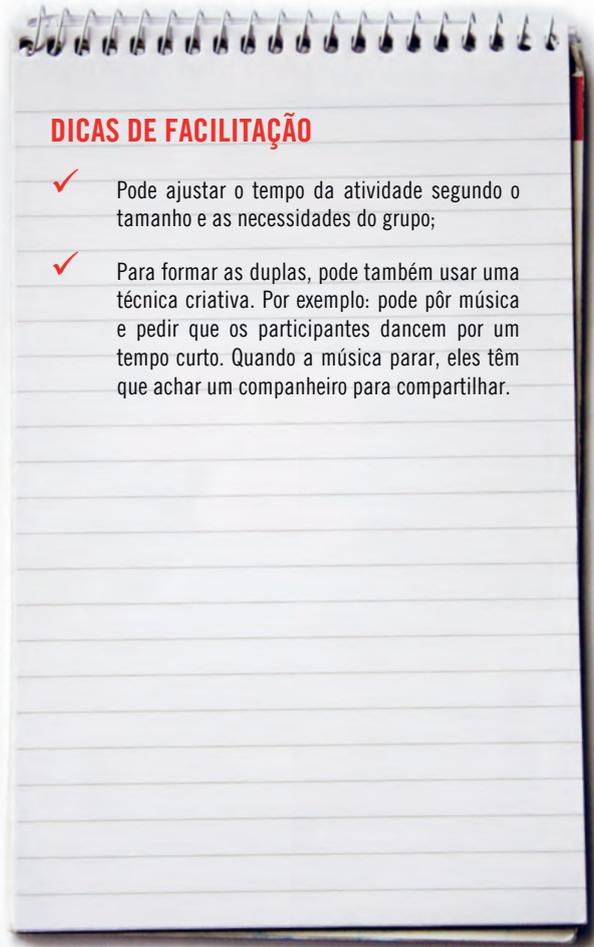
- Uma flor desenhada em uma folha de papel (veja o modelo na página 32) ou reparta uma cópia a cada participante;
- Fita adesiva ou qualquer adesivo;
- Uma parede;
- Canetas, marcadores, materiais de desenho.

ESTA ATIVIDADE TEM TRÊS PASSOS

Passo 1: Flor pessoal (5 min.);

Passo 2: Compartilhar as pétalas (15 min.);

Passo 3: Plenária (10 min.).



© Amnesty International

Jovem ativista em Mali no lançamento da campanha Meu Corpo Meus Direitos, março de 2014.

Exemplo de flores pessoais das oficinas educativas em direitos humanos em Londres, Reino Unido, janeiro de 2014.

PASSO 1: Flor pessoal (5 min.)

- Para cada participante, reparta uma cópia da flor pessoal da página 32 (ou peça que eles desenhem uma flor no papel). Em cada pétala, eles devem escrever as seguintes frases (pode adaptá-las):

- ▣ A minha melhor qualidade é...
- ▣ O que gosto de fazer no tempo livre é...
- ▣ O meu sonho/objetivo é...
- ▣ O que não gosto é...
- ▣ Meu maior medo é...
- ▣ O que melhor faço é...
- ▣ A primeira vez que ouvi falar de sexo foi de... ou sexualidade para mim é...

- Explique que eles têm que completar as frases escritas em cada pétala.

PASSO 2: Compartilhar as pétalas (15 min.)

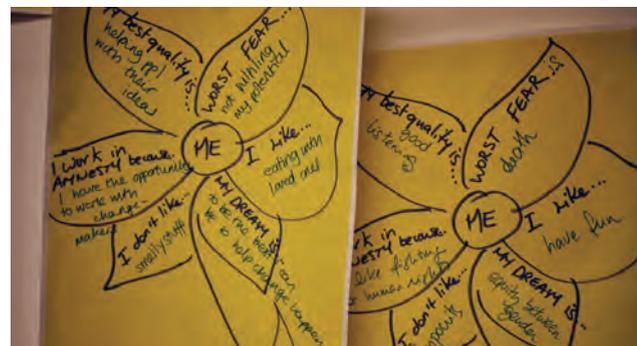
Quando a flor estiver completa, peça que os participantes formem duplas e compartilhem o que escreveram em uma pétala com seu colega. Dê alguns minutos. Depois peça que procurem outro companheiro e compartilhem outra pétala;

- Os participantes podem escolher qual pétala compartilhar, mas devem compartilhar uma diferente com cada colega;
- Se preferir, pode fazê-lo de forma mais estruturada convidando os participantes a compartilharem pétalas específicas e não deixar que escolham. Por exemplo:
 - ▣ Primeira pessoa: o que mais gosto é...
 - ▣ Segunda pessoa: o que gosto de fazer no tempo livre é...

- ▣ Terceira pessoa: meu maior medo é...
- ▣ Quarta pessoa: a primeira vez que ouvi falar de sexo foi de...
- É importante dar tempo suficiente para que cada participante possa compartilhar antes de pedir que procurem outro companheiro.

PASSO 3: Círculo de encerramento (10 min.)

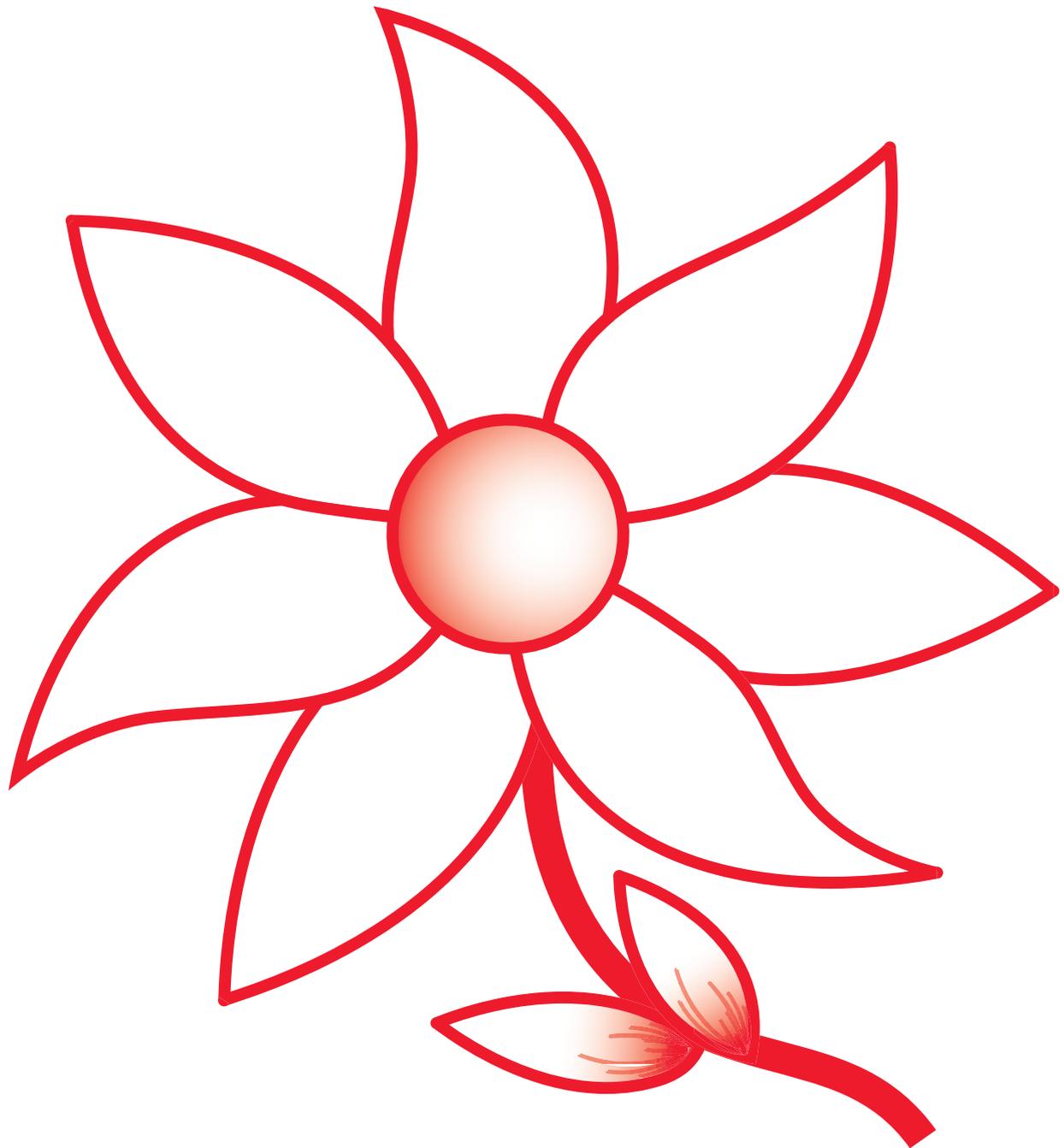
- Depois de compartilhar em duplas, junte o grupo de novo.
- Peça que o grupo pense se foi fácil ou não compartilhar detalhes sobre si. O que acharam fácil de compartilhar, o que acharam mais difícil?
- Explique que durante as atividades é importante compartilhar as experiências e ideias pessoais. Às vezes, pode não ser fácil, por isso, é preciso escutar com respeito.
- Para encerrar, forme um círculo.
- Peça que os participantes compartilhem com o grupo o seu nome e qualquer uma das frases das pétalas.
- Após todas as pessoas no círculo terem falado seus nomes e compartilhado a frase, peça a quem queira que coloque sua flor na parede.



© Amnesty International

ATIVIDADE DAS FLORES PESSOAIS

Tire uma cópia (ou desenhe) e reparta com cada pessoa do grupo.



ATIVIDADE 1.4

COMPARTILHANDO OS NOSSOS SEGREDOS

OBJETIVOS

- Fazer com que participantes reflitam sobre a importância de confiar nas outras pessoas e respeitar a confiança que os outros depositam neles;
- Ajudar participantes a construírem a confiança entre si.

TEMPO

30 horas

O QUE VOCÊ PRECISA

- Meia folha de papel para cada participante;
- Canetas.

ESTA ATIVIDADE TEM TRÊS PASSOS

Passo 1: Escrever meu segredo (5 min.);

Passo 2: Compartilhar e guardar um segredo (10 min.);

Passo 3: Refletir juntos (15 min.).

DICAS DE FACILITAÇÃO

- ✓ Pode ajustar o tempo da atividade segundo o tamanho e as necessidades do grupo;
- ✓ Esta atividade é importante para construir a confiança e refletir sobre a confidencialidade necessária para guardar os segredos ou experiências pessoais de alguém. É fundamental reconhecer que não é fácil confiar nas pessoas e até pode ser assustador, mas, se começarmos a confiar, estaremos contribuindo para criar um espaço de confiança;
- ✓ Explique ao grupo que, como parte do trabalho do módulo, muitas das atividades requerem que reflitam e construam sobre suas próprias experiências. Portanto, é essencial que aprendamos a valorizar as experiências (segredos) dos outros e a respeitá-las, assim como saber que as nossas experiências (segredos) serão valorizadas e respeitadas por outros membros do grupo;
- ✓ Destaque que os participantes devem confiar uns nos outros e não revelar os segredos dos outros;
- ✓ Lembre os participantes do acordo comum.

© Amnesty International. (photo: Grace Gonzalez)



Uma vítima de estupro de 13 anos desenha seus desejos para o futuro, Nicarágua, março de 2010. Seus desejos estão representados por uma árvore que indica seu passado, presente e futuro.



PASSO 1: Escrever meu segredo (5 min.)

Trabalho individual

- Peça que os participantes se sentem em círculo;
- Dê meia folha de papel a cada participante;
- Peça que todos escrevam um segredo no papel e em seguida o dobrem para que ninguém possa vê-lo.



© Amnesty International Morocco

A Anistia Internacional Marrocos organizou uma oficina de treinamento sobre direitos sexuais e reprodutivos em parceria com o UNFPA para educadores de pares, maio de 2014.

PASSO 2: Compartilhar e guardar um segredo (10 min.)

Grupos pequenos

- Peça que entreguem seus papéis à pessoa sentada à direita. Explique que ninguém pode abrir o papel que recebeu neste estágio. Todos entregam um e recebem outro. (Pode ser que haja certo nervosismo entre o grupo.);
- Peça que os participantes procurem outra pessoa no grupo. Em duplas, peça que reflitam sobre:
 1. Como você se sente sabendo que outra pessoa tem seu segredo;
 2. Como você se sente tendo o segredo de outra pessoa.
- Depois da reflexão, peça que os participantes voltem ao círculo com o segredo da outra pessoa nas mãos, ainda sem abrir.

Assegure-se de que ninguém abrirá o papel. Se vir uma pessoa abrindo, detenha-a imediatamente e aproveite a oportunidade para refletir e aprender. Pergunte por que está abrindo o papel quando foi solicitado para não abrir. Pergunte à pessoa cujo segredo está nesse papel como se sente nesse momento. É uma oportunidade para refletir sobre a dificuldade de guardar um segredo e de como se sente confiar em uma pessoa e manter essa confiança;

- Peça que alguns participantes compartilhem com o grupo inteiro o que pensaram na reflexão pessoal (e não sobre o que a outra pessoa falou).

PASSO 3: Refletindo conjuntamente (15 min.)

Plenária

- Peça que participantes devolvam os papéis a seus donos e donas (ainda sem abrir);
- Quando todo mundo estiver com seu próprio papel de volta, indique que podem rasgá-lo ou conservá-lo se quiserem. Nesse momento as pessoas geralmente se sentem aliviadas;
- Peça que os participantes reflitam com o grupo:
 1. Como você se sente agora?
 2. Como você se sentiu durante a atividade?
- Reflita com o grupo sobre o que tudo isso tem a ver com a confiança e o que precisamos para poder confiar em alguém. Reflita sobre a importância de manter a confiança dos outros;
- Explique que, durante as atividades que serão desenvolvidas para falar e aprender sobre direitos sexuais e reprodutivos, precisaremos confiar nos outros e respeitar a confiança que recebemos.



© Amnesty International

Participantes de uma oficina global sobre a exploração dos direitos sexuais e reprodutivos em Londres, Reino Unido, outubro de 2014.



Ativistas da Nova Zelândia participam
da Parada Gay em Auckland, Nova
Zelândia, fevereiro de 2014.

DOIS
ENTENDENDO A
CULTURA, O GÊNERO
E A SEXUALIDADE



PAPÉIS

"Percebi que estamos constantemente sendo analisados em função de se fazemos coisas de 'menina' ou de 'menino'. Partindo dessa premissa, eles, essas pessoas 'qualificadas', decidem nosso gênero. Eles decidem o que você pode fazer com seu corpo, como você deve viver sua vida e como a sociedade vai reconhecer seu gênero no futuro."
(Judas, homem transexual de 20 anos, Finlândia)

Sentimo-nos pressionados todos os dias. Sentimos pressão sobre nossa aparência, nossa forma de vestir e expressar, a aparência do nosso corpo: toda essa pressão pode ajudar, mas também pode restringir a forma como entendemos a nós mesmos, nosso corpo, nosso gênero e nossa sexualidade. Carregamos um conjunto de crenças, valores, preconceitos, pressões sociais, religião, expectativas familiares e padrões da comunidade. Todos esses elementos compõem as normas culturais com as quais vivemos, ou as expectativas que nossa sociedade tem de como somos e seremos.

A forma como você sente seu gênero e sua sexualidade é uma parte importante do que constitui a sua identidade individual. Pense por um instante de onde vem sua identidade de gênero. O nosso sexo biológico é apenas uma parte do que constrói e contribui para a nossa identidade de gênero. O que entendemos por ser "um homem" e ser "uma mulher" está influenciado por nossa sociedade e cultura. A forma esperada de atuar dos homens e das mulheres, ou o papel que cada gênero tem, são aprendidos da família, de histórias e imagens da mídia com as quais crescemos, e podem variar nas diferentes culturas. Os papéis de gênero

também são influenciados pela idade, classe, raça, etnia e religião, assim como pelo âmbito geográfico, econômico, social e político. Além do mais, os papéis de gênero mudam com o tempo à medida que as culturas desenvolvem novas histórias e expectativas.

Os papéis de gênero são construídos sobre estereótipos: os pressupostos que fazemos sobre as pessoas, baseados em uma característica, como o sexo biológico. Os estereótipos de gênero têm uma função muito importante na forma como aprendemos a nos expressar e nas opções disponíveis socialmente para nós. As culturas variam, porém alguns exemplos de estereótipos de gênero comuns são:

- Os homens estão mais interessados no sexo do que as mulheres e é mais provável que eles traiam suas parceiras;
- Todas as mulheres querem se casar e ter filhos;
- O interesse romântico e sexual de uma mulher depende dos presentes que ela receba;
- Os homens que não estão interessados nos esportes são gays.

Cartaz para desafiar os estereótipos das meninas. Carol Rossetti. Imagem cortesia de Carol Rossetti e usada com autorização.



BABI TEM SETE ANOS. SEUS PAIS
ACHARAM ESTRANHO QUANDO ELA ESCOLHEU
FAZER KARATÊ AO INVÉS DE BALLET.



BABI,
AS CONVENÇÕES CULTURAIS DE GÊNERO
NÃO DEVEM LIMITAR SUA IDENTIDADE.
VOCÊ PODE FAZER O QUE QUISER!

Carol Rossetti

GÊNERO



Na realidade, existem quase infinitas formas para as pessoas expressarem seu gênero. As culturas estabeleceram expectativas ou expressões sociais de masculinidade e feminilidade para criar uma distinção social entre sexos. Essas expectativas de ser masculino ou feminino podem ou não corresponder ao que nós sentimos.

Você tem o direito de se expressar do jeito que quiser, independentemente de se sua identidade de gênero e da forma como você se sente mais natural corresponderem ou não ao que sua cultura espera de você.

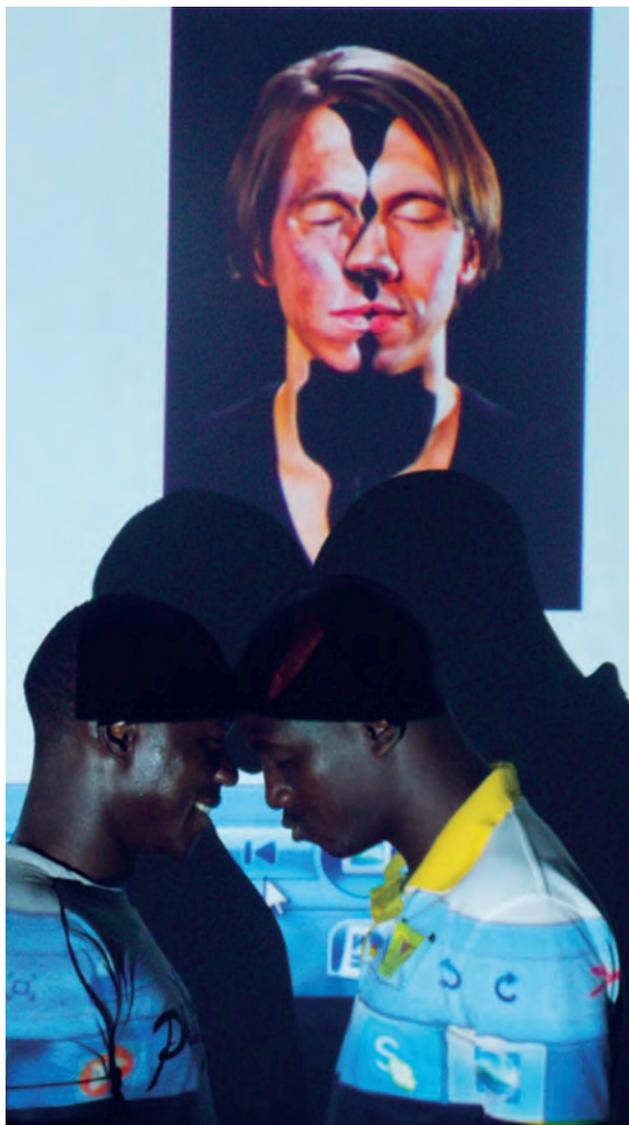


SEXUALIDADE

O gênero se complica ainda mais quando passamos a falar sobre sexualidade. Na maioria das culturas, espera-se que as pessoas masculinas se sintam atraídas sexualmente às pessoas femininas e vice-versa. Na verdade, a sexualidade é mais do que se sentir atraído por alguém: ela abrange sexo, identidade e expressão de gênero e/ou desejos, preferências e comportamentos sexuais.

A nossa sexualidade também inclui prazer, romance e intimidade e tem consequências de longo alcance sobre nosso bem-estar emocional, físico e mental e sobre a satisfação com nosso corpo, vida e escolhas. As escolhas que fazemos (e as que são apoiadas) também têm efeitos de longo alcance sobre nossa capacidade de ganhar a vida, de manter nossa saúde e bem-estar mental e, às vezes, pode ser uma questão de vida ou morte. Em todo o mundo, as pessoas têm que lutar para ter acesso a seus direitos relacionados a sexualidade, reprodução e gênero. A sexualidade, incluindo identidade e expressão de gênero, é uma parte vital que guia e modela nossa forma de ser e de interagir com outras pessoas na sociedade.

Uma das razões pela qual podemos nos sentir isolados ou perturbados sobre nossa sexualidade deve-se ao fato de que muitas vezes falar abertamente sobre sexualidade, desejo e identidade sexual é tabu na sociedade, em especial quando nossa sexualidade não se encaixa na ideia cultural do que é "normal". Apesar das muitas maneiras como a sexualidade e o gênero são visíveis na cultura por meio de histórias, mídia, expectativas e pressupostos comuns, às vezes precisamos de coragem para falar sobre nossa sexualidade e sentimentos sexuais.



Participantes da oficina educativa no Togo para o lançamento da campanha **Meu Corpo Meus Direitos** da Anistia Internacional, junho de 2014.

© Amnesty International

CULTURA E NORMAS SOCIAIS

A cultura e as normas sociais são fundamentais para a forma como as sociedades constroem e reprimem a identidade sexual e de gênero das pessoas. As culturas estão compostas de valores e crenças comuns, e as normas culturais são um conjunto de crenças sobre o que é considerado "normal" ou certo para essa sociedade. Muitas pessoas constroem pressupostos sobre tradições e normas culturais dizendo que são "da forma como tudo sempre foi" sem questionar como a cultura ou sociedade criou essa norma particular. Todavia, as culturas evoluem, mudam e crescem com o tempo para adaptarem-se à comunidade, que também muda, adotando novas influências e incorporando-as às histórias que as pessoas usam para entenderem a si mesmas e aos outros.

Uma variedade de coisas contribui à cultura, inclusive a língua, a família, a arte, a música, a mídia, a história e a religião...



© Amnesty International Belgium

A religião muitas vezes tem uma influência especialmente forte na cultura e nas crenças e valores das pessoas. As instituições religiosas podem influenciar politicamente sobre a adoção de leis e políticas que regulam a sexualidade e a reprodução. A religião tem seus próprios sistemas de ler e entender o mundo, que podem complementar ou contradizer a cultura de uma comunidade ou nação em particular e podem apoiar os princípios e padrões de direitos humanos ou se opor a eles. A religião particularmente exerce uma influência muito forte nos valores das pessoas: valores como o amor, a compaixão, a compreensão e a caridade são temas comuns em quase todas as religiões e culturas.

Normas culturais relacionadas a quando e como ter relações sexuais, ao papel que os homens e as mulheres devem ter na sociedade e a como as famílias devem se formar estão fortemente influenciadas pela religião e a história, entre outras coisas. Imagens da mídia, arte e música frequentemente criam estereótipos de gênero e alimentam as expectativas sobre a forma como uma pessoa deve se comportar, inclusive sexualmente. Pense nas histórias contadas durante sua infância: como se comportavam os homens e as mulheres habitualmente? Havia formas de ser homem ou de ser mulher que eram consideradas "certas" ou "boas" e outras que não? Essas histórias ajudam a estabelecer um padrão de como devemos nos comportar.

"A principal obrigação de uma mulher é dar à luz crianças saudáveis e criá-las como pessoas normais; assim, não haverá violência na família e teremos uma vida boa."

(Vice-governador do Khukumat local, Tajiquistão)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) reconhece o direito de todas as pessoas a acharem uma família escolhida por elas. Contudo, as pessoas frequentemente sofrem uma forte pressão social em relação a suas escolhas reprodutivas e familiares, sem importar o gênero ou sexo. As normas sociais muitas vezes estabelecem a idade com a qual as pessoas devem se casar, quando e

Estudantes e professores criaram uma apresentação, músicas e danças sobre a questão dos direitos sexuais e reprodutivos, Bélgica, 2013.

quantos filhos devem ter e exercem pressão considerável sobre os jovens que vão contra essas expectativas.

A cultura e as normas sociais também determinam padrões de beleza – dentro da comunidade e entre grupos sociais – e pressionam a juventude, sem importar o gênero, a modificar ou alterar seus corpos. A maneira de se vestir e de usar o cabelo, se você usa e como usa maquiagem, as roupas e cores consideradas masculinas e femininas, tudo isso contribui para a forma como as culturas separam e definem os gêneros.

Os hábitos que assinalam as pessoas pertencentes a uma tribo ou grupo particular, como tatuagens, escarificação e circuncisão masculina, também são muitas vezes associados à passagem da infância à maturidade. Essas práticas, frequentemente feitas sem dar importância à livre escolha do ou da jovem, formam parte de como as normas culturais são expressadas no corpo da juventude. Algumas pessoas sofrem rituais dolorosos e modificações do corpo para satisfazer os padrões de sua sociedade, e quase todas as pessoas sentem algum tipo de pressão sobre certa forma de vestir, atuar e ser para se encaixar.

As pressões sociais também afetam nosso modo de nos comportar e interagir com outros na nossa comunidade, desde a forma de falar sobre sexo e sexualidade até as amizades que fazemos, com quem somos vistos e nossas escolhas de possíveis parceiros sexuais e românticos. Muitas pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI) sofrem uma forte pressão social para manterem sua orientação sexual ou identidade ou expressão de gênero escondida ou para tentarem mudar e se encaixar melhor na sociedade. Muitas culturas colocam expectativas nos jovens para que se encaixem em uma expressão de gênero e sexualidade considerada "normal". Jovens que expressam suas opiniões, questionam ou defendem suas próprias expressões e identidade, ou as dos outros podem ser afastados, estigmatizados ou sofrer violência.

Tira de quadrinhos para mostrar que os homens e os meninos também enfrentam sexismo, pelo artista Rasenth, 2014.



Used with permission from <http://rasenth.flavors.me/>



DISCRIMINAÇÃO E DESIGUALDADE

A discriminação é a negação sistemática dos direitos humanos de certas pessoas ou grupos com base nas suas crenças ou pela forma de ser. Uma forma muito comum de discriminação é aquela baseada no gênero e na ideia de que um gênero ou o jeito de expressar o gênero é melhor do que outro.

Devido ao fato de que os papéis de gênero estão principalmente definidos pela cultura, eles podem variar nas diferentes comunidades, porém existem tendências globais na forma como as sociedades e culturas veem e tratam as pessoas de modo diferente baseados no gênero ou sexo. Notavelmente, muitas culturas discriminam as mulheres e meninas, baseadas no falso pressuposto de que as mulheres são inferiores aos homens. Isso tem como resultado um menor acesso à educação, saúde e oportunidades econômicas comparado aos seus amigos, familiares e pares homens.

"O meu sogro come primeiro. Em seguida todos os outros homens da família e depois as mulheres por último." (Mulher de 24 anos de Nepal)

No plano individual, essa atitude contribui para que as mulheres, meninas e aqueles que não se encaixam nas normas de gênero vivam com maior risco de sofrer violência, discriminação e assédio. Nas famílias, a preferência aos homens sobre as mulheres significa que as meninas e as mulheres têm menor acesso à comida, espera-se que façam as tarefas domésticas e até podem não ter acesso à educação. Em um plano social mais amplo, a desvalorização da mulher significa que os governos não vão priorizar investimentos no desenvolvimento, educação e saúde delas.

A Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), um tratado internacional juridicamente vinculativo, exige dos Estados "modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas consuetudinárias, e de qualquer outra índole que estejam baseados na ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres".



© Amnesty International/Aniss Mezoued



© Amnesty International

Por volta de 300 jovens da Anistia Internacional e grupos de escolas da Oxfam reunidos em Louvain-la-Neuve, Bélgica, fevereiro de 2013. O dia foi dedicado à igualdade entre homens e mulheres e aos direitos das mulheres.

Mulheres de Madhesi, nomes desconhecidos, que participaram dos debates de grupo sobre discriminação de gênero no distrito de Kailali, Nepal, maio de 2014.

DESAFIOS PARA A JUVENTUDE

O momento da vida entre os 15 e 24 anos geralmente é de descobrimentos, experimentação e aprendizagem, caracterizado por menos aversão aos riscos e mais questionamentos. Os direitos de todos e todas as jovens estão protegidos pelo conceito da evolução das capacidades, ou pela ideia de que à medida que crescemos estamos autorizados a ter maior autonomia e controle sobre nossa própria vida.

O princípio da evolução das capacidades permite que todas as pessoas cresçam e amadureçam no seu próprio ritmo, colocando a responsabilidade nos pais, tutores, educadores e profissionais de saúde de garantir um espaço seguro e necessário para que os jovens possam tomar suas próprias decisões sobre seus direitos. Adultos, pais e tutores são responsáveis por garantir que os direitos das crianças e dos jovens sejam respeitados, protegidos e cumpridos, levando em consideração sua capacidade de reivindicar e de fazer valer seus próprios direitos.

A discriminação, as expectativas sociais e os estigmas baseados na idade também têm importantes efeitos na nossa capacidade de ter acesso e desfrutar dos direitos humanos. Segundo a ONU, os jovens são o grosso da população mundial: mais de 40% menores de 25 anos, dos quais 85% moram em países em desenvolvimento.

Essa geração de jovens mais numerosa da história tem oportunidades únicas: como grupo, estão conectados tecnologicamente e globalmente melhor do que qualquer outra geração, estão liderando movimentos sociais e exigindo cada vez mais o reconhecimento do seu valor de desenvolvimento e progresso social. Contudo, a juventude também enfrenta desvantagens: existe uma excessiva ocorrência de HIV/Aids e, muitas vezes, são privados do acesso a serviços, informações e educação pela idade e por outros motivos discriminatórios. Nem todos os jovens têm a mesma autoridade que as gerações mais velhas da sua sociedade têm para tomar decisões e nem a capacidade de controlar seu próprio corpo e escolhas.

Muitas culturas criam uma hierarquia em que as pessoas mais velhas têm mais privilégios em virtude de sua idade. Jovens são geralmente vistos como incompetentes, não confiáveis ou irresponsáveis comparados com os adultos e são privados de opinar sobre a tomada de decisões de questões que os afetam.

Os jovens encontram-se em uma posição difícil entre achar o espaço para descobrir em quem estão se convertendo e quem querem ser e serem reconhecidos pelo que eles são agora. É natural da juventude questionar as normas sociais e culturais que definem o gênero e a sexualidade. Isso permite que jovens redefinam essas normas e estereótipos de tal forma que faça sentido para a sua geração. Esse processo natural de questionar e redefinir forma parte do crescimento e mudança da sociedade com o tempo e permite a evolução cultural constante.



© Amnesty International

Jovens no Togo apoiam a campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional com oficinas de desenho, junho de 2014.

QUANDO A IDENTIDADE E OS DIREITOS SE CRUZAM

Os direitos humanos são um conjunto de garantias ou direitos básicos que começam com o direito à vida. Ninguém tem que ganhar ou merecer os direitos humanos. Os direitos são inatos de todos os seres humanos, isso quer dizer que nenhum ser humano em qualquer parte do mundo jamais pode ser privado dos seus direitos, em nenhum momento, por nenhuma razão. Os direitos humanos são indivisíveis e interdependentes, ou seja, são todos igualmente importantes, e o exercício de um direito depende do exercício de todos os demais direitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi adotada em 1948 como consequência da Segunda Guerra Mundial, visando à dignidade dos seres humanos e a um mundo que reconheça os direitos de todos. A DUDH estabeleceu direitos econômicos, sociais e culturais junto a direitos civis e políticos que incluem o direito de todas as pessoas à vida, à

liberdade de expressão, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à previdência social. Ela enfatiza o trabalho de muitas organizações de direitos humanos, inclusive o da Anistia Internacional. Para mais informações sobre diferentes tipos de direitos humanos, consulte a publicação da Anistia Internacional "Respeite os meus direitos, respeite a minha dignidade, Módulo 1: Pobreza e direitos humanos" (ACT 35/021/2011).

A DUDH estabelece que todas as pessoas tenham todos os seus direitos garantidos "sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação". Hoje é amplamente reconhecido por instituições internacionais de direitos humanos o fato de que a orientação sexual e a identidade de gênero estão incluídas nessa distinção sob "qualquer outra situação". Nossa identidade individual se constrói no cruzamento das nossas diferentes partes: não somente na nossa identidade sexual e de gênero, mas também na forma como essa identidade interage com nossa raça, nacionalidade, religião e outras características.

As pessoas que pertencem a grupos marginalizados – grupos com menos poder na sociedade – frequentemente enfrentam discriminação por diferentes motivos, tais como gênero, raça, etnia, situação de minoria ou indígena, deficiência ou outros motivos. Uma pessoa pode ser estereotipada, estigmatizada ou marginalizada por outras de vários modos.

"Sentimos medo quando eles [os médicos] falam para nós em espanhol e não podemos responder... Começo a suar de medo... O que vou responder se não entendo o espanhol?"

(Rosa Quichca Vargas, uma mulher indígena do Peru, grávida do seu quinto filho, que fala quíchua)

Ativistas da Nova Zelândia participam da Parada Gay em Auckland, Nova Zelândia, fevereiro de 2013.

Mulheres fazendo fila do lado de fora de um centro de saúde em San Juan de Ccharhuacc na província rural de Huancavelica, Peru, setembro de 2008. As taxas de mortalidade materna no Peru estão entre as piores da região. Elas são desproporcionalmente altas nas comunidades rurais pobres e indígenas do país.



© Amnesty International



© Amnesty International

"Na nossa favela... é fácil saber quando alguém é gay. Geralmente são cinco pessoas morando em cada casa... Sei de quatro agressões contra pessoas LGBTI na favela, é muito comum escutar lojistas falarem 'Não vou te dar troco porque você é gay', ou outras pessoas na favela falarem 'Não vou compartilhar o copo com você porque você é gay'."

(Ativista de Kampala, Uganda)

Um momento crucial quando as identidades se cruzam é entre os direitos humanos e o status econômico, o gênero e a sexualidade. Com frequência, o acesso à assistência médica e a tratamentos (incluídos os serviços, a educação e a informação) está determinado pela capacidade de pagar, embora seja o governo quem deve garantir que esses serviços estejam disponíveis e acessíveis a todas as pessoas.

Alguns serviços às vezes estão disponíveis apenas para as pessoas que podem pagar assistência médica privada ou, também, os profissionais da saúde podem exigir honorários ou algum pagamento para ter acesso aos serviços. A pobreza também é comumente um elemento essencial para determinar a vulnerabilidade das pessoas a outras formas de discriminação.

As obrigações internacionais de direitos humanos requerem especial atenção às pessoas e aos grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e desvantagem para poder tratar as diversas formas de discriminação que podem sofrer. Esses grupos incluem, mas não se limitam a minorias sexuais, raciais e étnicas, indígenas, migrantes, refugiados e pessoas deslocadas internamente, trabalhadores sexuais, crianças e adolescentes e pessoas com deficiências físicas ou intelectuais, especialmente as mulheres que pertencem a esses grupos.



ESTIGMA E CONTROLE

Uma pessoa cuja identidade não se adapta às normas sociais dominantes de uma sociedade pode ser rotulada como anormal, imoral, sem dignidade, inferior, perigosa ou até criminosa. Alguns temas podem se converter em tabus sociais e temas silenciados nas conversas. As normas sociais e culturais definem não só o comportamento esperado de nós, mas também o que podemos e não podemos debater aberta e honestamente.

Quando as mulheres e as meninas que foram estupradas ou agredidas sexualmente deparam-se com suspeitas, censura ou culpa, ou quando os homens vítimas de estupro ou agressões sexuais são estigmatizados, culpados ou sofrem bullying, tudo isso contribui para a desigualdade social de gênero.

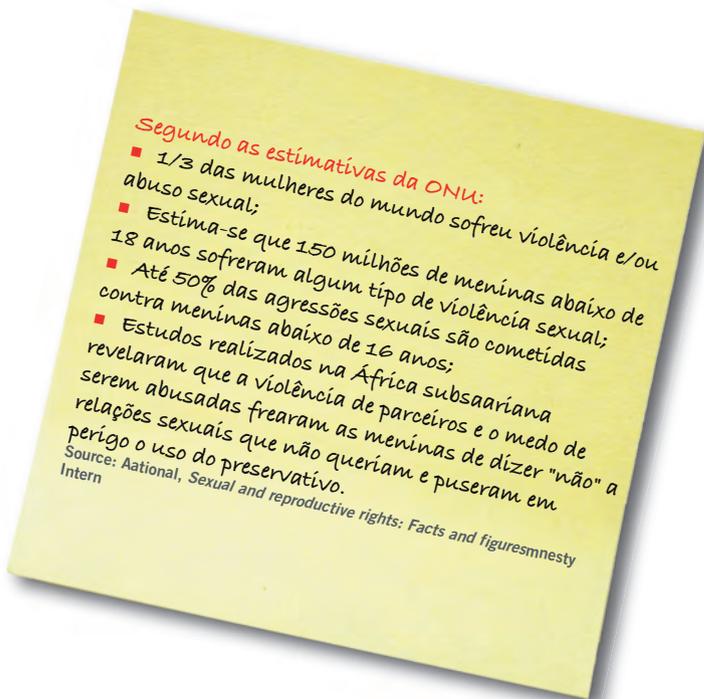
A campanha UNA-SE da ONU indicou que o estigma social contra vítimas de agressão sexual e estupro está muito difundido e faz com que muitas vítimas escolham não procurar a justiça por medo de perder reputação, de castigo e de mais violência ou outras consequências. Os estupros e as agressões sexuais são crimes muito pouco denunciados devido ao fato de que as vítimas têm medo de quebrar o tabu sobre a agressão e das reações negativas da família ou da comunidade, ou por não confiarem na capacidade ou disposição das autoridades para levarem os molestadores à justiça.

"Estou com medo de que ele mate minha família. E também sinto muita vergonha quando estou na cidade. Penso que nunca vou achar alguém que me ame."

(Vítima de estupro e incesto de 14 anos, Camboja)

O tabu social das vítimas de estupro e violência sexual de não poder falar afeta pessoas de todos os gêneros que têm medo de perder o respeito da família ou comunidade, medo de serem culpadas pela agressão ou medo de serem questionadas sobre sua identidade ou orientação sexual como resultado de terem sido vitimadas. Por exemplo: os homens e meninos que sofreram violência sexual também têm medo das consequências sociais de procurarem tratamento ou denunciarem a agressão.

Quando as pessoas não podem expressar sua opinião e ser escutadas, o gozo dos direitos individuais está sendo sabotado. Isso pode levar a uma cultura de impunidade e à ausência de leis e políticas que ofereçam a proteção e compensação adequada. Em alguns casos pode até resultar em leis que diretamente violem os direitos humanos. As leis que permitem que os esposos batam em suas esposas ou que as estuprem com total impunidade, que proíbem que as mulheres viajem, trabalhem, votem, tenham acesso à assistência médica ou tenham uma propriedade sem o conhecimento ou consentimento de seu esposo ou pai, todas elas impossibilitam que as mulheres e meninas possam participar no desenvolvimento social, econômico e político e fortalecem as normas sociais de inferioridade feminina.



"Nem os pais, nem o pai de uma mulher que está sendo agredida – eles não podem falar com o genro e dizer: 'cuidado com o que você está fazendo à minha filha!'. Ele não tem o direito de fazer isso, o esposo pode dizer: 'ela é minha esposa e faço o que eu quero' Os homens na Armênia veem suas esposas como sua propriedade."

(D.M., vítima de violência doméstica na Armênia)

Todos nós estamos submergidos nas histórias e expectativas da nossa cultura desde que somos crianças. Por esse motivo, incorporamos as pressões sociais, absorvemos as imagens e normas dominantes da nossa cultura e nos pressionamos, nos culpamos e nos envergonhamos de nós mesmos para nos encaixarmos melhor.

Jovens ativistas entram em ação para a campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional, Copenhague, Dinamarca, julho de 2014. O cartaz diz: "Você se casaria com seu estuprador? Algumas pessoas são obrigadas."



© Amnesty International

ASSÉDIO, DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA SEXUAL E DE GÊNERO

As mulheres e as meninas muitas vezes são discriminadas, assediadas e têm seus direitos violados quando se trata de sua sexualidade. A sexualidade feminina é tabu em muitas culturas e sociedades. Para muitas mulheres e meninas, quebrar o silêncio sobre seus direitos e sentimentos sexuais significa que sejam rotuladas como "prostitutas" ou "garotas más", excluídas socialmente e em risco de sofrer violência. Contrariamente e com bastante frequência, ensina-se aos meninos e aos jovens que seus desejos sexuais são incontroláveis, que devem ser sexualmente experientes e agressivos para serem considerados realmente "viris". Esses estereótipos impedem que os jovens possam debater aberta e livremente sobre as inquietações de seu próprio corpo.

Em muitas partes do mundo, o controle da sexualidade feminina é usado para manter a ordem social e reforçar as estruturas desiguais de poder. As leis, políticas e práticas que violam os direitos humanos das mulheres e meninas de controlar seus próprios corpos e sua sexualidade impedem que possam participar na sociedade da mesma forma que os homens, restringindo-lhes o acesso à educação, à assistência médica, ao trabalho e à participação política. As violações dos direitos por parte dos atores não estatais (indivíduos particulares ou grupos) e das demais pessoas incluem: mutilação genital feminina, que restringe o prazer das mulheres durante o sexo; crimes de "honra", nos quais os familiares homens matam as mulheres consideradas

CASAMENTOS FORÇADOS

As pesquisas da Anistia Internacional em Burkina Faso e Serra Leoa revelaram que a ineficácia do governo em impor a idade mínima legal para o casamento teve como consequência muitos casamentos de meninas de 10 anos. Nesses casamentos, as meninas geralmente não têm poder para tomar decisões sobre sua saúde sexual e reprodutiva, não têm acesso à educação nem à informação e sofrem complicações relacionadas à gravidez precoce.

Muitas meninas são forçadas a se casar muito novas e não podem decidir sobre as relações sexuais ou o uso de métodos contraceptivos, portanto engravidam imediatamente ou logo depois do casamento, sendo ainda crianças. Mais de 14 milhões de adolescentes por ano têm filhos em todo o mundo, principalmente como resultado de sexo forçado e gravidez indesejada. As complicações da gravidez ainda são a principal causa de morte de meninas adolescentes entre 15 e 19 anos em países em desenvolvimento.

transgressoras dos limites das condutas sexuais aceitáveis; estupro e qualquer outro tipo de violência contra lésbicas devido à sua orientação sexual e os casamentos forçados de mulheres e meninas.

A violência de gênero e outras violações de direitos humanos de mulheres e meninas estão amplamente difundidas e contribuem para uma sociedade em que as mulheres jovens não são livres para viver sua sexualidade de acordo com suas próprias escolhas e se espera que os homens jovens se sintam seguros de si mesmos através da agressão, violência e conquista sexual, sem se importar com a própria saúde nem com a do parceiro. A ameaça real de sofrer violência e a discriminação que jovens enfrentam na hora de tomar decisões sobre sua sexualidade e expressão de gênero podem afetar sua capacidade de ter acesso aos demais direitos humanos. Jovens que não podem negociar o uso de preservativo com seu parceiro ou parceira, ou que são impedidos de ter acesso aos serviços contraceptivos por causa de sua idade ou gênero, estão em risco de gravidez não planejada. A gravidez não planejada pode levar a um aborto não seguro ou a um parto prematuro, ambos representando riscos à saúde. Tanto as mães jovens quanto as gestantes precoces muitas vezes têm que abandonar a escola ou são obrigadas a deixar os estudos, violando seu direito à educação e restringindo o acesso ao mercado de trabalho e desenvolvimento econômico.



© Sören Malmose

VIOLÊNCIA BASEADA NA ORIENTAÇÃO SEXUAL E NA IDENTIDADE DE GÊNERO

Embora a maioria da violência de gênero seja contra mulheres e meninas, elas não são as únicas a sofrerem violações por causado seu gênero. Homens e meninos também podem ser alvos de violência e discriminação por não se encaixarem no modelo dominante de masculinidade. Pessoas de todos os gêneros podem se tornar alvo se aqueles ao redor não respeitam sua expressão de gênero.

"A violência de gênero também está relacionada à construção social do que significa ser homem ou mulher. Quando uma pessoa desvia-se do comportamento considerado 'normal', ela é alvo de violência. E é ainda mais severo quando combinado com discriminação baseada na orientação sexual ou identidade de gênero."

(Relator especial da ONU sobre violência contra a mulher, Declaração da 58ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos, 2012)

Os jovens que se identificam ou são percebidos como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou intersexuais têm mais risco de sofrer assédio e violência por causa da sua orientação sexual ou identidade de gênero. A Rede de Educação Gay, Lésbica e Heterossexual dos Estados Unidos informa no seu "Safe Space Kit" (Kit do espaço seguro) que:

- 84% dos estudantes identificados como LGBTI nos EUA foram insultados ou ameaçados por sua orientação sexual ou identidade de gênero;
- 39% dos estudantes gays, lésbicas e bissexuais e 55% dos estudantes transexuais informaram terem sido agredidos fisicamente ou empurrados por causa da sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Esse tipo de violência acontece devido a pressupostos sobre a orientação sexual de alguém baseado na expressão de gênero. Meninas que são "masculinas" demais ou meninos que são "femininos" demais com frequência são considerados lésbicas ou gays e assediados ou discriminados pela sua orientação sexual percebida. O Institute of Development Studies informou em 2007 que em Bangladesh os meninos que tinham comportamentos mais



© Amnesty International Iceland

Anistia Internacional Islândia lançou uma exposição de fotografia para promover a campanha *Meu Corpo Meus Direitos*, junho de 2014. Anistia Internacional Dinamarca foi a parceira oficial da Parada Gay de Copenhague, agosto de 2012.

estereotipicamente "femininos" tinham mais possibilidades de abandonar a escola prematuramente pelo assédio, prejudicando suas oportunidades educativas e econômicas.

A violência motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero real ou percebida da vítima está amplamente difundida, embora não seja possível saber com exatidão seu alcance. As pessoas LGBTI podem se deparar com a violência em qualquer parte: na rua, em bares e clubes ou em outros lugares públicos, até na própria casa – às vezes de familiares. Uma ONG italiana que trabalha com pais de jovens LGBTI na cidade de Palermo informou à Anistia Internacional sobre casos em que os adolescentes tinham sido abusados sexualmente por seus parentes, assim como outros casos em que foram aprisionados em sua casa ou expulsos dela ou mandados para consultar "feiticeiros" para "curar" sua orientação sexual ou identidade de gênero.



© Amnesty International

Um jovem em Yaoundé, Camarões, que era frequentemente espancado no seu bairro e foi expulso da sua casa devido aos estigmas sobre sua orientação sexual e identidade de gênero, 2013.

Ainda nos países em que as leis anti-homossexuais não se implementam de forma rotineira, o simples fato de elas existirem oferece oportunidades de abuso, inclusive chantagem e extorsão pela polícia e outros. Além do mais, a existência dessas leis transmite uma mensagem à população: a discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero é aceitável, e os direitos humanos não se aplicam a pessoas LGBTI. Isso cria um espaço onde o assédio, a intimidação e a violência contra pessoas LGBTI pode florescer e esses atos podem ser cometidos sem punição.

Em muitos lugares onde os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo são mais aceitos, as pessoas também sofrem discriminação e violência devido à sua identidade ou expressão de gênero. As agressões e crimes motivados pelo preconceito contra as pessoas que se identificam como transexuais também são comuns. A violência motivada pelo ódio tem impactos especialmente negativos e duradouros nas vítimas. Também cria um clima de medo entre grupos, comunidades e pessoas LGBTI, especialmente quando o governo não leva os criminosos à justiça, provocando uma desconfiança generalizada.

A discriminação e a violência difundida baseada na orientação sexual, identidade ou expressão de gênero acontecem em todos os níveis da sociedade e podem ser consentidas e até perpetradas por leis e políticas locais ou nacionais. Segundo pesquisas da ILGA realizadas em 2014, as condutas sexuais entre pessoas do mesmo sexo são consideradas atos criminosos em 78 países, quebrando as obrigações internacionais dos governos de proteger todas as pessoas sem discriminação. Legalmente, a pena de morte pode ser utilizada em casos de condutas sexuais consensuais entre adultos do mesmo sexo no Afeganistão, Brunei, Irã, Mauritânia, alguns estados do norte da Nigéria, Paquistão, Arábia Saudita, a região sul da Somália, Sudão e Iêmen.



ESCOLHA, AUTONOMIA E AUTODETERMINAÇÃO

Todas as pessoas nascem com um conjunto de direitos humanos inalienáveis protegidos pela DUDH e outros documentos sobre direitos humanos. Entre eles estão os direitos à escolha, à autonomia, à autodeterminação e à integridade do corpo. Todos e todas nós temos o direito de tomar decisões e controlar nossa própria saúde, nosso corpo e nossa reprodução sem medo de punição, castigo, discriminação ou violência. Infelizmente, nossa liberdade de tomar essas decisões pode ser reprimida ou controlada por diferentes atores: família, governo, profissionais da saúde ou autoridades religiosas e outras pessoas no mundo inteiro.

Os conceitos de escolha, autonomia e autodeterminação estão inter-relacionados e são fundamentais na forma como as pessoas podem e, de fato, expressam seu gênero e sua sexualidade, assim como o acesso aos seus direitos humanos.

ESCOLHA significa que temos o direito de tomar decisões conscientes sobre o que fazemos com nosso corpo e nossa vida. Quando as nossas escolhas estão limitadas devido à falta de informação, à pobreza, à fome ou à violência, o nosso direito de tomar decisões também está sendo restringido ou violado;

AUTONOMIA é a condição de poder tomar decisões e escolher livremente sem pressão nem violência externa, seja mental ou física. O conceito de autonomia do corpo refere-se ao nível de controle que uma pessoa tem sobre o que acontece com seu próprio corpo;

AUTODETERMINAÇÃO refere-se à nossa capacidade de tomar decisões sobre nossa identidade e nosso futuro para definir a nós mesmos como somos e como queremos ser, livres do controle de pessoas ou obrigações alheias.

Esses conceitos são especialmente relevantes para os jovens, que muitas vezes tentam equilibrar-se entre seus direitos à escolha, à autonomia e à autodeterminação e as expectativas familiares, sociais ou culturais de como eles devem ser. A forma de exercer os direitos à escolha, à autonomia e à autodeterminação se reflete em tudo: desde o



Marcha Meu Corpo Meus Direitos em Santiago, Chile. 2014. Uma jovem na marcha inspirada na obra de arte corporal criada por Hikaru Cho (Choo-San) para promover a campanha. Ela tem um cadeado desenhado na sua barriga e uma chave na mão para mostrar que "você tem o direito de decidir se quer ter filhos e quando os ter".



jeito de expressar o gênero, de identificar o gênero e a sexualidade até quando, como e se decidir explorar os próprios desejos sexuais, sozinho ou com outra pessoa, e as decisões tomadas sobre contracepção, planejamento familiar e reprodução. Em especial, as pessoas que não se identificam nem como homens nem como mulheres enfrentam desafios para cumprir esses direitos e, às vezes, sofrem discriminação e violência pela forma de se expressar.

"Fui à sala do diretor para me inscrever e ele me perguntou se eu tinha ido para inscrever meu irmão. Respondi que não e falei para ele que meu nome era Anna. O seu colega interrompeu para dizer que meu nome era Panagiotis [o nome masculino legal da Anna]. O diretor me disse que tinha sido informado sobre minha situação e que não iria aceitar gays ou transexuais na sua escola. Ele me disse que tinha que cortar meu cabelo, deixar de usar maquiagem, usar roupas de homem e agir como homem de modo geral." (Anna, uma jovem transexual, Grécia)

"A saúde sexual requer uma aproximação positiva e respeitosa à sexualidade e aos relacionamentos sexuais, assim como a possibilidade de ter experiências sexuais agradáveis e seguras, livres de coerção, discriminação e violência."

Organização Mundial da Saúde

FAZENDO ESCOLHAS CONSCIENTES

As instituições públicas de saúde e os órgãos de direitos humanos definem a saúde como o bem-estar mental, emocional e físico: ou seja, a saúde é mais do que a ausência de doenças e debilidade. A saúde também depende da satisfação e do compromisso positivo das pessoas com sua própria vida e seu próprio corpo, e requer que a saúde sexual seja definida de tal forma que inclua a capacidade de jovens de ter uma vida sexual segura, saudável e feliz. Isso quer dizer que o direito dos jovens de controlar seu corpo e sua sexualidade também requer que tenham um espaço para achar o caminho para a sua satisfação sexual, livre de coerção, discriminação e violência. Muitos programas de educação sexual ou informações sobre saúde sexual fornecidos à juventude focam-se na prevenção da gravidez, riscos, doenças e violência - o que é muito importante. Todavia, muitas vezes eles excluem informações e discussões sobre prazer sexual e direitos sexuais e reprodutivos, em parte devido a tabus sociais contra a sexualidade e o prazer sexual de jovens.

Quando as normas culturais são usadas para justificar que jovens sejam privados de informação e educação sobre sexualidade ou para estabelecer o tom da educação sexual que eles recebem, os seus direitos estão sendo violados. A informação imprecisa reforça os preconceitos sociais sobre a sexualidade de jovens e contribui para silenciar os questionamentos e curiosidades sexuais e de gênero entre eles.

O direito à informação e à educação sexual precisa, compreensiva e não discriminatória, além de ser um direito em si, é vital para que jovens possam exercer os demais direitos de forma consciente e firme. Todas as pessoas, e a juventude em particular, precisam ter acesso a seus direitos sexuais e reprodutivos para poder fazer escolhas conscientes e independentes sobre quando, como e com quem ter relacionamentos sexuais ou românticos, como expressar a identidade sexual e de gênero, como e quando procurar informações e serviços de saúde e quando, como e com quem formar uma família.

RECURSOS PARA ENTENDER A CULTURA, O GÊNERO E A SEXUALIDADE

Relatórios da Anistia Internacional usados nesta seção

Gender Legal Recognition in Finland: Submission to the Working Group Tasked to Propose a New Draft Law (EUR 20/003/2013)

<http://amnesty.org/en/library/info/EUR20/003/2013/en>

Violence is not just a family affair: Women face abuse in Tajikistan (Index: EUR 60/001/2009)

<http://www.amnesty.org/en/library/info/EUR60/001/2009>

Unnecessary burden: Gender discrimination and uterine prolapse in Nepal (Index: ASA 31/001/2014)

<http://www.amnesty.org/en/library/info/ASA31/001/2014/en>

Fatal flows: Barriers to maternal health in Peru (Index: AMR 46/008/2009)

<http://www.amnesty.org/en/library/info/AMR46/008/2009>

Making love a crime: Criminalization of same-sex conduct in sub-Saharan Africa (Index: AFR 01/001/2013)

<http://amnesty.org/en/library/info/AFR01/001/2013/en>

Breaking the silence: Sexual violence in Cambodia (Index: ASA 23/001/2010)

<http://amnesty.org/en/library/info/ASA23/001/2010/en>

No pride in silence: Domestic and sexual violence against women in Armenia (Index: EUR 54/004/2008)

<http://amnesty.org/en/library/info/EUR54/004/2008/en>

The state decides who I am: Lack of legal gender recognition for transgender people in Europe (Index: EUR 01/001/2014)

<http://amnesty.org/en/library/info/EUR01/001/2014/en>

Out of Reach: The cost of maternal health in Sierra Leone (Index: AFR 51/005/2009)

<http://amnesty.org/en/library/info/AFR51/005/2009/en>

Giving life, risking death: Maternal mortality in Burkina Faso (Index: AFR 60/001/2009)

<http://amnesty.org/en/library/info/AFR60/001/2010/en>

My Life, My Health, My Education, My Choice, My Future, My Body My Rights (Index: ACT 35/001/2014)

<http://amnesty.org/en/library/info/ACT35/001/2014/en>

Death sentences and executions 2013, março 2014, nro. 91. (ACT 50/001/2014)

<http://amnesty.org/en/library/info/ACT50/001/2014/en>

Outras fontes usadas nessa seção:

Comentário Geral Nº 14 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Direito de desfrutar do mais alto padrão possível de saúde física e mental (artigo 12), 2000, par. 18-27; <http://www.un.org/documents/ecosoc/docs/2001/e2001-22.pdf>

Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Recomendação geral Nº 24: Mulheres e saúde (artigo 12), par. 6.

<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/recommendations/recomm.htm>

Institute of Development Studies, "Whose Sexuality Counts? Poverty, Participation and Sexual Rights" Novembro 2007, disponível em <https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/Wp294.pdf>

Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais, Homofobia do estado: análise das leis http://old.ilga.org/Statehomophobia/ILGA_SSHR_2014_Eng.pdf

Rede Interagências da ONU sobre Desenvolvimento da Juventude, disponível em *Uniting 4 Development*. <http://www.un.org/esa/socdev/documents/youth/un-iany.pdf>

Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos Nascidos livres e iguais: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos, 2012, disponível em http://e25.d32.myftpupload.com/img/2013/03/nascidos_livres_e_iguais.pdf

Campanha UNA-SE da Secretaria Geral da ONU pelo fim da violência contra as mulheres

http://endviolence.un.org/pdf/pressmaterials/unite_the_situation_en.pdf



Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher CEDAW, disponível em <http://www.agende.org.br/docs/File/convencoes/cedaw/docs/Convencao.pdf>

Quer saber mais?

Anistia Internacional, Six-point checklist on justice for violence against women (Índice: ACT 77/002/2010) <http://amnesty.org/en/library/info/ACT77/002/2010/en>

Quer fazer mais?

Anistia Internacional, Making Rights a Reality: Gender awareness workshops. (Índice: ACT 77/035/2004) <http://www.amnesty.org/en/library/info/ACT77/035/2004/es>

Amnesty International, *Making rights a reality: Human rights education workshop for youth* (Index: ACT 77/053/2005) <http://www.amnesty.org/en/library/info/ACT77/053/2005/en>

African Women's Leadership Institute (AWLI): *Sexual and reproductive health and rights and violence against women in conflict affected – African contexts*. (AMWA), April 2010. <http://www.akinamamawaafrika.org/index.php/publications>

DSW Youth-to-Youth, *Sexual and reproductive health facilitators' training manual*. 2014. http://www.dsw.org/fileadmin/content/Docs/SRH_manual/merged_sm_allpdf.com_2_.pdf

International HIV/AIDS Alliance, *Tools together now! 100 participatory tools to mobilise communities for HIV/AIDS* <http://www.eldis.org/vfile/upload/1/document/0708/DOC22870.pdf>

Julie A. Mertus and Nancy Flowers. *Local action, global change: A handbook on women's rights*, April 2008.

WHO fact sheets, *Understanding and addressing violence against women* http://www.who.int/reproductivehealth/topics/violence/vaw_series/en/

World Association of Girl Guides and Girl Scouts (WAGGGS) and UN Women: *Voices against violence: Handbook for group leaders*. <http://www.waggggs.org/en/grab/24548/1/eng-voices-against-violence-handbook.pdf>

Recursos para trabalhar sobre questões de gênero com meninos e homens

UNFPA, Promunda and MenEngage toolkit, *Engaging men and boys in gender equality and health* <https://www.unfpa.org/public/home/publications/pid/6815>

ACQUIRE Project, *Envolvendo Meninos e Homens na Transformação das Relações de Gênero: Manual de Atividades Educativas* <http://promundo.org.br/recursos/envolvendo-meninos-e-homens-na-transformacao-das-relacoes-de-genero-manual/>

MenEngage: uma aliança global formada por ONGs e agências da ONU que visa envolver homens e meninos na igualdade de gênero. <http://www.menengage.org/>

Rede Sonke Gender Justice, <http://www.genderjustice.org.za/>

Recursos para educação sexual

Embora este módulo não seja um programa de educação sexual, existem muitos recursos disponíveis para jovens e facilitadores interessados em aprender mais sobre seu corpo, sua saúde e seus direitos através de uma perspectiva de educação sexual. Na continuação, segue uma lista de alguns recursos e organizações recomendados.

International Planned Parenthood Federation, *Healthy, happy and hot* <http://www.ippf.org/resource/Healthy-Happy-and-Hot-young-peoples-guide-rights>

Population Council: *It's all one curriculum: Guidelines and activities for a unified approach to sexuality, gender, HIV and human rights education*

<http://www.popcouncil.org/research/its-all-one-curriculum-guidelines-and-activities-for-a-unified-approach-to->

Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade da ONU <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183281por.pdf>

Folheto da UNAIDS: Be in the Know

http://www.unaids.org/en/media/unaids/contentassets/documents/unaidspublication/2014/20140130_UNAIDS_YouthBrochure_en.pdf

Sex Ed Library: um recurso para educadores e facilitadores interessados na educação sexual
<http://www.sexedlibrary.org/index.cfm?&stopRedirect=1>

Scarleteen: informações e ajuda para jovens sobre sexualidade inclusiva. <http://www.scarleteen.com/>

Ativistas da Nova Zelândia participam da Parada do Orgulho LGBTI em Auckland, Nova Zelândia, fevereiro de 2014.



© Amnesty International/Rahcel Banfield

ATIVIDADE 2.1

EXPLORANDO AS NOSSAS IDENTIDADES

OBJETIVOS

- Explorar as muitas influências sociais e culturais que modelam a identidade pessoal dos participantes;
- Ajudar a construir a confiança.

TEMPO

1 hora

O QUE VOCÊ PRECISA

- Papel em branco, cartolina, folhas de flip chart;
- Revistas, jornais, imagens que participantes possam recortar;
- Canetas, lápis de cor, materiais de desenho;
- Fita adesiva ou qualquer adesivo;
- Tesouras.

ESTA ATIVIDADE TEM TRÊS PASSOS

- Passo 1:** Fazendo colagens – trabalho individual (15 min.);
Passo 2: Compartilhando colagens – trabalho de grupo (20 min.);
Passo 3: Reflexões – plenária (20 min.);
Passo 4: Entre em ação (5 min.).

Dax de Castro, coordenador da Anistia Internacional Filipinas, e ativistas reunidos em Metro Manila para impulsionar a aprovação da lei antidiscriminação da orientação sexual e identidade de gênero, agosto de 2006.

DICAS DE FACILITAÇÃO

- ✓ Pode ajustar o tempo da atividade segundo o tamanho e as necessidades do grupo;
- ✓ Para poupar tempo ou dar mais tempo para os participantes trabalharem nas colagens, explique o conceito antes do encontro e peça que eles compareçam ao próximo encontro com as colagens preparadas;
- ✓ Tente encontrar uma ampla variedade de impressos com muitas imagens coloridas – pode pedir que os participantes levem material ao encontro. Assegure-se de incluir revistas e jornais dirigidos a homens, mulheres e jovens;
- ✓ Se não conseguir material nem imagens relevantes, pode adaptar a atividade. Por exemplo: pode pedir que os participantes desenhem imagens que os representem.



© LACABLAB



PASSO 1: Fazendo colagens (15 min.)**Trabalho individual**

- Coloque revistas e jornais no chão no meio da sala;
- Peça que os participantes usem esse material e o material de desenho para criar uma descrição pessoal deles mesmos em imagens, pode ser através de uma colagem ou de um desenho.

PASSO 2: Compartilhando colagens (20 min.)**Trabalho de grupo**

- Peça que os participantes formem grupos de quatro (pode usar uma atividade para fazer a divisão dos grupos);
- Dê uns minutos para que expliquem suas colagens aos outros membros do grupo;
- Peça que os participantes reflitam em grupo sobre as seguintes perguntas:
 1. Como foi sua experiência de procurar imagens que o representem?
 2. Como você se sentiu?
 3. Como você pensa que a mídia influencia a forma como os jovens se veem?

PASSO 3: Reflexões (20 min.)**Plenária**

- Junte o grupo de novo e peça que juntos reflitam sobre as seguintes perguntas:
 1. Como você pensa que a juventude é representada?
 2. Como você pensa que os homens são representados?

3. Como você pensa que as mulheres são representadas?
4. Como são representados os grupos mencionados acima pela mídia, seus familiares e comunidades?
5. Como isso afeta a nossa maneira de sentir e as decisões que tomamos?

PASSO 4: Entre em ação (5 min.)

- Pense em como podemos entrar em ação sobre o que acabamos de aprender:
 - Como os participantes gostariam de ser representados pela mídia, por sua família ou comunidade?
 - O que eles podem fazer para expressar a forma como gostariam de ser representados e como eles se veem como jovens, homens e mulheres
 - O que podemos fazer para questionar o jeito que os jovens, os homens e as mulheres estão sendo representados na mídia, nas famílias e nas comunidades?



© Amnesty International

Ativistas debatem as obras de arte corporal de Hikaru Cho (Choo-San) em uma oficina para o lançamento da campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional, Suíça, março de 2014.



ATIVIDADE 2.2

EXPLORANDO O GÊNERO

OBJETIVOS

- Fomentar a reflexão sobre como os estereótipos, as normas e os papéis de gênero são construídos pela sociedade e aprendidos;
- Analisar como os estereótipos, as normas e os papéis de gênero impactam nas nossas vidas e as limitam, reforçando a desigualdade, a discriminação e a violência.

TEMPO

2 horas e 30 minutos

O QUE VOCÊ PRECISA

- Folhas de flip chart;
- Canetas e marcadores.

ESTA ATIVIDADE TEM TRÊS PASSOS

Passo 1: Jogo dos nomes: apresentando os estereótipos de gênero (10 min.);

Passo 2: Introdução: comporte-se como um homem, comporte-se como uma mulher (10 min.);

Passo 3: Comporte-se como um homem, comporte-se como uma mulher (90 min.);

Passo 4: Questionando os estereótipos de gênero (20 min.);

Passo 5: Entre em ação (20 min.).

DICAS DE FACILITAÇÃO

- ✓ Pode ajustar o tempo da atividade segundo o tamanho e as necessidades do grupo;
- ✓ Esta atividade é boa para entender o conceito de normas de gênero. Porém, lembre-se de que essas normas de gênero também estão influenciadas pela classe, cultura, etnia e outras diferenças. Nesta atividade, os participantes vão refletir sobre como os homens e as mulheres são colocados em caixas, enquadrados, rotulados e restringidos pelos papéis de gênero;
- ✓ Deve ficar bem explicado que as caixas não são modelos de comportamento, mas sim o que aprendemos da sociedade. O objetivo desta atividade é que os participantes analisem, reflitam e questionem os estereótipos e papéis impostos a eles pela sociedade e como afetam a vida deles;
- ✓ No fim da atividade, os participantes poderão reconhecer as desigualdades entre homens e mulheres e entender que seu papel não está definido pelas diferenças biológicas, mas construído socialmente para manter essa desigualdade entre homens e mulheres. Poderão reconhecer como esses estereótipos de gênero restringem as escolhas que tanto mulheres quanto homens fazem sobre seu próprio corpo e sexualidade.
- ✓ Se tiver tempo e houver um cofacilitador, você pode dividir o grupo em dois, um de mulheres e outro de homens, com um facilitador ou facilitadora em cada grupo. Podem juntar-se depois da atividade para compartilhar as reações.

Esta atividade foi adaptada da publicação de Creighton, A e Kivel, P. *Helping Teens Stop Violence: A Practical Guide for Counselors, Educators and Parents*. Hunter House, California, 1992.

PASSO 1: Quebra-gelo: o jogo dos nomes: apresentando os estereótipos de gênero (10 min.)**Plenária**

- Peça que os participantes formem um círculo e pensem em dois adjetivos que os descrevam e comecem com a primeira letra do seu nome. Um deve ser um adjetivo tipicamente usado para descrever um homem (por exemplo: "forte" Fernanda) e o outro deve ser um adjetivo tipicamente usado para descrever uma mulher (por exemplo: "sensível" Sara);
- Circule no grupo e convide cada participante a ficar parado no centro do círculo e, em seguida, dizer o seu nome seguido do adjetivo masculino escolhido (por exemplo: "Maria macho");
- Peça que os participantes repitam o exercício com os adjetivos femininos;
- Use as perguntas abaixo para refletir brevemente com o grupo. Não é necessário entrar em detalhes, porque é apenas para introduzir o que será feito na próxima etapa.
 1. Como você se sentiu fazendo a atividade? Foi fácil achar um adjetivo?
 2. Foi mais fácil escolher um adjetivo do seu próprio gênero?
 3. Como você se sentiu ao usar um adjetivo que não era do seu gênero junto com seu nome?
 4. O que essas características dizem das diferenças entre homens e mulheres?

PASSO 2: Introdução: comporte-se como um homem, comporte-se como uma mulher (10 min.)**Grupos pequenos (5 min.)**

- Peça que os participantes pensem junto com a pessoa do lado se alguma vez alguém falou para eles "comporte-se como um homem" ou "comporte-se como uma mulher". Peça que compartilhem experiências em que alguém tenha falado alguma coisa parecida para eles. Por que essa pessoa diz isso? Como você se sentiu?

Plenária (5 min.)

- Peça que alguns participantes compartilhem sua experiência com o grupo;
- Explique que vão falar em detalhes sobre essas duas frases "comporte-se como um homem" e "comporte-se como uma mulher". Explorando essas frases, os participantes podem começar a perceber como a sociedade pode dificultar o fato de você ser homem ou mulher.

PASSO 3: Comporte-se como um homem, comporte-se como uma mulher (90 min.)**Brainstorming: "comporte-se como um homem" (15 min.)**

- Escreva em uma folha de flip chart em letras grandes "COMPORTE-SE COMO UM HOMEM";
- Peça que os participantes compartilhem sua opinião sobre o que isso significa. São expectativas da sociedade sobre como devem ser os homens, como devem agir e o que devem sentir e dizer;
- Peça que os participantes lembrem o que sua família, a escola, a instituição religiosa, a mídia etc. dizem sobre ser um "verdadeiro homem".

1. O que você precisa fazer?
2. O que você pode sentir?



COMPORTE-SE COMO UM HOMEM

Seja duro, forte, atlético	Líder
Não chore nem mostre seus sentimentos	Racional
Seja o chefe	Sexual
Independente	Tenha mais de uma namorada/esposa
Poderoso	Controle
Ganhe dinheiro, seja o provedor	Valente, heroico
Bem-sucedido	Vá aonde quiser
	Alto

3. Como você deve agir para ser considerado um homem e valorizado como um homem?
 4. Que expectativas sua família, amigos, escola e sociedade têm de você como homem?
- É importante lembrá-los de que não tem que ser necessariamente o que eles pensam ou acreditam, mas sim o que outras pessoas falam para eles, inclusive seus pares;
 - Desenhe uma caixa na folha e escreva dentro dela as palavras que os participantes usaram para descrever "comporte-se como um homem". Algumas respostas podem incluir os termos na caixa:

Brainstorm "Act like a woman" (15 min.)

- Agora escreva em uma folha de flip chart em letras grandes "COMPORTE-SE COMO UMA MULHER";
- Peça que os participantes compartilhem sua opinião sobre o que isso significa. São expectativas da sociedade sobre como devem ser as mulheres, como devem agir e o que devem sentir e dizer;
- Peça que os participantes lembrem o que sua família, a escola, a instituição religiosa, a mídia etc. dizem sobre ser uma "boa" mulher.

COMPORTE-SE COMO UMA MULHER

Seja adorável, linda	Sensível
Afetuosa	Seja calma, tímida, atenciosa
Simpática	Escute os outros
Maternal	Seja a dona de casa
Seja sensual, mas não muito	Seja fiel
Inocente	Seja submissa
Pequena	
Seja inteligente, mas não muito	

1. O que você precisa fazer?
 2. O que você pode sentir?
 3. Como você deve agir para ser considerada uma "boa" mulher?
 4. Que expectativas sua família, amigos, escola e sociedade têm de você como mulher?
- É importante lembrar ao grupo de que não tem que ser necessariamente o que eles pensam ou acreditam, mas sim o que outras pessoas lhes dizem, inclusive seus pares;
 - Desenhe uma caixa na folha e escreva dentro dela as palavras que os participantes usaram para descrever "comporte-se como uma mulher". As respostas podem variar segundo a cultura, mas as mais comuns podem incluir os termos na caixa.

Trabalho de grupo (30 min.)

- Forme grupos de quatro ou cinco pessoas. Podem ser mistos ou de um gênero específico. É importante que as pessoas se sintam à vontade para falar e compartilhar suas experiências;
- Reflitam sobre as seguintes perguntas:
 1. Como se sentem observando essa lista de estereótipos e papéis?
 2. Onde vocês aprenderam sobre esses estereótipos e papéis?
 3. O que acontece com um homem que não se comporta conforme as expectativas da caixa? O que acontece com uma mulher que não se comporta conforme as expectativas da caixa?
 4. É limitante para um homem, para uma mulher ou para qualquer pessoa que se espere esse tipo de comportamento dela? De que forma?
 5. O que esses estereótipos e papéis dizem sobre as relações entre homens e mulheres na sociedade?
 6. Existem pessoas que não se identificam nem como mulheres (feminino) nem como homens (masculino) como os únicos gêneros?

Plenária (30 min.)

- Junte o grupo de novo;
- Peça que os grupos falem sobre seus debates;
- Depois de compartilhar as reflexões das questões acima, faça as seguintes perguntas finais:
 1. De que forma esses estereótipos e papéis fomentam a desigualdade entre homens e mulheres?
 2. De que forma esses estereótipos e papéis influenciam na nossa capacidade de fazer nossas próprias escolhas?
 3. De que forma esses estereótipos e papéis influenciam na saúde sexual e reprodutiva das mulheres e dos homens?



© Amnesty International

Mulheres em Kathjor, Ramechhap, Nepal, carregando cestas pesadas, maio de 2014. As cestas contêm baldes de água.

4. De que forma esses estereótipos e papéis influenciam no nosso entendimento sobre sexualidade?
 5. É possível mudar os estereótipos e papéis de gênero?
 6. É possível não se identificar apenas com um gênero?
- Escreva em uma folha de flip chart as definições de sexo e gênero, estereótipos de gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual (veja o glossário);



- Enfatize as seguintes conclusões: explique de que forma, baseados no nosso sexo biológico (geralmente na genitália externa), somos identificados como menino (masculino) ou menina (feminino); depois disso, ensinam-nos a nos comportar, vestir e agir como menino ou como menina; ensinam-nos os estereótipos e papéis do que é um "verdadeiro homem" e uma "boa mulher". Esses papéis podem mudar dependendo da cultura e religião;
- As normas e os papéis de gênero sobre "comportar-se como um homem" têm os seguintes efeitos sobre a vida dos homens:

Os homens geralmente:

- ▣ São mais valorizados do que as mulheres;
 - ▣ São considerados poderosos, fortes e com autoridade;
 - ▣ Têm medo de ser vulneráveis e mostrar seus sentimentos;
 - ▣ Precisam provar para os outros e para si, o tempo todo, que são verdadeiros homens;
 - ▣ Usam o sexo para demonstrar que são verdadeiros homens;
 - ▣ Usam a violência para demonstrar que são verdadeiros homens.
- As normas e os papéis de gênero sobre "comportar-se como uma mulher" têm os seguintes efeitos sobre a vida das mulheres:

As mulheres geralmente:

- ▣ Carecem de autoconfiança;
- ▣ São valorizadas primeiro como mães e não como pessoas;
- ▣ São consideradas vulneráveis, sentimentais e sensíveis;
- ▣ São consideradas um objeto de prazer sexual e satisfação para os homens;

- ▣ São dependentes do seu parceiro;
 - ▣ Têm menos controle do que os homens sobre sua vida sexual;
 - ▣ São altamente vulneráveis à gravidez precoce, à violência e às DST como HIV/Aids.
- Essas normas de gênero fomentam e criam desigualdade entre homens e mulheres (desigualdade de gênero) e podem levar à violência e à discriminação de gênero;
 - Limitam as possibilidades dos jovens decidirem sobre seu próprio corpo e viverem sua própria sexualidade livre de coerção, discriminação e violência;
 - É importante enfatizar que esses estereótipos e normas são construídos pela sociedade e, portanto, podem ser questionados e alterados.

PASSO 4: Questionando os estereótipos de gênero (20 min.)

Grupos pequenos (10 min.)

- Peça que os participantes pensem sobre as seguintes perguntas com seu companheiro:
 1. Conhece alguém que tenha questionado esses estereótipos?
 2. Como essa pessoa conseguiu questionar e redefinir os papéis de gênero?

Plenária (10 min.)

- Pergunte se algum dos participantes gostaria de compartilhar alguma história sobre ter desafiado a pressão social e estereótipos rígidos e ter agido fora da "caixa". O que permitiu que você pudesse agir assim? Como você se sente sobre isso?

PASSO 5: Entre em ação (20 min.)

- Faça um resumo do debate e faça algumas reflexões finais. Um comentário e algumas perguntas finais podem ser:
 - ▣ Os papéis dos homens e das mulheres estão mudando na sociedade/comunidade. Aos poucos, sair da caixa está se tornando menos difícil. Contudo, ainda pode ser difícil para homens e mulheres ficar fora dessas caixas.
- 1. O que pode facilitar que homens e mulheres possam ficar fora das caixas?

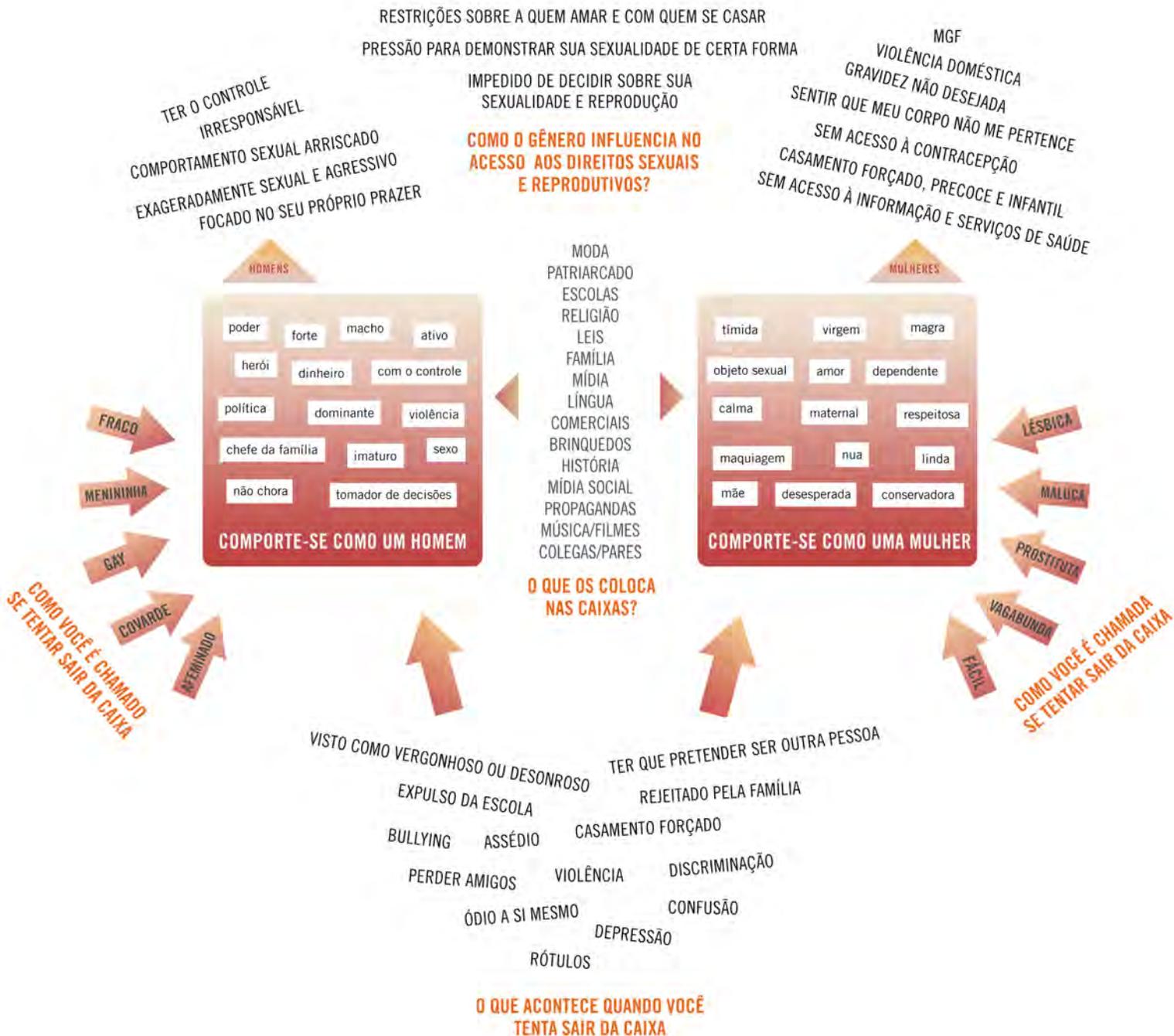
2. Como você pode apoiar essa mudança?
3. Como os líderes da comunidade podem apoiar essa mudança?
4. Como as escolas podem apoiar essa mudança?
5. Como o governo pode apoiar essa mudança?

Ativistas da Anistia Internacional Filipinas participam do lançamento global da campanha Meu Corpo Meus Direitos, junho de 2014.



© Amnesty International

EXEMPLO: CAIXAS DE GÊNERO



ATIVIDADE 2.3

QUESTIONANDO AS NOSSAS ATITUDES SOBRE O GÊNERO

OBJETIVOS

- Explorar os valores e atitudes em relação ao gênero.

TEMPO

45 minutos

O QUE VOCÊ PRECISA

- Quatro cartazes ("Concordo totalmente", "Discordo totalmente", "Concordo" e "Discordo");
- Frases escritas sobre gênero (afirmações da página 68);
- Marcadores;
- Fita adesiva ou qualquer adesivo.

ESTA ATIVIDADE TEM TRÊS PASSOS

Passo 1: Quatro cantos (20 min.);

Passo 2: Debate (20 min.);

Passo 3: Entre em ação (5 min.).

Esta atividade foi adaptada da publicação de Creighton, A. e Kivel, P. (1992) *Helping Teens Stop Violence: A Practical Guide for Counselors, Educators, and Parents*; Hunter House.

FACILITATION TIPS

- ✓ Você pode escolher das frases da lista de afirmações sobre gênero no passo 1 aquelas que provoquem um debate mais agitado. Também pode adaptar suas próprias afirmações que representem seu contexto;
- ✓ Não se preocupe com que todos concordem, foque-se em que seja um debate respeitoso;
- ✓ Lembre os participantes do acordo comum e a serem respeitosos e abertos às ideias e opiniões diferentes;
- ✓ Pelo bem do debate, se o grupo inteiro concordar com alguma frase, faça o papel de "advogado do diabo" e expresse uma opinião diferente. Alguns participantes podem dizer que não sabem se concordam ou discordam e que não querem ficar do lado de nenhum dos quatro cartazes. Se isso acontecer, peça que essas pessoas falem mais sobre sua reação à frase e os incentive a escolher um cartaz. Se ainda assim não quiserem escolher, coloque esses participantes no meio da sala como um grupo "Não sei".

PASSO 1: Quatro canto (20 min.)

- Antes de começar a atividade, coloque os quatro cartazes na sala, deixando espaço suficiente entre eles para que um grupo de participantes possa ficar do lado de cada cartaz. Confira as afirmações sobre gênero fornecidas a seguir e escolha cinco ou seis que possam gerar um bom debate;
- Explique ao grupo que esta atividade foi criada para que tenham uma ideia geral dos próprios valores e atitudes em relação ao gênero e dos valores e atitudes dos outros participantes. Lembre o grupo de que todos têm o direito de ter uma opinião própria e que não existem respostas certas ou erradas;
- Leia em voz alta a primeira frase que você escolheu;
- Peça que os participantes se aproximem do cartaz que corresponda ao que pensam sobre a frase;
- Depois que escolherem o cartaz, peça que algumas pessoas expliquem por que estão do lado desse cartaz e por que sentem isso sobre a frase;
- Após alguns participantes falarem sobre sua reação perante a frase, pergunte se alguém quer mudar de opinião e mudar de cartaz;
- Em seguida, junte todo mundo de novo, leia a frase seguinte e repita os passos acima. Faça o mesmo com cada frase escolhida.

Afirmações sobre gênero

A experiência revela que as frases marcadas com * demonstraram ser boas para começar o debate:

- É mais fácil ser um homem do que uma mulher.
- As mulheres são melhores mães do que os homens pais.
- Uma mulher é mais mulher depois de ter filhos.
- O sexo é mais importante para os homens do que para as mulheres.*
- As mulheres que usam saias curtas têm parte da culpa se os homens as assediarem.
- Um homem tem o direito de ter sexo com seu parceiro/a se eles estão em um relacionamento longo.*
- A violência doméstica é um assunto privado do casal.
- Nas relações entre pessoas do mesmo sexo, alguém sempre faz o papel de mulher e outro do homem.
- Os casais do mesmo sexo não deveriam ter filhos.

Marcha Meu Corpo Meus Direitos em Santiago, Chile, junho de 2014. Os escritórios da Anistia Internacional de todo o mundo marcaram o lançamento da campanha global Meu Corpo Meus Direitos da Anistia.

PASSO 2: Debate (20 min.)

- Depois de debater sobre todas as frases, conduza um debate sobre valores e atitudes relacionados ao gênero fazendo as seguintes perguntas:
 1. Sobre quais frases, se houver alguma, você teve uma opinião firme? E sobre quais você teve uma opinião não tão firme? Por que você pensa que foi assim?
 2. Como você se sentiu expondo uma opinião diferente da de outro ou outra participante?
 3. Como você pensa que as atitudes das pessoas sobre as frases podem influenciar sua forma de lidar com colegas homens e colegas mulheres?

4. Como você pensa que as atitudes das pessoas sobre estas frases ajudam ou não ajudam a melhorar a desigualdade de gênero e a reduzir a discriminação e a violência contra as mulheres e outras pessoas?

PASSO 3: Entre em ação (5 min.)

- Pergunte aos participantes quais ações podem ser necessárias para mudar as atitudes nocivas identificadas no exercício e anote-as em uma folha de flip chart;
- Pergunte aos participantes o que pensam que vão mudar e fazer diferente como resultado da atividade.



© Amnesty International

ATIVIDADE 2.4

PODER, STATUS E DIREITOS

OBJETIVOS

- Entender o poder que as diferentes pessoas e grupos têm na sociedade para ter acesso aos seus direitos como resultado de certas condições, tais como status econômico, gênero, idade, orientação sexual, raça, etnia ou religião.

TEMPO

1 hora

O QUE VOCÊ PRECISA

- Um espaço grande, preferencialmente em lugar fechado, para o grupo se movimentar;
- Folhas ou cartões com descrições de personagens escritas neles (da lista de dicas para a facilitação).

ESTA ATIVIDADE TEM QUATRO PASSOS

Passo 1: Quem sou eu na sociedade? (5 min.);

Passo 2: Papéis na sociedade (10 min.);

Passo 3: Acesso igualitário, sim ou não (30 min.);

Passo 4: Entre em ação (15 min.).

Esta atividade foi adaptada da publicação de Creighton, A. e Kivel, P. *Helping Teens Stop Violence: A Practical Guide for Counselors, Educators and Parents*. Hunter House, California, 1992.

DICAS DE FACILITAÇÃO

- ✓ Para esta atividade é preciso um espaço grande, preferencialmente em lugar fechado, para que a conversa possa acontecer sem problemas;
- ✓ Em diferentes pedaços de papel, escreva a descrição de diversos tipos de pessoas da sociedade da lista de personagens da página 69. Pode adaptá-los a seu contexto;
- ✓ Explique aos participantes que as pessoas são discriminadas a partir da classe, idade, sexo, nível de educação, capacidades físicas e outras características. Nossa posição ou status na sociedade tem um papel importante em determinar se conhecemos ou temos acesso aos nossos direitos e na vulnerabilidade à discriminação. Pode consultar **Quando a identidade e os direitos se cruzam** na seção 2 para mais informações.

Em diferentes pedaços de papel, escreva as seguintes descrições de diversos tipos de pessoas da sociedade. Pode adaptá-los a seu contexto.

- Executiva da área de publicidade;
- Mulher de 30 anos, imigrante ilegal;
- Trabalhadora rural migrante;
- Taxista, homem;
- Mulher de 25 anos desempregada;
- Avó que cuida dos seus netos com uma pequena aposentadoria;
- Trabalhadora sexual;
- Menina de 12 anos moradora de uma favela;

- Diretor de uma empresa;
- Menino de 14 anos de família rica;

- Mãe de três filhos, casada, empregada doméstica;

- Médico;
- Menino de rua de 10 anos;
- Menina adolescente de uma família muito religiosa/tradicional;

- Ativista LGBTI desempregado/a que vive sua identidade de forma aberta e positiva;

- Jovem de 14 anos que questiona seu gênero;
- Ativista pelos direitos das mulheres, mulher;
- Estudante universitário/a, gay/lésbica de 25 anos;
- Mulher de 28 anos, casada, de um grupo étnico minoritário;
- Parlamentar de 35 anos, homem.

Jovens participam da oficina "Expressando opiniões" para o lançamento da campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional, Suíça, março de 2014.

PASSO 1: Quem sou eu na sociedade? (5 min.)

- Explique ao grupo que esta atividade ajudará a entender como o gênero e outras características da sua identidade influenciam o acesso a recursos e podem contribuir positiva ou negativamente para a sua saúde sexual e reprodutiva;
- Entregue a cada participante um dos papéis que você preparou com descrições de diferentes pessoas da sociedade;
- Explique que para a atividade eles devem assumir o "papéis" escrito na folha entregue;
- Peça que os participantes fechem os olhos e tentem visualizar a pessoa descrita no papel. Onde moram? Como será sua família? O que faz durante o dia? Que tipo de problemas enfrenta?
- Peça que pensem em um nome para sua personagem.



© Amnesty International

Leia todas as seguintes frases (a ordem não é relevante):

- Leio e escrevo;
- Não preciso me preocupar em conseguir minha próxima refeição;
- Não tenho dificuldades de deslocamento pela cidade;
- Tenho ou terei oportunidades de completar a minha educação;
- Tenho tempo para ler o jornal todos os dias;
- Tenho acesso à informação sobre sexualidade e reprodução;
- Posso conseguir um empréstimo quando precisar de mais dinheiro;
- Posso deixar meu parceiro ou parceira se ela/ele ameaçar minha segurança;
- Se tiver algum problema de saúde, posso conseguir a assistência necessária imediatamente;
- Se a minha irmã engravidar, terei acesso à informação para saber aonde levá-la;
- Posso negociar sexo mais seguro com meu parceiro;
- Posso escolher livremente com quem casar;
- Posso decidir quando e quantos filhos terei sem me sentir pressionado/a;
- Posso me cuidar para evitar a infecção pelo HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis;
- Se alguém cometer um crime contra mim, a polícia vai investigar meu caso;

PASSO 2: Papéis na sociedade (10 min.)

- Peça que os participantes fiquem de pé lado a lado, formando uma linha;
- Peça que cada participante fale o nome de seu personagem e o papel que foi dado. Por exemplo: "Sou a Sara, executiva do ramo de publicidade";
- Explique que você vai ler uma série de frases. Peça que as leiam e os participantes pensem se cada frase corresponde ao papel que lhe foi dado. A cada frase se se corresponder ao papel dado, cada pessoa deverá dar um passo à frente. Se não, devem ficar no lugar.
- Por exemplo: um participante assumiu o papel de membro do congresso. Você lê a seguinte frase: "Leio e escrevo". Como é provável que um parlamentar saiba ler e escrever, a pessoa com esse papel dará um passo à frente.



© Amnesty International

Anistia Internacional Suécia lança um relatório sobre violência contra mulheres com uma ação de "vestido de noiva", maio de 2005.

PASSO 3: Debate: acesso igualitário, sim ou não? (30 min.)

- Depois de ter lido todas as frases, peça que os participantes fiquem onde estão e use as seguintes perguntas para começar um debate de grupo:

1. Por que ficaram distribuídos desse jeito se todos começaram no mesmo lugar no jogo?
2. Como você se sente por ter acabado nesse lugar?

Grupos pequenos (10 min.)

- Em um círculo, peça que os participantes pensem com a pessoa do lado sobre as seguintes perguntas tendo em mente seus papéis:

1. Quais as diferentes forças sociais que influenciaram nas opções do seu personagem?
2. O seu personagem pode estar em risco de sofrer discriminação ou violência? Por quê?
3. Você acha que seu personagem tinha o direito a decidir sobre seu próprio corpo? Por quê?
4. Você acha que ser um membro de uma organização ou ser um ativista pode influenciar no fato de você conhecer seus direitos e reivindicá-los? Por quê?

Plenária (20 min.)

- Peça que os participantes compartilhem suas reflexões;
- Encerre a reflexão afirmando que nem todas as pessoas têm as mesmas possibilidades de conhecer e ter acesso aos seus direitos. Certos grupos, devido ao seu status e condição na sociedade, são mais vulneráveis à discriminação e violência;
 - ▣ Esses grupos incluem, mas não se limitam a minorias sexuais, raciais e étnicas, indígenas, migrantes, refugiados e pessoas deslocadas internamente, trabalhadores sexuais, crianças e adolescentes e pessoas com deficiências físicas ou intelectuais, especialmente as mulheres que pertencem a esses grupos;
 - ▣ As pessoas que pertencem a grupos marginalizados – grupos com menos poder na sociedade – frequentemente enfrentam discriminação por diversos motivos. Uma pessoa pode ser estereotipada, estigmatizada ou marginalizada por outros de vários modos;
 - ▣ Conforme as obrigações internacionais de direitos humanos, os Estados devem dar especial atenção às pessoas aos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e desvantagem para poder tratar as diversas formas de discriminação que podem sofrer.

PASSO 4: Entre em ação (15 min.)

- Pense em como podemos entrar em ação sobre o que acabamos de aprender;
- Peça que os participantes pensem em que tipo de discriminação ou limitações podem sofrer os membros da escola, comunidade ou família. O que podemos fazer para ajudá-los a superar essas dificuldades?



ATIVIDADE 2.5

RODA DE VALORES

OBJETIVOS

- Explorar de onde aprendemos os valores, de quem e como nos afetam;
- Explorar o que significa valores e direitos humanos.

TEMPO

2 horas

O QUE VOCÊ PRECISA

- Folhas de flip chart;
- Marcadores e canetas (incluindo verde e vermelho).

ESTA ATIVIDADE TEM QUATRO PASSOS

Passo 1: Identificando valores culturais e sociais (20 min.);

Passo 2: Refletindo sobre valores (40 min.);

Passo 3: Explorando nossos valores e direitos humanos (30 min.);

Passo 4: Entre em ação (30 min.).

DICAS DE FACILITAÇÃO

- ✓ Pode ajustar o tempo da atividade segundo o tamanho e as necessidades do grupo;
- ✓ Nesta atividade em particular, é fundamental que você conheça as normas sociais do grupo. Sem esse conhecimento, existe um grande risco de ofender os participantes e perder o respeito deles por você e pelo seu programa;
- ✓ Os nossos valores têm um papel muito importante na forma como vemos nosso trabalho, por isso a relevância de explorar nossos próprios valores, percepções e atitudes. Assegure-se de considerar culturas e tradições predominantes que possam influenciar os valores das pessoas;
- ✓ É importante destacar que não devemos julgar os valores dos outros, mas sim reconhecer que todos têm o direito de ter suas próprias crenças e valores. É interessante refletir sobre os nossos valores comuns e respeitar os direitos humanos básicos de todas as pessoas, inclusive seus direitos sexuais e reprodutivos.



© Amnesty International

Esta atividade foi adaptada da publicação de Save the Children Making it Personal: Workshop Manual, 2011.

Ativistas em Nova Iorque participam da campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional, 2014.

PASSO 1: Identificando valores culturais e sociais

Plenária (5 min.)

- Desenhe um círculo grande em uma folha de flip chart;
- Lembre os participantes do debate realizado na Atividade 2.2 sobre estereótipos e normas de gênero (veja a página 60);
- Peça que pensem de onde aprendemos nossos valores (mensagens sobre o que está certo ou errado, bom ou ruim, o que devemos e não devemos fazer). As respostas podem incluir:

Família, amigos, pais, escola, religião, tradição, cultura, pares, juventude e outros grupos sociais, mídia, política, trabalho etc.

- Divida o círculo em seções e escreva uma fonte de valores em cada seção (veja o exemplo abaixo).

Trabalho de grupo (15 min.)

- Divida participantes grupo maior em pequenos grupos. Observando o círculo, peça que respondam as seguintes perguntas sobre cada fonte de valores:
 1. Que mensagens recebemos sobre sexo, sexualidade, reprodução e relacionamentos dessa fonte?
 2. Que valores essas mensagens transmitem?

Algumas possíveis mensagens da "família" podem ser, por exemplo: "não faça sexo", que vai junto com o valor de que a abstinência antes do casamento é essencial, ou "só se relacione sexualmente com alguém do sexo oposto", que acompanha o valor de que a homossexualidade é contra a natureza. As diferentes fontes de valores vão proporcionar diferentes mensagens.



PASSO 2: Refletindo sobre valores (40 min.)

Plenária (10 min.)

- Junte o grupo de novo;
- Identifique junto ao grupo quais são as mensagens mais comuns que recebem e de quem. Escreva em uma folha de flip chart.

Trabalho de grupo (20 min.)

- Peça que os participantes reúnam novamente os grupos menores e reflitam sobre as seguintes perguntas:
 1. Como essas mensagens influenciam na forma como me sinto comigo mesmo?
 2. Como essas mensagens que escuto afetam nas decisões que tomo sobre minha sexualidade?
 3. De que forma essas mensagens se relacionam com o jeito de tratarmos as outras pessoas?
 4. Essas mensagens destoam do que eu penso sobre sexualidade? Como isso pode me afetar?
 5. Podemos mudar essas mensagens e os nossos valores? Como?

Plenária (10 min.)

- Peça que os participantes compartilhem as respostas;
- Reflita com o grupo sobre como muitos desses valores provenientes da família, amigos e da sociedade em geral podem ter um impacto negativo sobre sua visão da sexualidade;
- Incentive os participantes lembrarem sempre das diferenças de valores que pode haver entre as diferentes pessoas e de onde eles veem, e incentive o grupo a reconhecer como esses valores influenciam na sua vida, atitudes, comportamentos e decisões relacionadas ao seu corpo, sua sexualidade e aos relacionamentos com outras pessoas;

- Explique que os valores muitas vezes são crenças profundamente estabelecidas, normas culturais e sociais que acabam por determinar como vivemos a nossa vida. Por isso, não é surpreendente que a transformação desses valores, percepções, atitudes e comportamentos das pessoas levem tempo para mudar;
- É importante destacar que o objetivo da Anistia Internacional não é julgar os valores das pessoas, mas sim enfatizar a necessidade de garantir os direitos humanos básicos de todas as pessoas acima de tudo.

PASSO 3: Explorando nossos valores e os direitos humanos universais (30 min.)

Plenária (15 min.)

- Explique que iremos explorar como alguns dos nossos valores sociais e culturais podem dar suporte aos ou entrar em conflito com os nossos direitos humanos ;
- Peça que os participantes pensem em alguns dos direitos humanos garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos ou outra lei internacional. Esses direitos incluem: o direito à vida e à privacidade, à saúde, à educação e à informação, à liberdade de pensamento e de expressão, a viver livre de violência e discriminação, livre de torturas e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e a formar uma família escolhida por nós. (Veja Respeite os meus direitos, respeite a minha dignidade: Módulo 1 – pobreza e direitos humanos (ACT 35/012/2011), na página 25 há uma lista dos direitos da DUDH);
- Enumere os direitos em uma folha de flip chart e coloque a roda de valores ao lado dela;
- Peça que os participantes observem e identifiquem os valores que se cruzam ou discordam com os direitos humanos da lista. Pense se os valores sociais e culturais particulares promovem os direitos humanos para todas as pessoas ou discordam deles;
- Peça que os participantes coloquem um ponto verde com um marcador onde determinados valores sociais, governamentais e culturais promovem os direitos humanos para todas as pessoas, e um ponto vermelho onde esses direitos são violados.



Grupos pequenos (5 min.)

- Peça que os participantes debatam com a pessoa do lado:
 1. De que forma alguns dos nossos valores culturais e sociais violam os direitos humanos e como isso pode impactar nas nossas escolhas sobre nossa saúde sexual reprodutiva?
 2. O que podemos fazer quando vemos que os valores sociais e culturais estão violando os direitos humanos?

Plenária (10 min.)

- Peça que os participantes compartilhem suas reflexões;
- Explique que nas próximas atividades (na seção 3), exploraremos como os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos.

Jovens debatendo sobre a campanha Chega de Tortura da Anistia Internacional, Berna, Suíça, maio de 2014.

PASSO 4: Entre em ação (30 min.)

- Pense em como podemos entrar em ação sobre o que acabamos de aprender e como podemos começar a mudar alguns dos valores que não promovem ou limitam os direitos humanos;
- Pense no que é possível fazer, individualmente ou com nossos pares, famílias e comunidade;
- Considere algumas das mensagens comuns mais importantes e pense em respostas para elas;
- Para ajudar a desenvolver respostas firmes, pratique em duplas: um participante dá a mensagem da família, escola etc., e o outro tenta diferentes respostas;
- Uma vez que tenha algumas respostas úteis e precisas, crie cartões de ação simples: quando você ouvir "xxx" pode responder "yyy";
- Faça esses cartões em formatos de panfletos que podem ser manuseados e compartilhados facilmente, e que possam ser disponibilizados virtualmente (isso pode ser feito após a atividade).



© Amnesty International Switzerland





No cambiamos VOTOS...
DERECHOS

Aborto legal y Seguro
Las Mujeres

MI CUERPO DECIDE
ELIGE... DEFIENDE
TU DERECHO AL
ABORTO TERAPIA

28 de Septiembre

bre
del Aborto

MI MADRE
SOLO SI QUIERO
SOLO SI PUEDO



Estado

Carretera

Duas jovens seguram um cartaz que diz "Mãe: só se eu quiser, só se eu puder", Manágua, Nicarágua, setembro de 2011.

TRÊS
CONHECENDO E
REIVINDICANDO
OS DIREITOS



O QUE SÃO OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS?

Todas as pessoas têm certos direitos humanos relacionados à sexualidade e à reprodução – direitos que têm a ver com o próprio corpo, com as relações pessoais e com a capacidade de tomar decisões. Todo mundo tem os mesmos direitos sexuais e reprodutivos. Emergem a partir de princípios de proteção aos direitos humanos já estabelecidos, são reconhecidos por instrumentos internacionais e regionais de direitos humanos e, mais importante, também são reconhecidos em muitas leis e constituições nacionais.

Todos os governos têm a obrigação de garantir que todas as pessoas possam livremente, sem medo, coerção, violência ou discriminação:

- Tomar decisões sobre sua própria saúde, corpo, vida sexual e identidade;
- Pedir e receber informações sobre sexo, contracepção e serviços de saúde correspondentes;
- Ter acesso a uma educação integral sobre sexualidade humana, saúde sexual e reprodutiva, direitos humanos e igualdade de gênero;
- Decidir se quer ter filhos, quantos e quando os ter;
- Decidir se quer se casar e que tipo de família quer formar;
- Ter acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva compreensivos e integrados;
- Viver livres de estupro e outros tipos de violência, inclusive gravidez forçada, aborto forçado, esterilização sem consentimento, casamento forçado ou mutilação genital feminina.



© Amnesty International

Rajkumari Devi, que sofreu de prolapso uterino, foi entrevistada pela Anistia Internacional no distrito de Dhanusa, Nepal, maio de 2013.

Em 2012, a Comissão de População e Desenvolvimento da ONU exigiu aos governos: "proteger (...) os direitos humanos dos adolescentes e da juventude para terem controle e decidirem livremente e de forma responsável sobre questões relacionadas à sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva."

(Comissão de População e Desenvolvimento da ONU, 2012, Resolução 1, parágrafo 7)

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NAS LEIS E NORMAS INTERNACIONAIS

Os direitos e liberdades fundamentais e as obrigações dos governos que apoiam os direitos sexuais e reprodutivos encontram-se em muitas resoluções, declarações e tratados internacionais.

A legislação internacional sobre direitos humanos está composta tanto de tratados obrigatórios vinculantes quanto de normas não vinculantes, incluindo as declarações (entre elas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos), resoluções, princípios e normas. Embora não sejam estritamente vinculantes, têm um considerável peso legal.

Os tratados, tais como as convenções e os acordos da ONU, são legalmente vinculativos e acordados por Estados ou órgãos regionais ou internacionais para promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Eles ajudam a determinar que obrigações e responsabilidades os governos devem cumprir, e são acompanhados de interpretações por meio dos chamados comentários gerais ou recomendações gerais dos tratados.

Um comentário geral é uma interpretação de um órgão sobre o conteúdo das cláusulas de um tratado relacionadas aos direitos humanos, questões temáticas ou a metodologia de trabalho sugerida. Os comentários gerais muitas vezes procuram clarificar as obrigações dos Estados partes de relatar o que diz respeito a determinadas disposições e sugerir abordagens para a implementação das disposições dos tratados. Também são chamados de "recomendações gerais". Embora não sejam vinculantes para os Estados, os comentários proporcionam uma interpretação confiável sobre como os Estados devem implementar as obrigações vinculantes de cada tratado.

O Programa de Ação adotado na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) realizada no Cairo em 1994 é o primeiro documento de consenso internacional que reconhece explicitamente a saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos como direitos humanos. Embora o Programa de Ação da CIPD não seja legalmente vinculante, foi adotado com o consenso de 179 Estados e, portanto, tem importância política. Ele estabelece os padrões da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos que foram emendados durante as revisões subsequentes do Programa e em outros fóruns. O Programa de Ação da CIPD apontou que os direitos reprodutivos são direitos humanos que já existem nas leis nacionais, constituições e instrumentos de direitos humanos.

"Esses direitos se baseiam no reconhecido direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de seus filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais alto padrão de saúde sexual e reprodutiva."

(Programa de Ação da CIPD, Parágrafo 7.3)

Graças aos esforços de muitas e muitos ativistas dos direitos das mulheres, a CIPD marcou uma mudança na forma como os governos reconhecem os direitos humanos relacionados à sexualidade e à reprodução. Foi a primeira vez que a importância da saúde sexual e reprodutiva e dos direitos sexuais e reprodutivos esteve relacionada às prioridades de desenvolvimento global. A CIPD também reconhece especificamente os direitos e as necessidades da juventude, pedindo que os governos proporcionem a adolescentes o acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva, educação e serviços "amigáveis" para jovens, em conformidade com seus direitos à confidencialidade, à privacidade e ao consentimento consciente.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

- Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (Princípio 1);
- O progresso na igualdade e equidade dos sexos, a emancipação da mulher, a eliminação de toda espécie de violência contra ela e a garantia de poder ela própria controlar sua fecundidade são pedras fundamentais de programas relacionados com população e desenvolvimento (Princípio 4);
- Toda pessoa tem direito ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental. Todo casal e indivíduo têm o direito básico de decidir livre e responsabilmente sobre o número e o espaçamento de seus filhos e ter informação, educação e meios de o fazer. (Princípio 8);
- Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve visar o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. (Princípio 10).



Os seguintes instrumentos internacionais e regionais sobre direitos humanos, entre outros, também apresentam garantias de apoio aos direitos sexuais e reprodutivos:

CONVENÇÕES, ACORDOS, DECLARAÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS

- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos;
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher;
- Convenção sobre os Direitos da Criança;
- Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes;
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

DOCUMENTOS REGIONAIS

- Convenção Americana de Direitos Humanos;
- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará);
- Convenção Europeia dos Direitos Humanos;
- Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica (Convenção de Istambul);
- Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta de Banjul);
- Protocolo Adicional à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África (Protocolo das Mulheres Africanas);
- Carta Árabe dos Direitos Humanos.

Ativistas da Anistia Internacional Suíça promovem uma petição para a campanha Meu Corpo Meus Direitos, março de 2014.

Embora os conceitos de direitos sexuais e reprodutivos tenham sido recentemente definidos em acordos e normas internacionais, eles são baseados em direitos humanos fundamentais e integrais, tais como o direito à vida e à privacidade, à saúde, à educação e à informação, à liberdade de pensamento e de expressão, a viver livre de violência e discriminação, livre de torturas e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e o direito à família. Os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos em si e por si mesmos e também são fundamentais para o exercício de todos os direitos humanos.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA

Um conjunto de princípios internacionais relacionados à orientação sexual e à identidade de gênero redigido em 2006 por um grupo de eminentes especialistas internacionais em direitos humanos. Ainda que não seja um tratado de direitos humanos que os Estados estejam comprometidos ou obrigados a cumprir, os princípios incluem padrões de direitos humanos já existentes e estão sendo cada vez mais usados pelos órgãos judiciários para tratar violações de direitos humanos. Por exemplo: os supremos tribunais de justiça de alguns países, incluindo o mais recente caso do Supremo Tribunal da Índia, têm usado os Princípios de Yogyakarta para identificar violações de direitos constitucionais relacionados à orientação sexual e identidade de gênero, principalmente incorporando os princípios nas leis nacionais.



© Amnesty International



OBRIGAÇÕES DO GOVERNO SOBRE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Sob a lei internacional de direitos humanos, os Estados devem respeitar, proteger e cumprir os direitos sexuais e reprodutivos de todas as pessoas. Também devem garantir que não exista discriminação e que haja igualdade no gozo de direitos sexuais e reprodutivos. Para cumprir essas obrigações, os Estados devem:

Respeitar os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas.

Governos dos Estados devem utilizar as leis e as políticas existentes para permitir que todas as pessoas possam viver e expressar seu gênero e sexualidade livres de discriminação, violência ou coerção. Por exemplo: o governo deve abster-se de criar leis que restrinjam o acesso dos jovens à contracepção (sem importar o estado civil) ou que criminalizem a atividade sexual consensual ou a oferta de informações e serviços sobre sexualidade e reprodução aos jovens;

Proteger os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas.

Governos dos Estados devem prevenir a discriminação e a violência contra os indivíduos baseados na sua identidade sexual ou de gênero ou nas suas escolhas sexuais e reprodutivas, e processar as pessoas que cometerem esses atos. A lei internacional exige que os Estados combatam a discriminação e os crimes motivados pelo preconceito. Os Estados devem regular os serviços de saúde privados e assegurar que não sejam discriminatórios nem violem os direitos humanos das pessoas. Governos dos Estados também são obrigados a proteger e prevenir a violência contra defensores dos direitos humanos, independentemente da identidade de quem a perpetrar;

Cumprir os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas.

Os Estados devem garantir o acesso pleno à informação, educação e serviços para atingir o mais alto padrão possível de saúde e bem-estar sexual e de reprodução. Ou seja, as informações e os serviços de saúde sexual e reprodutiva têm de ser acessíveis a todas as pessoas sem discriminação, coerção ou violência. Também significa que os Estados devem promover os direitos das pessoas, informando a à população sobre os acordos internacionais assinados, corrigindo informações errôneas, estereótipos e disponibilizando sistemas para que as pessoas possam conhecer e reivindicar seus direitos. Por exemplo: os Estados são obrigados a fornecer educação integral e precisa sobre sexualidade humana, igualdade de gênero e direitos humanos.

Atualmente, muitos governos criminalizam as escolhas sexuais e reprodutivas de certas pessoas, assim como seu comportamento ou identidade. Essas leis existem em todas as regiões e podem incluir:

- Leis que limitam o acesso das mulheres ao aborto ou o seu comportamento durante a gravidez;
- Leis que restringem o comportamento de pessoas afetadas pelo HIV ou criminalizam o trabalho sexual consensual;
- Políticas e regulamentos que estabelecem quando, como e com quem as mulheres e adolescentes podem ter acesso a informações e a serviços de saúde sexual e reprodutiva.

A função das leis na sociedade é, em parte, estabelecer padrões de comportamento, mas também são usadas para punir as diferenças ou as não conformidades. Muitas vezes, as leis são discriminatórias ou são aplicadas de forma discriminatória a grupos que já estão desprotegidos ou socialmente excluídos ou marginalizados.

Se os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas estiverem desprotegidos, isso pode afetar outros direitos humanos. Sem proteção contra a discriminação, as pessoas afetadas pelo HIV, os trabalhadores e trabalhadoras sexuais, as mulheres não casadas e as pessoas LGBTI são mais vulneráveis às violações dos seus direitos no trabalho, moradia, saúde e educação.

Os Estados são obrigados a revogar leis que violem os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas e a sancionar e executar leis e políticas que os defendam. As políticas e os programas dos governos devem priorizar o acesso à justiça e à compensação legal por violações dos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo aquelas que são consentidas e praticadas pelo governo.



ACESSO À INFORMAÇÃO E À EDUCAÇÃO SEXUAL

O direito à educação sexual é tanto um direito humano em si mesmo quanto um meio para exercer outros direitos humanos, tais como o direito à saúde, à informação e os direitos sexuais e reprodutivos.

O relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) sobre educação sexual integral (Comprehensive Sexuality Education, 2010) indicou que o acesso à informação e à educação sexual integral promove comportamentos sexuais saudáveis, contribui para uma maior igualdade dentro dos relacionamentos e reduz a gravidez indesejada e a transmissão de DST. A Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade (2009) da UNESCO, baseada em uma rigorosa análise de evidências de programas de educação sexual, oferece recursos úteis e interessantes conselhos técnicos para profissionais e tomadores de decisão dos setores de educação e saúde sobre as características dos programas de educação sexual eficazes, assim como o conteúdo e objetivos de aprendizagem a serem tratados em diferentes grupos etários na educação sexual básica para crianças e jovens entre 5 e 18 anos de idade e além.

Contudo, apesar da importância de se ter conhecimento do próprio corpo, da sua saúde e dos seus direitos, a educação sexual ainda é bastante polêmica e estigmatizada em muitas sociedades. A ONU estima que a grande maioria dos jovens ainda não tem acesso à educação integral necessária para uma vida saudável.

Muitos jovens são privados do acesso à educação integral em sexualidade humana e à saúde sexual e reprodutiva ou recebem informações incompletas, preconceituosas e imprecisas sobre saúde e sexualidade. Em alguns países, as leis restringem e até criminalizam que os jovens recebam informações sobre sexualidade e reprodução.

"Em Hong Kong, as pessoas não sabem o que são os direitos sexuais e reprodutivos. Alguns pensam que não podemos opinar sobre como usar nosso corpo e que, se alguém nos ensinar sobre sexo, vamos acabar fazendo coisas 'ruins'..."

(Lam Po Yee, Hong Kong)

Alguns professores e profissionais da saúde muitas vezes se sentem desconfortáveis ou não sabem qual é seu papel em conversas sobre sexualidade com crianças e adolescentes. A falta de acesso à educação sexual nas escolas se soma aos estigmas e tabus sociais sobre a sexualidade de adolescentes e acabam deixando os jovens sem ter onde procurar informações no momento em que mais precisam delas.

Os Estados devem fornecer educação sexual integral a todos os jovens. Para isso devem:

- Fazer com que os programas de educação sexual integral formem parte do currículo escolar padrão e sejam implementados adequadamente segundo a idade;
- Fazer com que os programas de educação sexual estejam disponíveis também fora do ambiente escolar formal para poder atingir pessoas excluídas do sistema educacional, inclusive jovens casais e crianças em situação de rua;
- Elaborar campanhas públicas educativas para criar consciência sobre as questões da saúde sexual e reprodutiva, tais como gravidez precoce e prevenção das DST, encontros sobre saúde e outros assuntos alternativos;
- Garantir que a formação de professores inclua treinamento para a educação sexual integral;
- Elaborar materiais educativos que reflitam programas precisos e acessíveis de educação sexual integral. O conteúdo deve ser não discriminatório e baseado em veracidade científica e deve incluir questões relacionadas à prevenção do HIV, DST e gravidez indesejada, respeito à diversidade e promoção da igualdade de gênero.

Membros da Anistia Internacional Suíça mostrando placas para serem usadas no lançamento da campanha Meu Corpo Meus Direitos, Berna, Suíça, março de 2014.





© Amnesty International Switzerland

EXEMPLOS DE LEIS DISCRIMINATÓRIAS EXISTENTES

- Na Argélia, a lei não reconhece o estupro conjugal como crime;
- Na Nigéria, em Uganda e na Rússia, as leis têm criminalizado não somente a atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo, como também as organizações e os indivíduos que promovem os direitos humanos das pessoas LGBTI;
- Na Espanha, Lituânia, Macedônia, Turquia e EUA, tem havido tentativas legais para restringir o acesso ao aborto;
- Em Achém, Indonésia, os regulamentos determinam que é ofensivo os adultos estarem sozinhos com uma pessoa do sexo oposto que não seja o cônjuge ou alguém da família. A pena por isso é a flagelação;
- No norte da Nigéria, as leis criminalizam o sexo fora do casamento e permitem que uma mulher grávida de um homem que não seja seu marido seja processada judicialmente.

ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

O Secretário Geral da ONU informou à Comissão de População e Desenvolvimento em 2012 que cerca da metade da população mundial atual tem entre 10 e 24 anos. Contudo, a grande maioria dos jovens ainda não tem acesso a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva integral. A ineficácia dos Estados em garantir que os jovens disponham dos serviços, informações e educação necessária para ter uma vida saudável significa que a juventude continua sofrendo e até morrendo por complicações durante a gravidez e o parto, por violência de gênero e por doenças relacionadas ao HIV/Aids. A gravidez e o parto são a principal causa de morte das adolescentes mais velhas nos países em desenvolvimento.

Além do direito à informação e à educação sobre saúde, o direito à saúde tem quatro elementos essenciais: os estabelecimentos de assistência à saúde devem estar disponíveis, ser acessíveis, aceitáveis e de boa qualidade. O Comentário Geral Nº 14 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 2000 explica que saúde sexual e reprodutiva significa que:

- Os serviços devem estar localizados em locais onde todos os membros da comunidade possam chegar, devem ser de baixo custo ou gratuitos para as pessoas que precisarem deles;
- Os serviços não podem discriminar homens e mulheres, jovens e adultos, ou dispensar tratamento discriminatório por qualquer outro motivo;
- Os serviços e a assistência devem seguir a ética médica e defender os direitos das pessoas à confidencialidade, à privacidade e ao respeito;
- Devem contar com funcionários treinados e competentes.

"A proporção de jovens que têm acesso à informação sobre sexualidade e reprodução é mínima... A pobreza também impede que alguns jovens procurem esses serviços. Alguns nem sabem que existem".

(Kando Seraphine, estudante de Direito e jovem ativista de Burkina Faso)

215
MILHÕES



**DE MULHERES EM TODO O MUNDO
NÃO TÊM ACESSO À CONTRACEPÇÃO**

As pessoas que vivem na pobreza às vezes não têm acesso à assistência médica preventiva e os padrões de assistência nos estabelecimentos públicos muitas vezes são mais baixos do que nos estabelecimentos privados mais caros. Além da pobreza, existem outros obstáculos sociais e econômicos que impedem as pessoas de terem acesso aos serviços. Por exemplo: os estabelecimentos de assistência à saúde muitas vezes estão concentrados em áreas urbanas, fazendo com que as pessoas das comunidades rurais arquem com altíssimos custos de transporte para poder ter acesso aos serviços.

"A minha maior dificuldade é a distância entre minha casa e o posto de saúde. Tenho que subir a montanha para ir às consultas do pré-natal... Andei até lá, mas chegando lá não temos nada, nem comida, nem um lugar para preparar comida, nem podemos ficar por lá, nós que viemos de tão longe..."

(Mulher indígena, Peru)



PLANEJAMENTO FAMILIAR

Apesar de a ONU estimar que o acesso à contracepção e o uso regular dos métodos contraceptivos podem prevenir 187 milhões de gestações acidentais, 105 milhões de abortos induzidos e 215 mil mortes maternas por ano, a Anistia Internacional descobriu que muitas mulheres e jovens ainda não têm acesso a serviços de planejamento familiar.

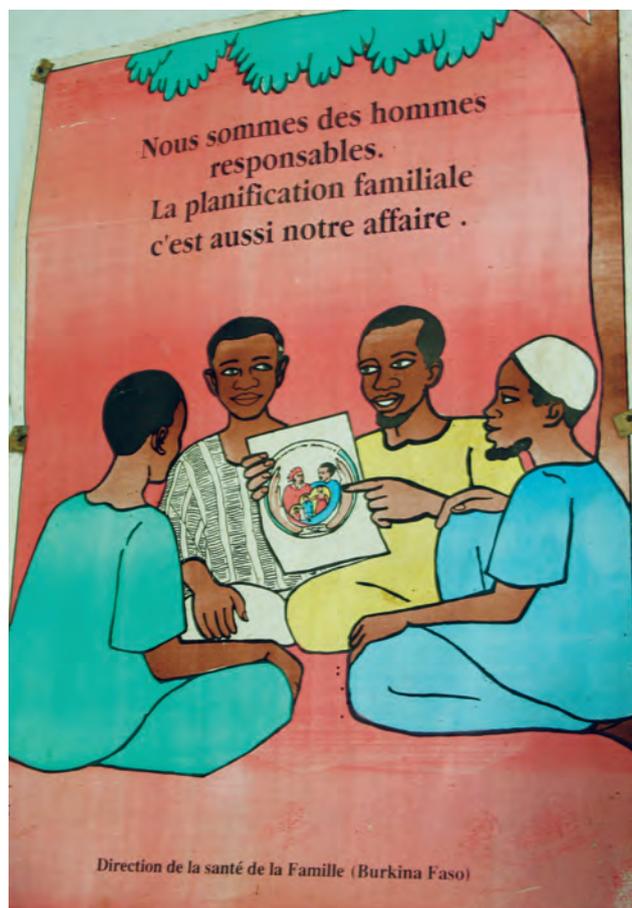
Mesmo nos lugares onde os serviços de planejamento familiar são uma prioridade, ainda existem obstáculos que dificultam ou impedem que mulheres e meninas consigam acessá-los. São leis, políticas e práticas que requerem o consentimento ou a ciência dos pais ou maridos para que as jovens e as mulheres tenham acesso a serviços de contracepção.

"Depois de sete gestações e cinco filhos vivos, falei para meu marido que queria usar métodos contraceptivos, mas ele se negou."

(Mulher de Burkina Faso)

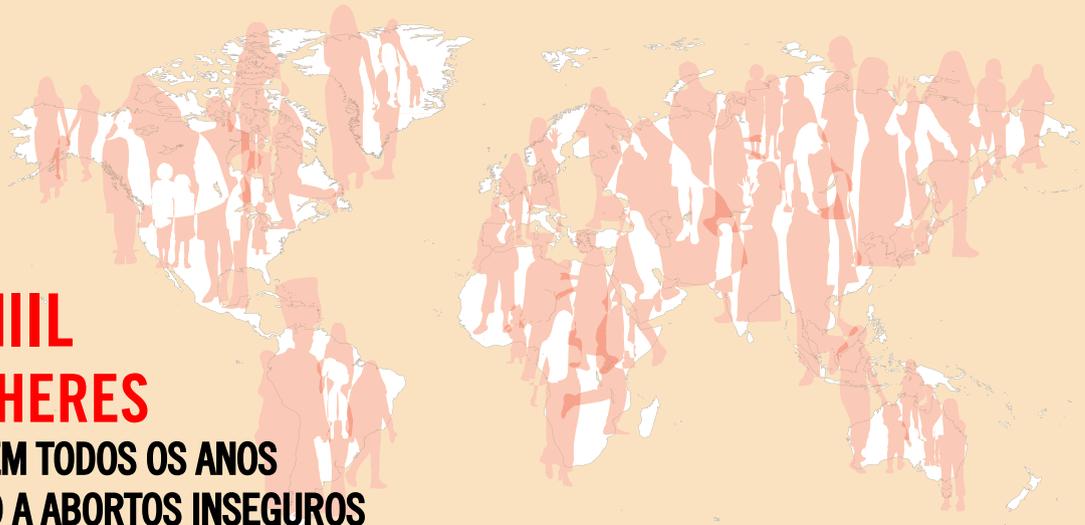
A questão de quem tem acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, quando e a que custo ainda causa divergência. Defender o direito de escolher de uma pessoa sobre se quer ter filhos, quando e como requer acesso a métodos de planejamento familiar abrangentes, à contracepção e aos serviços de aborto seguro quando for necessário. As mulheres jovens, em particular, precisam ter acesso às informações, serviços e apoio para ajudá-las a tomar decisões conscientes e autônomas sobre sua vida reprodutiva.

Em alguns países, os serviços como o aborto seguro e a assistência pós-aborto – sobre os quais existe uma imensa controvérsia pública – não estão disponíveis ou são restritos, e as possibilidades das mulheres terem acesso aos serviços de que precisam são limitadas. Em 2014, o Centro de Direitos Reprodutivos publicou um mapa indicando que 68 países ora proíbem o aborto completamente, ora o permitem apenas para salvar a vida da gestante. A Organização Mundial da Saúde corrobora esta informação, e informa ainda que alguns países proíbem o aborto inclusive em casos de estupro. Isso limita o direito das jovens e mulheres à escolha e à integridade do corpo e é considerado inconsistente perante a lei internacional de direitos humanos, incluindo, em alguns casos, a Convenção contra a Tortura.



Cartaz em Burkina Faso, julho de 2014. O texto diz "Somos homens responsáveis. O planejamento familiar também é assunto nosso."

© Amnesty International



47 MIL MULHERES MORREM TODOS OS ANOS DEVIDO A ABORTOS INSEGUROS

ACESSO AOS SERVIÇOS DE ABORTO SEGURO

O aborto inseguro ainda é a terceira causa de mortalidade materna – aproximadamente 13% em todo o mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, a OMS estima que, no mundo inteiro, 40% das mulheres em idade fértil moram em países com legislação sobre o aborto altamente restritiva ou onde o aborto é legalizado, mas não está disponível nem acessível.

Na Nicarágua, onde o aborto é criminalizado em todas as situações, até mesmo em casos de estupro, e onde a maioria das vítimas de violência sexual são menores de 17 anos, meninas de 10 a 14 anos que engravidaram como consequência de estupro são obrigadas a levar a gravidez a termo ou procurar um aborto não seguro e ilegal, arriscando-se a serem presas se descobertas. A proibição total do aborto afeta vários direitos fundamentais das mulheres, tais como o direito à saúde, à vida e a viver livre de tortura e outros tratamentos cruéis, e revitimizam as sobre viventes de estupro.

"Para mim foi horripilante que uma criança tenha que dar à luz outra criança... Senti uma dor muito profunda com a ideia de que minha filha [de 12 anos] tenha que passar por isso, que depois de ter sido estuprada algo saia de dentro dela... e, claro, o risco à sua saúde a essa idade." (Adriana, Nicarágua)

22
MILHÕES
DE ABORTOS
INSEGUROS SÃO
REALIZADOS POR ANO



OBSTÁCULOS QUE OS JOVENS ENFRENTAM PARA TEREM ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A juventude pode ter que enfrentar certos desafios na hora de tentar exercer seu direito de ter acesso a serviços de saúde. Os tabus sociais contra a sexualidade de jovens podem levar a atitudes negativas ou críticas por parte de profissionais da saúde ou funcionários dos estabelecimentos de saúde voltadas aos jovens que procuram seus serviços. Profissionais de saúde podem chegar a tomar decisões por jovens, ameaçá-los ou se recusarem a prover informações completas em lugar de proporcionar um ambiente onde os jovens possam tomar suas próprias decisões acerca de sua saúde.

Outro obstáculo para o acesso à assistência médica pode acontecer devido a requerimentos de consentimento ou ciência dos pais ou do cônjuge, leis restritivas sobre a idade de consentimento ou leis e políticas que estabelecem diferentes direitos para jovens casados ou solteiros. As leis de consentimento dos pais ou cônjuge existem em muitos países para outros serviços de saúde além da contracepção, tais como testes e tratamentos de HIV, aborto e até educação e informação sobre sexualidade. Mesmo nos países onde não existem leis de consentimento ou notificação dos pais, alguns profissionais da saúde trabalham em ambientes onde podem existir políticas ou práticas que exigem a notificação dos pais, uma violação aberta do direito à privacidade dos jovens.

A confidencialidade e a privacidade são essenciais para os direitos sexuais e reprodutivos dos jovens, pois dessa forma eles podem ter acesso a informações e serviços em um ambiente seguro e a protegido. A preocupação sobre a privacidade e confidencialidade dos serviços de saúde é, com frequência, o principal obstáculo para os jovens terem acesso a esses serviços. Segundo a OMS, os jovens têm medo do estigma social por serem vistos em um consultório de saúde sexual ou planejamento familiar. Eles estão preocupados em ser julgados ou assediados pelos funcionários dos estabelecimentos devido ao seu comportamento sexual e têm receio de que os médicos revelem informação confidencial aos membros da comunidade, incluindo seus pais ou tutores.

Pessoas segurando prescrições médicas depois de terem recebido tratamento gratuito durante um evento organizado pela Anistia Internacional como parte de uma campanha para criar consciência sobre a discriminação de gênero e o prolapso uterino em Nepal, março de 2014.

Os Estados devem fornecer serviços de assistência médica e informações a todos os jovens. Para isso, devem:

- Considerar a evolução das capacidades dos jovens garantindo a disponibilidade dos serviços necessários para eles, independentemente da autorização dos pais ou tutores, quando for o melhor para os interesses de seu filho ou filha;
- Permitir que os jovens sejam reconhecidos por sua família e pelas leis como sujeitos de direitos ativos. Eles têm a capacidade de se tornar progressivamente cidadãos plenos e responsáveis se receberem orientação e instrução adequada;
- Respeitar estritamente o direito à privacidade e à confidencialidade dos jovens, inclusive nas orientações e nos conselhos sobre assuntos de saúde. Além disso, os profissionais da saúde devem estar treinados para garantir serviços de saúde confidenciais e "amigáveis" para os jovens, incluindo serviços de planejamento familiar para adolescentes de diferentes contextos socioeconômicos;
- Garantir que os jovens não sejam privados de qualquer informação ou serviço de saúde sexual e reprodutiva devido a discordâncias baseadas em crenças religiosas ou culturais do profissional.



© REUTERS/Navesh Chitrakar



PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA

"O seu corpo é seu e ninguém tem o direito de tocá-lo." (Laura, defensora dos direitos da juventude, 15 anos, Manágua, Nicarágua)

As pessoas têm o direito de viver livres de discriminação e violência. Esses direitos são protegidos por vários tratados internacionais e regionais, tais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica (Convenção de Istambul) e a Convenção de Belém do Pará. A violência contra as pessoas é uma possível violação dos direitos à vida, à integridade do corpo e à liberdade.

Os Estados têm a responsabilidade de agir contra a discriminação, violência e assédio na sua jurisdição, dentro e fora das casas. Um tipo de assédio que as mulheres costumam sofrer é o assédio na rua, através do qual elas são alvo de cantadas, comentários de teor sexual, agressões verbais e, ocasionalmente, agressões físicas nos espaços públicos.



© Amnesty International

Durante e depois da revolta do Egito em 2011, as agressões contra as manifestantes mulheres aumentou de forma significativa. As mulheres que participaram dos protestos foram agredidas pelo exército e pelas forças de segurança, foram espancadas e submetidas a violência sexual e de gênero pelos oficiais de segurança, incluindo "testes de virgindade" forçados e ameaças de estupro.

(Da publicação da Anistia Internacional Egypt: Brutality unpunished and unchecked: Egypt's military kill and torture protesters with impunity)

Existem muitas formas de violência e discriminação que afetam a capacidade das mulheres e meninas de exercer seus direitos sexuais e reprodutivos, incluindo práticas como:

- Casamento precoce e forçado;
- Mutilação genital feminina;
- Teste de virgindade;
- Herança de viúva;
- Preferência por filhos;
- Tabus alimentares para mulheres e meninas;
- Tabus da menstruação;
- Pagamento de dotes do noivo e da noiva;
- Proibição de comportamentos sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Ativistas da Anistia Internacional Equador marcham pedindo escolas seguras para meninas durante os 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero, dezembro de 2007.

Ruth, professora de uma casa-abrigo para mulheres que faz campanha pelo fim da mutilação genital feminina (MGF) no Quênia, ensina a homens sobre os perigos da MGF, dezembro de 2005.





© Paula Allen

MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA

"A primeira vez que vi claramente como a sexualidade feminina era oprimida foi com minha própria filha. Sabia que a circuncisão feminina não era algo compulsório – que era uma forma de controlar o corpo e a sexualidade das mulheres..."

(Nursyahbani Katjasungkana, Indonésia)

A mutilação genital feminina (MGF) é uma prática muito comum e perigosa exercida sobre meninas e mulheres jovens. A MGF inclui procedimentos relacionados à remoção parcial ou total dos órgãos sexuais externos femininos, ou a lesão deles. O procedimento é praticado por motivos culturais e se destina a eliminar ou restringir o

desejo sexual das mulheres e a capacidade de sentir prazer sexual. A MGF é uma forma de violência de gênero e uma violação do direito das meninas e mulheres à integridade do corpo. Embora existam leis que proíbem essa prática e obrigações dos governos de proteger os direitos das meninas e mulheres, a MGF ainda é comum em muitos lugares.

A violência à qual nos referimos aqui abrange mais do que agressão ou ataques físicos, também inclui coerção e ameaça, assédio e o uso da força mediante a privação da liberdade. A violência de gênero é uma violação dos direitos humanos fundamentais, seja em casa, no seio da família, na comunidade ou quando é exercida ou consentida pelo governo.



Muitas leis e políticas que criminalizam a sexualidade, a identidade de gênero e a reprodução estão formuladas em uma linguagem que sugere a proteção das tradições culturais ou algum código moral estabelecido, substituindo os direitos humanos das pessoas. Apesar de os direitos sexuais e reprodutivos serem direitos humanos, em alguns países os direitos sexuais das pessoas de orientação sexual e identidade de gêneros diversificada podem ser vistos como controversos. Embora as pessoas tenham o direito de ter diversas crenças religiosas e culturais, isso não pode acontecer às custas de outros direitos humanos, tais como os direitos sexuais e reprodutivos e a garantia de não discriminação.

Os Estados devem proteger as pessoas da violência de gênero e discriminação. Para isso, devem:

- Tomar medidas para modificar os padrões sociais e culturais a fim de eliminar a discriminação e as práticas baseadas na inferioridade ou superioridade de qualquer gênero ou nos papéis estereotipados de homens e mulheres;
- Descriminalizar os comportamentos sexuais consensuais entre adultos, incluindo as leis que punem o adultério e as condutas sexuais entre pessoas do mesmo sexo;
- Prevenir e eliminar a violência contra mulheres e meninas tanto na esfera pública quanto privada;
- Investigar, processar e punir atos de violência de gênero e implementar políticas que protejam as e os sobre viventes de mais abusos, tais como serviços sociais, psicológicos e de saúde para vítimas;
- Oferecer a sobreviventes de violência sexual acesso a serviços de saúde sexual, como assessoria, testes e tratamento de para o HIV/Aids, contracepção de emergência e serviços de aborto legal e seguro;
- Promover campanhas públicas educativas para criar consciência sobre a violência de gênero e combater as causas-raiz, inclusive mediante educação sobre violência de gênero nas escolas;
- Garantir o acesso efetivo à justiça para sobreviventes de violência sexual e de gênero, garantindo assistência jurídica gratuita e indenização adequada, incluindo compensação e reabilitação.



© Elio Germani

RESPONSABILIZAÇÃO E INDENIZAÇÃO

A responsabilização inclui a obrigação dos Estados tanto de garantir e monitorar o acesso das pessoas aos direitos humanos quanto de oferecer a compensação adequada quando seus direitos forem violados. Isso significa que as pessoas que tiveram seus direitos violados terão acesso à justiça e também que o governo deverá garantir que essas violações não aconteçam de novo a elas ou a outrem. Quando as leis, políticas e programas do governo não cumprem esses compromissos ou têm resultados negativos, os mecanismos de responsabilização garantem que as pessoas possam corrigir o erro ou os danos causados. Esses mecanismos são específicos de cada país e podem incluir uma pessoa ou um órgão, como um ouvidor de direitos humanos, a polícia ou uma instituição nacional de direitos humanos, que tenha o poder e a autoridade de monitorar e fazer críticas à atuação das autoridades em questão. Também pode envolver tribunais de justiça como último recurso e alguns mecanismos regionais e internacionais.

A responsabilização fortalece o diálogo entre o Estado e as pessoas e comunidades que atende. A responsabilização ocupa-se e elimina os obstáculos que certas pessoas ou comunidades encontram para exercer seus direitos. Os mecanismos efetivos de responsabilização não somente permitem que as pessoas e comunidades possam chamar o Estado à sua responsabilidade, mas também permitem que possam monitorar se o governo está cumprindo suas obrigações sobre os direitos humanos.



© Amnesty International/Jens Liebchen

Ativistas da Anistia Internacional participam da Parada do Orgulho LGBTI em Bruxelas, Bélgica, 2014.

Ativista com um cartaz como parte da campanha Escolas Seguras da Anistia Internacional, Berlim, Alemanha, novembro de 2008. O cartaz diz "Quem vai me explicar sobre a AIDS?".



RELAÇÃO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos são inalienáveis: não podem ser cedidos nem tirados por ninguém. São indivisíveis: todos os direitos humanos são igualmente importantes. Os direitos humanos são interdependentes: quando um direito é violado, produz efeitos negativos sobre os outros. Do mesmo modo, quando um direito é exercido, contribui para que os outros sejam cumpridos. E os direitos humanos são participativos: temos o direito de entrar em ação para defender e promover os nossos direitos e os dos outros, assim como exigir que o governo respeite, proteja e cumpra suas obrigações de direitos humanos.

(Para mais informações sobre como os direitos humanos se cruzam, consulte a publicação da Anistia Internacional "Respeite os meus direitos, respeite a minha dignidade, Módulo 1: Pobreza e direitos humanos" – ACT 35/021/2011).

A violação dos direitos sexuais e reprodutivos de uma pessoa pode afetar sua capacidade de desfrutar de outros tantos direitos, e a defesa e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos pode levar ao exercício de outros direitos, entre eles o direito à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à liberdade de expressão e associação e à vida. Por exemplo:

- As pessoas afetadas pelo HIV podem ser discriminadas na assistência médica, no trabalho e na moradia, violando os direitos à moradia, à saúde e ao trabalho equitativo;



Um protesto sobre o direito à saúde organizado pela Treatment Action Campaign (TAC) em Bloemfontein, África do Sul, março de 2014.

- Nos lugares onde o governo criminaliza os comportamentos sexuais entre indivíduos do mesmo sexo, as pessoas LGBTI podem ser presas ou detidas arbitrariamente, violando os direitos à integridade do corpo, a viver livre de detenção arbitrária e à liberdade de expressão, de associação e de reunião;
- As famílias sem acesso à contracepção ou ao planejamento familiar podem ter mais filhos do que podem alimentar, vestir e educar, violando os direitos à educação e à igualdade de oportunidades;
- As pessoas que não cumprem as normas de gênero aceitas na própria comunidade – tais como mulheres que têm filhos fora do casamento, trabalhadores sexuais, pessoas transexuais etc. – podem ser excluídas, expulsas da sua casa ou demitidas do trabalho, violando os direitos à moradia, ao trabalho equitativo e à igualdade de oportunidades;
- Defensores dos direitos humanos que trabalham na proteção dos direitos sexuais e reprodutivos já foram vítimas de violência, agressões e detenção arbitrária, violando os direitos à integridade do corpo e à liberdade de expressão e associação;
- Pessoas de todos os gêneros que foram assediadas ou agredidas sexualmente podem ser culpadas ou envergonhadas publicamente, e isso pode resultar na perda do emprego, da moradia ou da posição social, violando os direitos à privacidade, ao trabalho equitativo, à moradia e a viver livre de discriminação e violência;
- O assédio e as agressões sexuais na escola contribuem para uma alta taxa de abandono escolar de pessoas de todos os gêneros, especialmente meninas, homens e mulheres jovens que não se encaixam nas normas de gênero, violando o direito à educação;
- A discriminação baseada na idade e os tabus contra a sexualidade de jovens podem impedir o acesso aos serviços básicos de saúde, violando os direitos à saúde e à integridade do corpo.

RECURSOS PARA CONHECER E REIVINDICAR OS DIREITOS

Relatórios da Anistia Internacional usados nessa seção

Listen to their voices and act: Stop the rape and sexual abuse of girls in Nicaragua (Index: AMR 43/008/2010)
<http://www.amnesty.org/en/library/info/AMR43/008/2010/en>

My Life, My Health, My Education, My Choice, My Future, My Body My Rights (Index: ACT 35/001/2014)
<http://www.amnesty.org/en/library/info/ACT35/001/2014/en>

The Wire Jan/Feb 2014, p. 14, “Breaking Taboos” an interview with Kando Seraphine and “Remembering Amina”
http://issuu.com/amnestywire/docs/wire14_janfeb_web?e=4291400/6172594

Giving life, risking death: Maternal mortality in Burkina Faso (Index: AFR 60/001/2009)
<http://www.amnesty.org/en/library/info/AFR60/001/2010/en>

Left without a choice: Barriers to reproductive health in Indonesia (Index: ASA 21/013/2010)
<http://www.amnesty.org/en/library/info/ASA21/013/2010/en>

Brutality unpunished and unchecked: Egypt’s military kill and torture protesters with impunity (Index: MDE 12/017/2012)
<http://www.amnesty.org/en/library/info/MDE12/017/2012/en>

Making love a crime: Criminalization of same-sex conduct in sub-Saharan Africa (Index: AFR 01/001/2013)
<http://amnesty.org/en/library/info/AFR01/001/2013/en>

Outras fontes usadas nesta seção

Center for Reproductive Rights (CRR), *Questions and answers: Understanding the world abortion law map* disponível em <http://worldabortionlaws.com/questions.html>

Comentários Gerais do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 2000
http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=E%2fC.12%2f2000%2f4&Lang=en

UNESCO, *Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade* (2009)
<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183281e.pdf>

UNFPA: *Comprehensive Sexuality Education: Advancing Human Rights, Gender Equality and Improved Sexual and Reproductive Health 2010* disponível em
<http://www.unfpa.org/webdav/site/global/groups/youth/public/Comprehensive%20Sexuality%20Education%20Advancing%20Human%20Rights%20Gender%20Equality%20and%20Improved%20SRH-1.pdf>

UNFPA Programme of Action of the International Conference on Population and Development: Chapter VII Reproductive Rights and Health disponível em
<http://www.unfpa.org/public/home/sitemap/icpd/International-Conference-on-Population-and-Development/ICPD-Programme#ch7>

Resumo de políticas da OMS: From Evidence to Policy: Expanding Access to Family Planning-Improving contraceptive services for adolescents 2012 disponível em
http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/75160/1/WHO_RHR_HRP_12.21_eng.pdf

OMS, Abortamento seguro: Orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde, 2012
http://www.who.int/reproductivehealth/publications/unsafe_abortion/9789241548434/e or WHO Unsafe abortion, http://whqlibdoc.who.int/publications/2011/9789241501118_eng.pdf



Quer saber mais?

Amnesty International, *Realizing sexual and reproductive rights: A human rights framework* (ACT 35/006/2012)
<http://www.amnesty.org/en/library/info/ACT35/006/2012/en>

Anistia Internacional EUA, *Cartilha Sexual and Reproductive Health rights factsheet*
<http://www.amnestyusa.org/pdfs/SexualReproductiveRightsFactSheet.pdf>

The Center for Reproductive Rights, *Religious Voices Worldwide Support Choice: Pro-Choice Perspectives in Five World Religions*
<http://reproductiverights.org/en/document/briefing-paper-the-right-to-contraceptive-information-and-services-for-women-and-adolescent>

The Center for Reproductive Rights, *Religious Voices Worldwide Support Choice: Pro-Choice Perspectives in Five World Religions*
http://reproductiverights.org/sites/crr.civicaactions.net/files/documents/pub_bp_tk_religious.pdf

Indonesian Youth Lesbian Center, *Yogyakarta Principles Comic*
<http://www.pelangiperempuan.or.id/yogyakarta-principles-comic/>

IPAS, *Human rights of adolescents*
<http://www.ipas.org/en/The-Storehouse-for-Abortion-Law-and-Policy/Adolescent-Rights/Human-Rights-Standards.aspx>

International Planned Parenthood Federation, *Exclaim: A young people's guide to sexual rights guidebook*
<http://www.ippf.org/resource/Exclaim-Young-Peoples-Guide-Sexual-Rights-IPPF-declaration>

Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, *Nascidos livres e iguais*
<http://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes.pdf>

Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, *Cartilhas sobre direitos humanos*
<http://www.ohchr.org/EN/PublicationsResources/Pages/FactSheets.aspx>
UNICEF, *The Evolving Capacities of the Child* <http://www.unicef-irc.org/publications/384>

Quer fazer mais?

Recursos para entrar em ação
The Youth Coalition on Sexual and Reproductive Rights toolkit
<http://www.youthcoalition.org/publication/a-youth-activists-guide-to-sexual-and-reproductive-rights/>

IPAS, *Young Women and Abortion: Avoiding Legal and Policy Barriers*
<http://ipas.org/en/Resources/Ipas%20Publications/Young-Women-and-Abortion—Avoiding-Legal-and-Policy-Barriers.aspx>

Distribuição de folhetos informativos sobre a campanha *Meu Corpo Meus Direitos* na África do Sul, maio de 2014



© Amnesty International

ATIVIDADE 3.1

TORNANDO OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS UM ASSUNTO PESSOAL

OBJETIVOS

- Refletir sobre como os direitos sexuais e reprodutivos fazem parte da vida de todas as pessoas;
- Explorar de que modo certas condições como a idade, o gênero, a identidade sexual e o acesso aos recursos contribuem ou limitam seu conhecimento sobre os direitos sexuais e reprodutivos e o acesso a eles.

TEMPO

3 horas

O QUE VOCÊ PRECISA

- Frases do exercício "Dê um passo à frente";
- Espaço suficiente para os participantes formarem uma linha e poderem dar um passo à frente (se não houver espaço suficiente, pode adaptar a atividade);
- Pedacos de papel;
- Um conjunto de cartões de direitos sexuais e reprodutivos para cada grupo de 4 ou 5 pessoas;
- Bloco flip chart;
- Marcadores e canetas.

ESTA ATIVIDADE TEM QUATRO PASSOS

Passo 1: Dê um passo à frente...(45 min.);

Passo 2: Quem decide? (45 min.);

Passo 3: Identificando meus direitos (60 min.);

Passo 4: Entre em ação (30 min.).

Participantes de uma oficina sobre direitos sexuais e reprodutivos fazem a atividade "Um Passo à Frente" em Buenos Aires, Argentina, setembro de 2014.

DICAS DE FACILITAÇÃO

- ✓ Pode ajustar o tempo da atividade segundo o tamanho e as necessidades do grupo;
- ✓ Pode dividir a atividade após o passo 2 em duas atividades separadas, mas assegure-se de ter a oportunidade de refletir no fim de cada atividade;
- ✓ O exercício "Dê um passo à frente" requer que os jovens se sintam seguros, por isso, é importante realizar uma atividade curta ou dinâmica antes de começar, facilitar a confiança e lembrar o grupo dos acordos comuns, destacando o acordo de confidencialidade especialmente;
- ✓ Se por falta de espaço tiver que adaptar "dê um passo à frente" para "fique de pé" é importante reparar que ficar de pé na frente de todos para alguns pode ser mais difícil do que dar um passo à frente.



PASSO 1: Dê um passo à frente... (45 min.)

Plenary (10 min.)

- Posicione-se à frente do grupo e peça que os participantes fiquem de pé, lado a lado, formando uma linha e olhando para você em silêncio. É preciso que haja distância suficiente entre você e os participantes para que eles possam dar um passo à frente. Este exercício deve ser realizado em silêncio;
- Explique ao grupo que você vai ler em voz alta uma série de frases. Quando quiserem responder "sim", devem dar um passo à frente em silêncio. Avise que devem permanecer em silêncio e, quando você falar "obrigado/a", podem dar um passo para trás;
- Quando você for ler as frases, repita a introdução "Dê um passo à frente se" em cada frase;
- É importante que, depois de ler as frases, o facilitador ou facilitadora dê um tempo para os participantes pensarem e darem o passo à frente. Esta atividade não deve ser feita às pressas, mesmo que o silêncio incomode. Após os participantes terem dado o passo à frente, fique 30 segundos em silêncio para refletir e depois diga "obrigado/a" e que podem voltar. Em seguida, leia a frase seguinte;
- Depois de ter lido todas as frases, peça que os participantes formem grupos pequenos para refletir sobre o exercício.

FRASES DÊ UM PASSO À FRENTE SE...

- Você ouviu falar sobre direitos sexuais e reprodutivos antes dessa oficina.
- Alguma vez na vida você se sentiu pressionado ou pressionada a mudar algo do seu corpo ou foi discriminado pela aparência, forma de vestir ou agir.
- Alguma vez na vida você recebeu informações erradas ou falsas sobre sexo, sexualidade ou reprodução.
- Alguma vez na vida você se sentiu com vergonha de perguntar ou falar sobre sexo, sexualidade, relacionamentos ou reprodução.
- Alguma vez na vida você sentiu que alguém tentou tomar alguma decisão sobre seu corpo, sua sexualidade ou sua reprodução.
- Alguma vez na vida você sentiu que não tinha acesso à informação ou aos serviços de saúde sexual, ou conhece alguém que não teve acesso.
- Alguma vez na vida você sentiu alguma pressão para ter ou não ter relações sexuais.
- Alguma vez na vida você sentiu alguma pressão sobre quando ter ou não ter filhos.
- Você conhece alguém que tenha sido discriminado ou discriminada, ou tenha sofrido violência como consequência das suas escolhas sobre seu próprio corpo, sexualidade e relacionamentos.



Grupos pequenos (10 min.)

- Peça que as pessoas procurem um par para pensar sobre as seguintes perguntas:

1. Como você se sentiu fazendo esse exercício?
2. O que mais afetou você?
3. O que você aprendeu com esse exercício?
4. Você acha que esse exercício tem a ver com os direitos sexuais e reprodutivos?

Plenária (25 min.)

- Em plenária, pergunte ao grupo se alguém quer compartilhar sua reflexão sobre as perguntas. Dependendo do grupo, você pode pegar três, quatro ou mais participantes para responderem cada pergunta;

- ▣ Pode concluir dizendo que quase todos nós somos afetados, de uma forma ou de outra, pelos direitos sexuais e reprodutivos. Eles afetam tanto homens quanto mulheres. São essenciais para os jovens de todo o mundo, não apenas para pessoas de outros países.

- ▣ Observe que esse exercício mostra como quase todo mundo, em algum momento, sentiu algum tipo de pressão para tomar uma decisão, ou alguém tomou decisões sobre nosso corpo, nossa sexualidade e nossos relacionamentos;

- ▣ Explique que as pessoas deveriam ter o direito de tomar decisões sobre seu próprio corpo, reprodução e sexualidade, incluindo:

1. se quer obter informações sobre sexo;
2. se quer se envolver em uma atividade sexual, e com quem;
3. se quer usar algum método contraceptivo, e qual;
4. se quer usar preservativo ou algum outro método para prevenir a transmissão de DST;

5. se quer ter filhos, quando, quantos e com quem;
 6. se quer procurar serviços de saúde ou assistência médica para gravidez, fertilidade ou outros motivos de saúde sexual ou reprodutiva;
 7. como e com quem formar uma família;
 8. se quer abortar uma gravidez não desejada;
 9. como expressar seu gênero e sexualidade.
- ▣ Deveríamos poder tomar essas decisões sem sofrer coerção, pressão, discriminação nem violência. Entraremos em detalhes sobre esse assunto na próxima atividade.

PASSO 2: Quem decide? (45 min.)

Trabalho de grupo (20 min.)

- Lembre o grupo sobre a atividade anterior;
 - Forme pequenos grupos. Podem ser mistos ou de um gênero específico;
 - Peça que os participantes escrevam ou desenhem em pedaços de papel as decisões sobre sexualidade e reprodução que provavelmente tomem ou que já tomaram em diferentes momentos da vida e que pensem nas seguintes perguntas:
1. Alguma vez você sentiu algum tipo de pressão para tomar alguma decisão ou alguém tomou alguma decisão por você sobre seu corpo, sua sexualidade, suas relações sexuais, sua identidade de gênero ou sua reprodução?
 2. Existe alguma decisão que algumas pessoas da sua comunidade possam ou não tomar? Quem? Que decisões e por quê? (Refleta sobre como o fato de ser homem ou mulher, adulto ou jovem, de ter recursos econômicos ou não, de morar em uma área urbana ou rural pode contribuir ou limitar a capacidade de alguém para tomar certas decisões).

3. O que acontece quando os jovens não podem tomar decisões sobre sua reprodução e sexualidade?
4. O que você precisa para tomar suas próprias decisões sobre seu corpo, sua identidade, sua sexualidade, suas relações sexuais e sua reprodução?

Plenária (25 min.)

- Junte os grupos e peça que os participantes compartilhem sua lista de decisões e suas reflexões;
- Encerre com algumas conclusões gerais sobre como a sociedade, a cultura, a família e até os pares decidem ou nos pressionam a tomar certas decisões sobre nosso corpo e sexualidade.
- ▣ Alguns grupos, como a juventude, enfrentam dificuldades para ter acesso às informações e aos serviços necessários para tomar essas decisões. Se suas decisões estiverem fora do que a sociedade lhes impõe, eles podem sofrer discriminação, marginalização e inclusive violência.

PASSO 3: Identificando meus direitos (60 min.)

Trabalho de grupo (30 min.)

- Peça que os participantes voltem aos pequenos grupos;
- Peça que lembrem e levem em consideração o debate anterior sobre decisões que eles ou outros tiveram de tomar sobre seu corpo, sua sexualidade, suas relações sexuais, sua identidade e sua reprodução;
- Reparta um conjunto de cartões com informações sobre direitos sexuais e reprodutivos para cada grupo;
- Peça que os participantes analisem os cartões de direitos sexuais e reprodutivos e reflitam sobre as seguintes perguntas:
 1. Pensando nas decisões que você tem de tomar, quais desses direitos apoia cada decisão? Por exemplo: para decidir quando ter a primeira relação

sexual, você precisa do direito à informação, aos serviços de saúde e à escolha.

2. Que grupos de pessoas podem ter acesso a esses direitos livremente ou têm melhor acesso do que outros? Por quê?
3. Que grupos de pessoas podem não ter pleno acesso a cada direito? Por quê? (Reflitam sobre como o fato de ser homem ou mulher, adulto ou jovem, de ter recursos econômicos ou não, de morar em uma área urbana ou rural pode contribuir ou limitar sua capacidade de ter acesso a certos direitos.)
4. O que você pode fazer para ter melhor acesso e reivindicar esses direitos?

Plenária (30 min.)

- Junte os grupos de novo para apresentarem suas reflexões;
- Resuma algumas conclusões gerais do debate.

PASSO 4: Entre em ação (30 min.)

- Pense em como podemos entrar em ação sobre o que acabamos de aprender;
- Pense em formas criativas de apresentar a outros jovens a importância dos direitos sexuais e reprodutivos para as decisões que precisamos tomar na vida (cartazes, frases, músicas, poemas etc.);
- Faça uma revisão do que o grupo identificou como ações possíveis para ter melhor acesso e reivindicar seus direitos no Passo 3 e avalie quais ações podem avançar;
- Veja o que está acontecendo na campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional para saber de que forma apoiar os outros para defender e reivindicar seus direitos.
Acesse: <https://anistia.org.br/campanhas/meu-corpo-meus-direitos/>



CARTÕES DE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

ESCOLHA

Todas as pessoas têm o direito de tomar decisões sobre seu próprio corpo, sexualidade, relações sexuais, identidade de gênero ou reprodução.

INFORMAÇÃO

Todas as pessoas têm o direito de pedir e receber informações sobre sexo, contracepção e serviços de saúde relacionados.

EDUCAÇÃO

Todas as pessoas têm o direito à educação integral, precisa e não discriminatória sobre sexualidade humana, saúde sexual e reprodutiva, direitos humanos e igualdade de gênero.

REPRODUÇÃO

Todas as pessoas têm o direito de decidir por si se quer ter filhos e quando os ter.

FAMÍLIA

Todas as pessoas têm o direito de decidir se querem casar e que tipo de família formar.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

Todas as pessoas têm o direito de ter acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva compreensivos e integrais, sem discriminação, coerção nem violência.

INTEGRIDADE DO CORPO

Todas as pessoas têm o direito de tomar decisões e controlar o que acontece com o próprio corpo. As ameaças à autonomia do corpo incluem todas as ações praticadas sem consentimento, tais como estupro e outros tipos de violência de gênero, gravidez forçada, aborto forçado, esterilização forçada ou mutilação genital feminina.



ATIVIDADE 3.2

CONECTANDO OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS AOS DIREITOS HUMANOS

OBJETIVOS

- Entender como os direitos sexuais e reprodutivos estão conectados e afetam a outros direitos humanos.

TEMPO

2 horas

O QUE VOCÊ PRECISA

- Cópias das frases "O que você faria se..." (página 106) – uma por participante;
- Cópias dos estudos de caso (páginas 107-109);
- Cópias para cada participante do fluxograma de direitos humanos (se não for possível, desenhe o fluxograma em uma folha de flip chart);
- Folhas de flip chart;
- Marcadores e canetas.

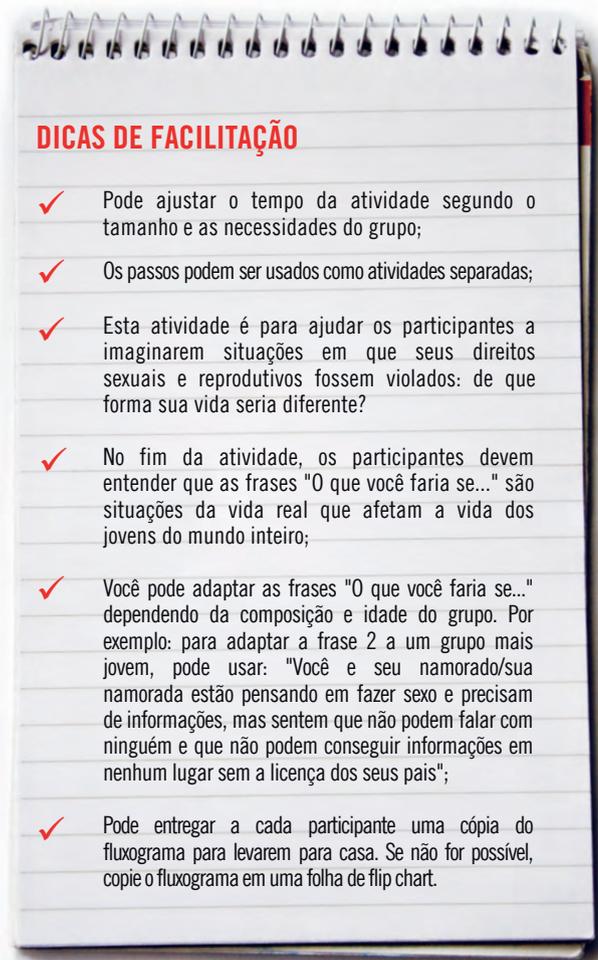
ESTA ATIVIDADE TEM QUATRO PASSOS

Passo 1: "O que você faria se..." (45 min.);

Passo 2: Fluxograma de direitos humanos (45 min.);

Passo 3: Por que os direitos sexuais e reprodutivos são importantes para mim? (20 min.);

Passo 4: Entre em ação (10 min.).



© Amnesty International Morocco

Anistia Internacional Marrocos organizou uma oficina de treinamento sobre direitos sexuais e reprodutivos em parceria com o UNFPA para educadores de pares, maio de 2014.

PASSO 1: "O que você faria se..." (45 min.)

Reflexão individual (5 min.)

- Entregue uma frase "O que você faria se..." da página 106 a cada participante. Peça que imaginem estar na situação apresentada na frase e reflitam sobre as seguintes perguntas:
1. De que forma sua vida seria diferente durante os próximos 5 anos?
 2. Como você se sente com isso?
 3. Como isso o afetaria pessoalmente, à sua família, à sua comunidade?
 4. Esse tipo de situação acontece no seu país?

Grupos pequenos (10 min.)

- Peça que os participantes procurem outra pessoa no grupo para compartilhar a frase "O que você faria se..." e refletir sobre as visões do outro.

Plenária (30 min.)

- Em plenária, peça que um participante compartilhe sua frase "O que você faria se..." e suas reflexões com o grupo;
- Pergunte se alguém tem uma frase parecida e queira compartilhar suas reflexões;
- Pergunte se alguém tem uma frase diferente e queira compartilhar suas reflexões;
- Compartilhe a maior quantidade possível das cinco frases "O que você faria se...";
- Depois de cada participante compartilhar suas ideias, explique que essa situação está acontecendo no mundo nesse momento;

Peça que alguns voluntários leiam os estudos de caso das páginas 107-109 como exemplos reais de violações de direitos sexuais e reprodutivos que acontecem em todo o mundo.

PASSO 2: Fluxograma de direitos humanos (45 min.)

- Compartilhe o diagrama da página 110 como um exemplo de como a violação dos direitos sexuais e reprodutivos, tais como o direito de acesso à informação e aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, pode afetar o acesso a outros direitos humanos – como educação, saúde e trabalho – e pode resultar em mais pobreza, marginalização, discriminação e até violência.

Trabalho de grupo (25 min.)

- Peça que os participantes formem grupos segundo a frase "O que você faria se..." que cada um tem;
- Dê a cada grupo o estudo de caso relacionado à frase "O que você faria se...";
- No grupo, eles vão usar suas próprias histórias e o estudo de caso para criar seu próprio fluxograma de direitos humanos conectando a violação dos direitos sexuais e reprodutivos ao efeito causado em outros direitos humanos.

Plenária (20 min.)

- Junte os grupos de novo;
- Escreva "direitos sexuais e reprodutivos" no meio de uma folha de flip chart;
- Peça que os grupos compartilhem suas reflexões e fluxogramas;
- 8fVeXi T~ bf~ WXeXagXf~ WXgdf~ dhX~ bf~ Zehcbf~ WXagWTeI~ `Vb` b~ eX_TVbaTWbf~ Tbf~ WXgdf~ fXkhTf~ X~eXcbVhgi bf.~
- Conecte-os mediante uma linha para representar visualmente a inter-relação e conexão entre os direitos sexuais e reprodutivos e os direitos humanos;



■ Alguns aspectos-chave para encerrar:

- ▣ Os direitos sexuais e reprodutivos estão inter-relacionados e dependem de outros direitos humanos. A violação dos direitos sexuais e reprodutivos repercute na capacidade de cumprir e ter acesso a outros direitos humanos e nas vidas dos jovens;
- ▣ Ter acesso a outros direitos humanos pode facilitar o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos;
- ▣ Destaque que esses estudos de caso são de pessoas reais e, devido ao fato de que os direitos sexuais e reprodutivos estão conectados a outros direitos humanos, a Anistia Internacional priorizou a campanha global sobre direitos sexuais e reprodutivos Meu Corpo Meus Direitos.

PASSO 3: Por que os direitos sexuais e reprodutivos são importantes para mim? (20 min.)

Grafite (10 min.)

- Coloque uma folha de flip chart no meio da sala e peça que os participantes escrevam ou desenhem exemplos de por que os direitos sexuais e reprodutivos são importantes para eles.

Plenária (10 min.)

- Peça que os participantes formem um círculo ao redor da folha de flip chart para que todos possam ver o que está escrito no "grafite";
- Peça que eles leiam em voz alta algumas das coisas escritas;
- Faça que os participantes leiam a maior quantidade de palavras ou frases possíveis.

Participantes da oficina "Expressando opiniões" para o lançamento da campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional na Cidade do México, março de 2014.

PASSO 4: Entre em ação (10 min.)

- Pense em como podemos entrar em ação sobre o que acabamos de aprender;
- O grupo talvez queira pesquisar mais sobre os casos através da campanha Meu Corpo Meus Direitos ou entrar em ação na própria comunidade;
- Crie um cartaz ou uma imagem para compartilhar, por exemplo: "Você acaba de saber que está grávida, quais suas opções?" e liste as ideias que surjam no grupo;
- Sugira que os participantes exibam o cartaz em lugares públicos onde as pessoas em risco possam vê-los (banheiros de meninas etc.);
- Pense em formas de compartilhar os estudos de caso dos outros países com o que acontece na sua comunidade. Por exemplo: "Todos somos Beatriz" ou "Os estupros não acontecem apenas em Marrocos, também acontecem aqui... e as mulheres são culpabilizadas por isso.";
- Pense em onde o grafite poderia ser exibido ou faça outro grafite com outras pessoas em um espaço público.



© Amnesty International / Gabriela Sanchez Aranda

"O QUE VOCÊ FARIA SE..." FRASES

O QUE VOCÊ FARIA SE...

soubesse que engravidou e que levar a gestação adiante vai pôr sua vida em risco. Interromper a gestação não é uma opção, porque uma lei do seu país proíbe o aborto.

O QUE VOCÊ FARIA SE...

quisesse ter acesso a medicamentos contraceptivos, mas os hospitais só os fornecem se estiver acompanhada dos seus pais ou de seu marido.

O QUE VOCÊ FARIA SE...

depois de ter sido estuprada, você tivesse que se casar com seu molestatador para "protegê-lo" de ser mandado à prisão e para preservar a honra da sua família.

O QUE VOCÊ FARIA SE...

fosse ilegal amar seu namorado/namorada e isso pudesse mandar você para a prisão.

O QUE VOCÊ FARIA SE...

depois de ter sido estuprado(a) você denunciasse a agressão à polícia. Eles culpassem você de fazer sexo fora do casamento e de se comportar de uma maneira imoral, que poderia ser punida pela lei.

ESTUDOS DE CASO

CASO 1

HISTÓRIA DE BEATRIZ EL SALVADOR

(Este caso pode ser usado SOMENTE para essa atividade educativa. Não pode ser comunicado à imprensa nem pode ser usado em El Salvador)

Beatriz, uma jovem salvadorenha de 22 anos, sofria de doenças severas, entre elas o lúpus e problemas nos rins. Quando engravidou, os médicos disseram que, se levasse a gestação até o fim, ela poderia morrer. Além disso, o feto era anencefálico, não tinha uma grande parte do cérebro e do crânio, e não iria viver mais do que algumas horas depois do nascimento. Os médicos de El Salvador ficaram receosos de serem processados por causa da proibição total do aborto no país e sentiram-se de pés e mãos atados por uma lei tão extrema, que só encontra similares em poucos países do mundo. Beatriz fez uma campanha durante mais de dois meses para receber o tratamento necessário para preservar sua vida. Finalmente, foi concedida a antecipação terapêutica do parto por meio de uma cirurgia de cesárea em junho de 2013. Como os médicos tinham prognosticado, o feto viveu apenas algumas horas depois de nascido. A vida da Beatriz foi salva.

(Fonte: revista The Wire da Anistia Internacional, jan/fev 2014)

CASO 2

HISTÓRIA DE LILA INDONÉSIA

"Não é permitido ter acesso aos serviços de planejamento familiar sem um certificado de casamento."

(Lila, uma empregada doméstica de 23 anos, que está em processo de divórcio.)

Médicos e parteiras dos serviços de saúde pública entrevistados pela Anistia Internacional em março de 2010 na Indonésia confirmaram que não fornecem serviços de saúde reprodutiva a mulheres e meninas solteiras, incluindo contracepção e planejamento familiar. Um ativista dos direitos humanos disse à Anistia Internacional: "é muito tabu para uma pessoa solteira pedir contraceptivos... Será vista ou visto como se estivesse procurando sexo livre".

A constituição da Indonésia não tem cláusulas específicas que garantam o direito de homens e mulheres solteiros a terem filhos. Tanto o Direito Público quanto de Família e Sanitário estabelecem que o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva pode ser oferecido apenas aos casais legalmente casados, assim excluindo todas as pessoas solteiras desses serviços.

Fonte: Publicação da Anistia Internacional *Left without a choice: Barriers to health in Indonesia* (Índice: ASA 21/013/2010)



CASO 3

HISTÓRIA DE AMINA MARROCOS

Amina suicidou-se tomando veneno de rato em março de 2012. Tinha 16 anos. Logo foi revelado que Amina tinha sido forçada a se casar com o homem que ela disse tê-la estuprado, porque a lei marroquina permite que estupradores possam escapar da lei ao se casarem com suas vítimas, se forem menores de 18 anos. Em janeiro de 2014, quase dois anos depois da morte da Amina, o Parlamento marroquino votou unanimemente por emendar a lei em cláusula de escape. Embora a votação tenha chegado tarde para a Amina, foi um importante passo à frente para os direitos das mulheres e meninas marroquinas e uma vitória para os ativistas que têm pressionado incansavelmente para emendar esse artigo discriminatório.

Contudo, na Argélia e na Tunísia, a lei ainda permite que os estupradores circulem livremente ao se casarem com suas vítimas – se forem menores de 18 anos.

(Fonte: revista *The Wire* da Anistia Internacional, jan/fev 2014)

CASO 4

HISTÓRIA DO JEAN- CLAUDE ROGER MBEDE CAMARÕES

Jean-Claude Roger Mbede era uma das muitas pessoas detidas e condenadas em Camarões em nome das leis que criminalizam as relações sexuais entre indivíduos do mesmo sexo. Jean-Claude foi detido em 2 de março de 2011. Foi condenado a 36 meses de cadeia e culpado de homossexualismo e tentativa de homossexualismo. Isso desobedece às obrigações de Camarões estabelecidas em vários tratados internacionais e regionais sobre direitos humanos.

As leis que criminalizam as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo afetam lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI) no continente africano todos os dias. Em alguns países, como Camarões, os indivíduos são frequentemente detidos depois de serem denunciados às autoridades por serem gays ou lésbicas. A existência de leis e políticas dirigidas às pessoas segundo sua orientação sexual real ou percebida, ou sua identidade de gênero, não é a única questão de direitos humanos que as pessoas LGBTI enfrentam na África subsaariana. Os altos níveis de violência sexual e outros tipos de violência dirigida às pessoas segundo sua orientação sexual percebida ou sua identidade de gênero são endêmicos em algumas regiões.

Fonte: *Publicação da Anistia Internacional Making Love a Crime: Criminalization of same-sex conduct in Sub-Saharan Africa (Índice: AFR 01/001/2013)*

CASO 5

**HISTÓRIA DE SARI
 INDONÉSIA**

Sari tinha 14 anos quando denunciou à polícia que tinha sido estuprada por um homem casado de 25 anos em Achém, Indonésia. Todavia, a princípio a polícia não acreditou e ela foi culpada de adultério. Um funcionário de uma ONG de Achém contou para a Anistia Internacional em 2010: "os policiais de Achém culpavam a Sari de adultério quando ela foi denunciar que tinha sido estuprada. Eles não acreditaram na história da Sari e, ao contrário, alegaram que ela teve relações sexuais com o homem casado porque os dois se gostavam. Os policiais a acusaram de violar a cláusula legal de adultério. As autoridades regionais culpam as mulheres e meninas dos atos sexuais contra elas:

"Quando as mulheres não se vestem conforme a lei Charia, estão pedindo para serem estupradas", disse Ramli Mansur, líder da província de Achém Ocidental, comentando sobre os motivos da implementação de um estatuto de código de vestimenta na província de Achém Ocidental, agosto de 2011.

Fonte: Publicação da Anistia Internacional Left without a choice (Índice: ASA 21/013/2010)

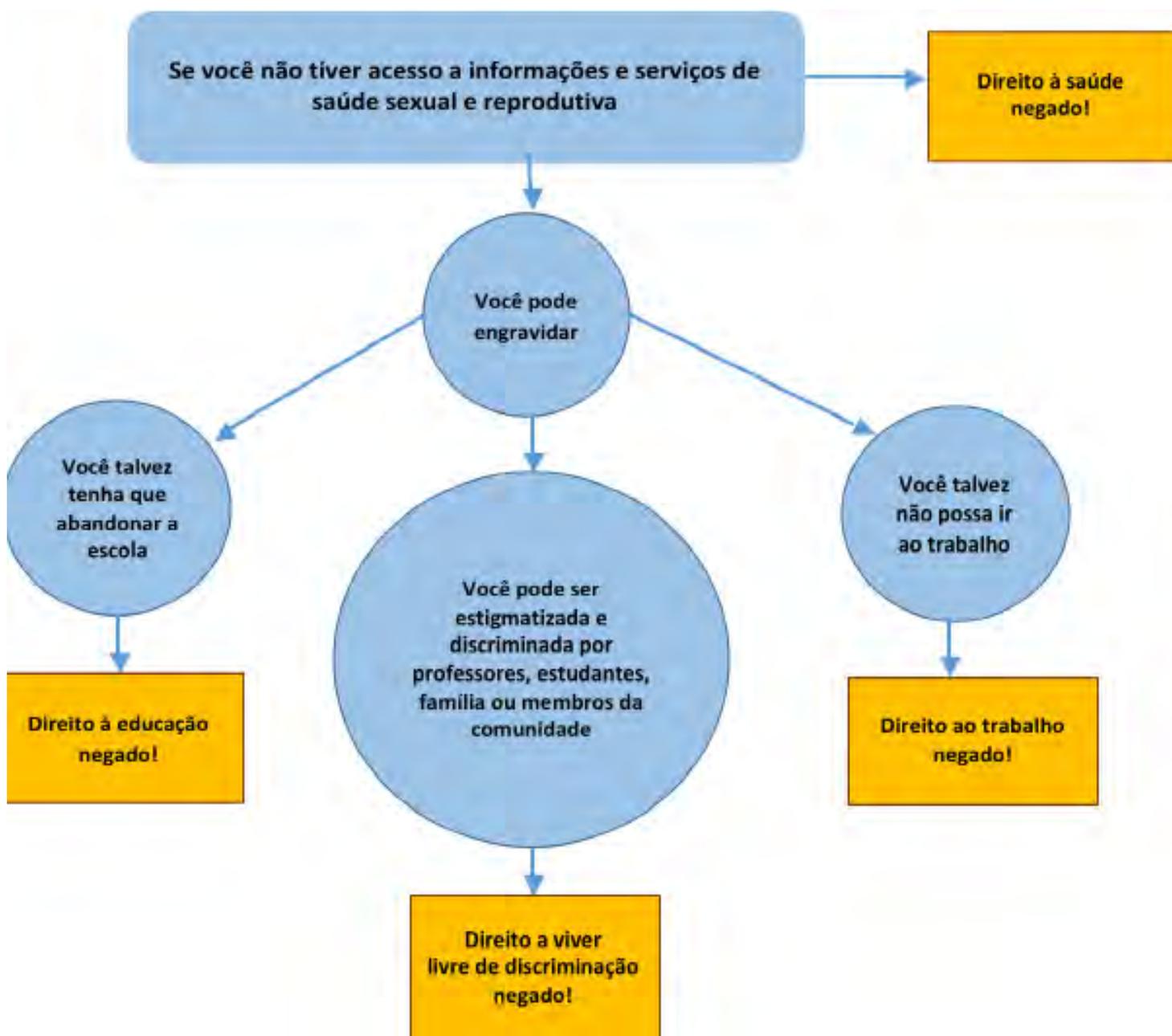


© Amnesty International

Ativistas da Anistia Internacional na Argentina participam da campanha pela vida de Beatriz em El Salvador. O cartaz diz "Beatriz tem direito a viver".

FLUXOGRAMA DE DIREITOS HUMANOS

Como os direitos sexuais e reprodutivos estão conectados a outros direitos humanos e os afetam. O diagrama mostra como a falta de acesso a um direito – acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva – afeta o acesso a outros direitos.



ATIVIDADE 3.3

O QUE ACONTECE NA NOSSA COMUNIDADE?

OBJETIVOS

- Falar sobre problemas reais relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos enfrentados pelos participantes nas suas comunidades;
- Começar a debater sobre o que pode ser feito para tratar esses problemas.

TEMPO

2 horas

O QUE VOCÊ PRECISA

- Folhas de flip chart;
- Marcadores e canetas.

ESTA ATIVIDADE TEM TRÊS PASSOS

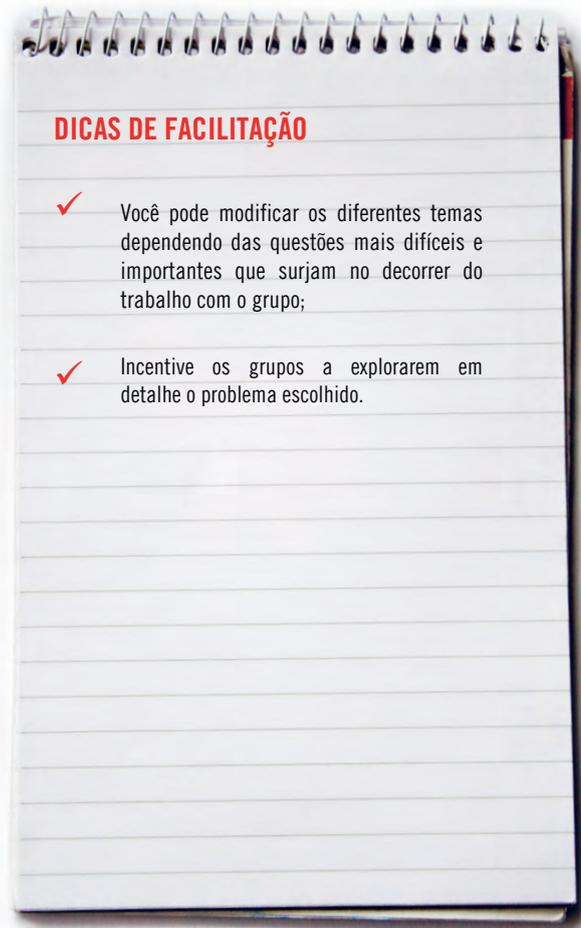
Passo 1: Identificando problemas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos (45 min.);

Passo 2: Tratando problemas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos (45 min.);

Passo 3: Entre em ação (30 min.).

Essa atividade foi adaptada do Manual de Treinamento da AWLI Sexual and Reproductive Health and Rights and Violence Against Women in conflict-affected African contexts, 2012.

Anistia Internacional Mali lança a campanha Meu Corpo Meus Direitos, março de 2014.



© Amnesty International

PASSO 1: Identificando problemas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos (45 min.)

Trabalho em grupo: interpretação de papéis (45 min.)

- Explique que cada grupo criará uma pequena cena teatral. Terão que identificar um problema no grupo e mostrar como as diferentes pessoas envolvidas interagem para tentar resolver ou prevenir o problema;
- Divida os participantes em pequenos grupos de três ou quatro. Dê a cada grupo um dos seguintes temas:
 - ▣ Direitos sexuais;
 - ▣ Direitos reprodutivos.
- Peça que cada grupo debata sobre os problemas-chave que os jovens enfrentam na comunidade relacionados ao tema. Podem basear-se em experiências pessoais ou em problemas de que ouviram falar;
- Peça que cada grupo escreva os problemas em uma folha de flip chart a fim de tirar ideias para a peça;
- Peça que os participantes criem um esquete de cinco minutos que trate dos problemas discutidos. A atuação deve incluir o seguinte:
 1. Um problema que precisa ser resolvido;
 2. Uma pessoa que tente resolvê-lo;
 3. Uma pessoa que não queira que seja resolvido;
 4. Algum tipo de resolução (positiva ou negativa).

PASSO 2: Tratando problemas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos (45 min.)

Interpretando papéis (45 min.)

- Cada grupo menor apresenta sua peça para todo o grupo. Depois de cada apresentação, pergunte aos participantes:
 1. O que você viu que estava acontecendo?
 2. Qual era o problema ou problemas-chave?
 3. Qual era a origem do problema?
 4. O que a pessoa tentou fazer para resolver o/os problema/s?
 5. Alguma coisa ou alguém impediu que isso acontecesse? Se sim, o que e quem?
 6. Qual foi o resultado?
 7. Você pode fazer alguma coisa para resolver o problema?
- Trabalhe as conclusões com o grupo: o que as cenas interpretadas nos mostraram?

PASSO 3: Entre em ação (30 min.)

- Pense em como podemos entrar em ação sobre o que acabamos de aprender:
- Debata sobre como os participantes poderiam desenvolver esses esquetes em uma peça de teatro mais longa ou animação para apresentar fora do grupo ou dentro da comunidade, buscando criar consciência e provocar um debate sobre possíveis soluções a esses problemas. (Poderia ser apresentado a quem, quando e onde?);
- Alguma solução foi simples? Se sim, sugira criar cartões de ação "nessa situação, você poderia fazer xxx" para repartir como folheto ou compartilhar on-line.





© REUTERS/Erik De Castro

Mães e bebês aguardando consulta médica pediátrica gratuita em um centro público de saúde em Manila, Filipinas, agosto de 2012.



न्यायमा महिलाको
पहुँचको सुनिश्चितता
सुस्वाको प्रत्याभूति

महिलामाथि हुने
हिंसाको अन्त्य
गानवअधिकारको
प्रवर्द्धन

लैङ्गिक विभेद रहित
समाज आजको
आवश्यकता ।

महिलामाथि हुने हिंसा
गानवअधिकारको
सुनराइज बैंक लिमिटेड
SUNRISE BANK LIMITED
RISING TO SEP
www.sunrisebank.com

समाज
।

हिंसा

Uma jovem ativista da Anistia Internacional Nepal com Ritha Mahato em uma ação de defesa dos direitos da mulher em Catmandu, Nepal, exigindo de uma Comissão ações concretas para acabar com a violência contra mulheres, novembro de 2008.

QUATRO
TOMANDO
UMA POSIÇÃO
SOBRE OS DIREITOS
SEXUAIS E
REPRODUTIVOS



OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS AFETAM A TODOS

Existem inúmeras oportunidades na vida diária para defender os direitos humanos. Desde o estudante que defende alguém do bullying até o jovem que barra outros homens que assediam mulheres na rua e os jovens voluntários que cuidam de pessoas afetadas pelo HIV na comunidade. Todos os dias, ocorrem vários atos de coragem parecidos. Defender um amigo, uma colega ou alguém que não conhecemos também é um ato de defender seus próprios direitos: quando você trabalha para que sua comunidade seja mais segura e amigável para pessoas marginalizadas e discriminadas pela sexualidade, gênero ou escolhas reprodutivas, você está garantindo que, no futuro, haverá mais opções de escolhas disponíveis para você, seus amigos e família.

Mas lembre-se: em alguns países, promover alguns elementos de direitos sexuais e reprodutivos pode ser perigoso, inclusive ilegal. É importante saber dos riscos que você pode enfrentar na sua sociedade na hora de falar com outras pessoas e entrar em ação.

Jovens ativistas de 14 anos da Anistia Internacional na Embaixada da Nigéria em Londres, Reino Unido, fazendo uma campanha pela libertação de Patrick Okoroafor, junho de 2009. Patrick Okoroafor tinha 14 anos quando foi detido, torturado e preso por nove anos sem julgamento justo.



© Amnesty International



O QUE O GOVERNO DEVE FAZER

"Exijo que o governo respeite meus direitos como mulher. Somos meninas e temos direitos. Enquanto não respeitarem esses direitos, continuaremos lutando e exigindo-os."

(Clara, 18 anos, Nicarágua)

Os Estados têm se comprometido a defender os direitos humanos mediante a assinatura e ratificação de tratados sobre direitos humanos e o apoio a outros compromissos internacionais. Eles devem cumprir esses compromissos, garantindo que as leis, políticas e programas – incluindo aqueles sobre os direitos sexuais e reprodutivos – sejam baseados nos direitos humanos e defendam a igualdade de gênero e os direitos dos jovens. Além do mais, os governos devem garantir que os princípios dos direitos humanos fundamentais, tais como a não discriminação, viver livre de violência e coerção e a liberdade religiosa e de expressão sejam respeitados e protegidos.

Para poder comprometer-se plenamente a defender o direito de todas as pessoas à saúde sexual e reprodutiva, livre de discriminação, coerção e violência, os governos devem tomar certas medidas em todos os níveis e instituições. O governo pode ser submetido a prestar contas de suas ações pelos defensores dos direitos sexuais e reprodutivos que trabalhem dentro das instituições oficiais, em organizações não governamentais e alianças de defesa dos direitos e no plano local em cada comunidade.

Os Estados devem tomar medidas imediatas para:

- garantir responsabilização e indenização para todas as vítimas de abusos de direitos humanos, sejam eles cometidos pelo governo ou por atores privados;
- assegurar que haja instituições nacionais para monitorar os direitos humanos, assim como órgãos de controle para monitorar a violação dos direitos sexuais e reprodutivos, agir sobre denúncias e garantir que esses órgãos funcionem de forma efetiva;
- implementar programas para garantir que todas as pessoas recebam informações precisas sobre sexualidade e reprodução e possam exercer seus direitos sexuais e reprodutivos, especialmente mediante programas de educação sexual compreensivos e precisos, baseados em direitos humanos para pessoas de todas as idades, tanto nas escolas quanto fora delas;
- tomar medidas legais e propor políticas concretas para garantir que as pessoas, especialmente meninas, mulheres e jovens, possam tomar decisões livres e conscientes sobre sua sexualidade e sua vida reprodutiva, incluindo a abolição de leis e políticas que prejudicam a igualdade de gênero;
- revisar e emendar as leis, políticas e diretrizes que punem as pessoas que exercem seus direitos sexuais e reprodutivos, incluídas as leis que criminalizam os comportamentos sexuais entre pessoas do mesmo sexo;
- garantir o acesso universal a serviços integrais de saúde sexual e reprodutiva, assessoria e informação para todas as pessoas, com especial ênfase a mulheres e jovens;
- garantir que todas as pessoas possam usar a lei para fazer cumprir seus direitos sexuais e reprodutivos e ter acesso a compensações quando ocorrer a violações desses direitos;
- oferecer oportunidades de participação igualitária e efetiva, em especial a jovens, nos programas e políticas de planejamento, estabelecimento de prioridades, implementação e monitoramento relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos.



CONTROLE SOCIAL E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O controle da sexualidade e da reprodução acontece em vários níveis. Cuidar que os direitos sexuais e reprodutivos não sejam violados por nenhum ator faz parte das obrigações dos Estados relacionadas aos direitos humanos. Por exemplo: o governo é responsável por sancionar leis e tomar medidas para prevenir a violência e para investigar, processar e punir os perpetradores das violações, sejam eles órgãos públicos ou indivíduos.

No contexto social, os diferentes grupos com poder e influência variável tentam monitorar e controlar a sexualidade e a reprodução. Por exemplo:

As famílias são a forma mais comum de unidade social e a influência dominante sobre os valores, crenças e pressupostos de um indivíduo. As famílias são uma fonte de apoio e aprendizagem, um lugar onde se sente proteção, segurança e amor. Contudo, as famílias também podem ser uma fonte de abuso, em que os direitos humanos relacionados à sexualidade e à reprodução de alguns membros são violados. O governo deve garantir que o melhor interesse para as crianças seja uma prioridade, e que as famílias, pais e tutores não façam nada que viole esse princípio de nenhuma criança sob seu cuidado. Quando a coerção e a violência acontecem dentro da família, como nos casos de casamento forçado, estupro conjugal, incesto e mutilação genital feminina, os jovens devem ter o poder de defender seus direitos. Os Estados têm a obrigação de prevenir e ocupar-se dessas violações e garantir que os direitos dos jovens estejam protegidos de maneira apropriada;

As comunidades colocam fortes expectativas sobre a sexualidade e a expressão sexual e de gênero. O fato de uma comunidade consentir ou rejeitar as violações dos direitos sexuais e reprodutivos pode influir imensamente na vida dos indivíduos dessa comunidade. O governo tem a responsabilidade de tomar as medidas adequadas para modificar as atitudes e os comportamentos sociais e culturais discriminatórios, baseados no preconceito, e eliminar toda prática habitual ou tradicional baseada na ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer gênero ou nos papéis estereotipados de gênero;

Os empregadores não têm direito nenhum de tomar medidas ou estabelecer padrões ou políticas que violem os direitos sexuais e reprodutivos dos funcionários. Eles têm a obrigação



© Bettina Frenzel, Fotografín

Anistia Internacional Áustria lança a campanha **Meu Corpo Meus Direitos** com atividades com jovens "Expressando opiniões", março de 2014.

de fornecer um ambiente de trabalho onde todas as pessoas possam interagir de forma igualitária e sem discriminação, assédio ou violência. Os locais de trabalho devem garantir especialmente a igualdade de gênero no salário e nas oportunidades profissionais, e eliminar o assédio e agressões sexuais;

As escolas têm a obrigação de oferecer um ambiente de aprendizagem seguro e de apoio para os jovens. Devem protegê-los de sofrerem discriminação, assédio e violência por parte tanto de outros estudantes quanto de funcionários da escola. Também devem oferecer uma educação baseada nos princípios dos direitos humanos, da não discriminação e da inclusão para toda a juventude;



© Amnesty International

As instituições religiosas às vezes tentam impor suas crenças e valores nos indivíduos ou na comunidade de tal forma que essa pressão pode violar os direitos humanos das pessoas. Por exemplo: algumas instituições religiosas se opõem ao uso de contraceptivos ou de certos métodos contraceptivos como uma questão de doutrina. Embora as pessoas tenham o direito de viver conforme suas crenças religiosas, é responsabilidade do Estado respeitar o direito do indivíduo à liberdade de pensamento e crenças, inclusive o exercício dos seus direitos sexuais e reprodutivos, tal como o uso de contraceptivos.

Em todos os casos, não é apenas o Estado quem deve assumir a responsabilidade de defender os direitos sexuais e reprodutivos dos cidadãos e cidadãs. Cada um de nós – indivíduo, família,

Anistia Internacional Mali lança a campanha Meu Corpo Meus Direitos, março de 2014.

comunidade, escola, empregador e instituição religiosa – tem a responsabilidade de assegurar que a sociedade respeite e proteja os direitos humanos das pessoas. O respeito aos direitos sexuais e reprodutivos é essencial para a dignidade e o bem-estar de todas as pessoas e pode ajudar a melhorar a saúde e as relações pessoais, além de promover a igualdade de gênero e o fortalecimento do indivíduo. Por esse motivo, a tarefa de defender os direitos é compartilhada não só entre os governos e instituições sociais, mas também com os membros da sociedade, que podem defender seus próprios direitos sexuais e reprodutivos e os dos outros.



DEFENSORES DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

"O problema é que depende da sociedade decidir se [uma ação] está violando as normas sociais... Enquanto a informação sobre direitos sexuais e reprodutivos viole as normas sociais, meus amigos e eu podemos ser presos e acusados... Se as pessoas se sentem desconfortáveis e pensam que estou fomentando o sexo, isso pode ser um problema... Sempre depende dos líderes das comunidades... Se forem muito fundamentalistas, então existem grandes possibilidades [de sermos detidos]."

(Defensor dos direitos humanos, Yogyakarta)

Para muitas sociedades, o crescente reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos e da igualdade de gênero em escala global também significa uma mudança na forma como as coisas têm sido tradicionalmente, uma mudança das estruturas de poder que privilegiam o controle dos homens sobre os corpos, as escolhas e as vidas das mulheres. Os debates sobre as normas sociais e culturais relacionadas ao sexo, à sexualidade e à identidade e expressão de gênero às vezes podem acabar em violência, ameaças e assédio.

Os defensores dos direitos humanos expõem as violações dos direitos humanos e fazem campanhas pedindo justiça e compensação para quem sobrevive a elas, muitas vezes se expondo a importantes riscos. Qualquer pessoa pode ser um defensor ou defensora dos direitos humanos: os médicos que realizam abortos nas mulheres que precisam muito dele, lideranças religiosas que apoiam os direitos do casamento entre pessoas do mesmo sexo, jovens ativistas que lutam por programas de educação sexual nas escolas, as mulheres que trabalham na sua comunidade para eliminar a mutilação genital feminina e o casamento precoce forçado. Exemplos como esses estão à nossa volta.

Apesar da possibilidade de haver reações adversas e violência contra defensores dos direitos humanos, existem pessoas em todo o mundo defendendo seus próprios direitos e os direitos de outras pessoas tomarem decisões sobre seu gênero, sexualidade e saúde sexual e reprodutiva.

LEI ANTI-HOMOSSEXUALIDADE EM UGANDA

"As pessoas estão voltando ao armário. As pessoas vão morrer."

Billy (o nome é fictício), um educador de saúde sexual em Kampala.

Os programas que distribuem artigos para o sexo seguro, incluindo preservativos, foram afetados pela aprovação da Lei Anti-homossexualidade. No fim de dezembro de 2013, Billy, um educador de uma organização de saúde para pessoas LGBTI, recebeu uma ligação de alguém que dizia estar doente e precisar de assistência médica. Quando se encontrou com ela, resultou ser um policial à paisana. Billy foi preso "porque você está fazendo coisas homossexuais" e levado à delegacia de Busega, onde ficou detido por quatro dias. Desde sua liberação em janeiro de 2014, Billy teve que deixar sua casa depois de os vizinhos saberem que ele tinha sido preso e o porquê.

Fonte: Uganda: Anti-Homosexuality Act's Heavy Toll, 15 de maio 2014, Human Rights Watch e Anistia Internacional
<http://www.hrw.org/news/2014/05/14/uganda-anti-homosexuality-act-s-heavy-toll>

Cada vez mais, os defensores dos direitos humanos podem trabalhar conjuntamente, para além das fronteiras nacionais e regionais, para se apoiarem mutuamente. As redes dos defensores de direitos humanos no plano local, nacional, regional e internacional são vitais para o trabalho de cada defensor e de cada defensora, ajudando-os a compartilharem informações de situações relacionadas aos direitos humanos nas suas comunidades, a aprenderem sobre os desafios e experiências similares de outros defensores em todo o mundo e, em muitos casos, protegendo-se uns aos outros.



© Dixie

DIREITOS DAS MULHERES NO NEPAL

Durante anos, Rita (foto acima) – uma apaixonada defensora dos direitos humanos das mulheres – tem sido alvo de assédio, violência física e ameaças contínuas por levar à risca seu trabalho pacífico de apoio a sobreviventes da violência sexual. Desde junho de 2007, ela e outras pessoas que trabalham no Centro de Reabilitação de Mulheres têm recebido ameaças de morte, estupro e sequestro. O escritório dela foi atacado várias vezes por pessoas que são contra seu trabalho, mas apesar disso as autoridades locais não deram proteção a ela contra intimidação e assédio. Ativistas da Anistia Internacional de todo o mundo reagiram enviando cartas, cartões e e-mails para

as autoridades nepalesas. Juntos e juntas, exigimos das autoridades que tomassem todas as medidas possíveis para garantir a segurança dos defensores dos direitos humanos das mulheres, especialmente aquelas das áreas rurais como Rita. Como resultado, a situação de Rita melhorou radicalmente, os ataques organizados contra o Centro de Reabilitação de Mulheres pararam e o novo oficial da polícia é mais cooperativo diante das ameaças contra Rita e outros defensores dos direitos humanos.

Fonte: “Campaign win for Rita Mahato” maio, 2011. <http://www.amnesty.org.au/iar/comments/25533/>

O QUE OS JOVENS ESTÃO FAZENDO

"O medo acabou. Todos falam sobre política. No passado, as mulheres e as meninas não falavam sobre assédio sexual, mas agora sim. Elas estão lutando contra isso."

(Azza Suleiman, defensora dos direitos das mulheres, Egito)

Através do ativismo e de campanhas, da educação e do aconselhamento entre pares, do trabalho em redes e das campanhas locais, nacionais e internacionais para gerar mudanças políticas, jovens em todo o mundo estão se pronunciando em defesa dos seus direitos de controlar seu corpo, sua sexualidade e suas escolhas reprodutivas. Os jovens têm obtido sucesso em mudar as políticas locais levar educação sexual integral às escolas, têm trabalhado juntos para conseguir centros e serviços de saúde "amigáveis" para os jovens, têm lutado para gerar mudanças sociais e eliminar a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero e têm quebrado o silêncio a respeito da sexualidade e de gênero para que o mundo seja cada vez mais aberto, receptivo e justo para todos e todas.

A participação de jovens nas campanhas sobre direitos sexuais e reprodutivos – como a campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional – é essencial para promover mudanças sobre essas questões. As redes de jovens usam tanto a mídia tradicional quanto as novas mídias para contar suas histórias e aprender com os outros, para achar pontos em comum e formar comunidades presenciais ou virtuais. Jovens ativistas fizeram campanhas bem-sucedidas para abordar o desenvolvimento de uma forma mais inclusiva, para conseguir maior acesso à educação e para que os direitos e a individualidade de toda a juventude sejam reconhecidos e valorizados em todos os níveis da sociedade – em casa, na comunidade e pelos governos.

PROJETO DE JOVENS DA ÁSIA-PACÍFICO PARA OS SOBREVIVENTES DA ESCRAVIDÃO SEXUAL DA GUERRA DO PACÍFICO

"Os próprios membros de uma equipe de jovens desenvolveram o plano da campanha e selecionaram ou criaram as ferramentas para o ativismo depois de terem consultado várias pessoas envolvidas no projeto... Como resultado, a maioria dos jovens da equipe desenvolveram um forte sentimento de apropriação da campanha e das suas ferramentas para o ativismo."

Houve mais iniciativas de colaboração e boa disposição de jovens do que o esperado... as mudanças... provavelmente vão contribuir de forma indireta para ações duradouras, tais como a busca das ONGs de jovens para se envolverem ou a possibilidade de que essa campanha inspire outros para começar novas campanhas que envolvam várias regiões."

Fonte: Publicação da Anistia Internacional The seven action points for effective Activism: Lessons from the Impact Assessment of Amnesty International's Activism. Julho 2011.



© Amnesty International

Escola de Ensino Médio de Pretória na África do Sul lança uma instalação artística de protesto exigindo o fim da violência sexual contra mulheres, abril de 2013.

Index: ACT 35/001/2015 Janeiro 2015

O QUE VOCÊ PODE FAZER

"Costumava pensar que os meus amigos que falavam de sexo eram rudes e que não era apropriado falar de sexo quando você não era casado. Com o treinamento, agora sei que não é vergonhoso falar de sexo. Devo estar informada para poder planejar melhor minha vida sexual."

Espoir Faladema, estudante do Togo.

Ajudem-se mutuamente: a fonte de informação mais comum sobre sexo, sexualidade e saúde entre os jovens são eles mesmos. Contudo, a informação compartilhada entre jovens pode ser incompleta, preconceituosa ou, simplesmente, errada. Ajude seus pares a se informarem mais sobre seus direitos sexuais e reprodutivos aprendendo mais sobre seus próprios direitos e dando sua opinião quando colegas compartilharem informações erradas ou preconceituosas. Você também pode apoiar seus amigos, amigas, família e membros da comunidade ajudando-os a acharem as pessoas certas para pedir ajuda quando seus direitos forem violados. Você pode se pronunciar publicamente quando o acesso aos serviços de saúde for negado, oferecer apoio na busca de assistência legal quando os direitos forem violados ou reclamar mudanças de leis e políticas para garantir que seus direitos sejam protegidos.

"Percebi que era vulnerável e não sabia nada sobre a minha sexualidade... agora sei onde e como obter as informações que preciso. Vou contar para meus amigos também."

(Diane Fofoe, estudante do Togo)

Ajude a conscientizar a comunidade: informação sobre direitos sexuais e reprodutivos, como acessá-los e o que fazer quando e se eles forem violados é algo raro de se encontrar na maioria das comunidades. A educação em direitos humanos é um primeiro passo importante e pode acontecer em qualquer lugar e a qualquer momento. Você pode se tornar uma referência para sua comunidade oferecendo atividades educativas de direitos humanos a outros jovens para mostrar como os direitos sexuais e reprodutivos estão conectados a outros direitos humanos, dando sua opinião em reuniões e encontros da comunidade, chamando a atenção para questões sobre direitos sexuais e reprodutivos na mídia, na comunidade e mediante campanhas multimídia e colaborando com seus amigos e pares.

Lute para mudar as políticas: existem muitas formas de mudar as políticas e as leis, e os jovens podem influenciá-las de várias maneiras. Os legisladores e políticos muitas vezes respondem a petições e campanhas de envio de cartas ou à interação direta com seus eleitores em reuniões públicas e nas comunidades, diálogos ou campanhas da mídia social. Todas essas técnicas foram usadas nos últimos anos para mudar a forma como os governos legislam sobre os direitos sexuais e reprodutivos e o que pensam deles. Cada vez em mais países, os legisladores têm interesse em escutar as opiniões dos jovens.

Trabalhe além das fronteiras: as comunicações em todo o mundo, e em grande escala através das novas tecnologias e mídias sociais, influenciam cada vez mais o envolvimento de jovens com os direitos humanos no plano local, nacional e internacional. As redes nacionais, regionais e internacionais de jovens interessados nos direitos sexuais e reprodutivos existem em todo o mundo, conectando você a outras pessoas que têm a mesma paixão.

Jovens ativistas da Anistia Internacional fazendo campanha a favor do Tratado de Comércio de Armas, Berna, Suíça, junho de 2012.



© Amnesty International Switzerland

RECURSOS PARA TOMAR UMA POSIÇÃO

Relatórios da Anistia Internacional usados nesta seção

Listen to their voices and act: Stop the rape and sexual abuse of girls in Nicaragua (Index: AMR 43/008/2010) <http://www.amnesty.org/en/library/info/AMR43/008/2010/en>

Left without a choice: Barriers to reproductive health in Indonesia (Index: ASA 21/013/2010) <http://www.amnesty.org/en/library/info/ASA21/013/2010/en>

Egypt: Fighting for justice and human rights: Egypt's women activists describe their struggle (Index: MDE 12/011/2013) <http://www.amnesty.org/en/library/info/MDE12/011/2013/en>

Quer saber mais?

Amnesty International, *My Life, My Health, My Education, My Choice, My Future, My Body, My Rights* (Index: ACT 35/001/2014). <https://campaigns.amnesty.org/campaigns/my-body-my-rights>)

Center for Reproductive Rights, *The reproductive rights of adolescents: A tool for health and empowerment* http://www.reproductiverights.org/sites/crr.civicactions.net/files/documents/adolescents%20bp_FINAL.pdf

Quer fazer mais?

Advocate for Youth, *Adolescent reproductive and sexual health: Advocacy kit*. <http://www.advocatesforyouth.org/storage/advfy/documents/advocacykit.pdf>

Amnesty International USA, *My Body My Rights activist toolkit* <http://www.amnestyusa.org/pdfs/MyBodyMyRightsToolkit.pdf>

Center for Reproductive Rights, *Female genital mutilation: A matter of human rights – an advocate's guide to action* http://www.reproductiverights.org/sites/crr.civicactions.net/files/documents/FGM_final.pdf

International Planned Parenthood Federation, *Want to change the world? Here's how...* <http://www.ippf.org/resource/Want-change-world-Heres-how-Young-people-advocates>

Sexuality Information and Education Council of the United States (SIECUS), *Community action toolkit* <http://www.communityactionkit.org/>

Youth Coalition, *Resource map on sexual orientation and gender identity for young sexual and reproductive rights activists*. <http://www.youthcoalition.org/publication/resource-map-sexual-orientation-gender-identity-young-sexual-reproductive-rights-activists/>



© Amnesty International

Anistia Internacional Mali lança a campanha *Meu Corpo Meus Direitos* em Bamako, março de 2014.

ATIVIDADE 4.1

ATIVISTAS E COM SUPERPODERES

OBJETIVOS

- Explorar o que é preciso mudar para promover os direitos sexuais e reprodutivos na comunidade;
- Construir a confiança e fortalecer a capacidade dos participantes para realizar mudanças na sua região;
- Reconhecer nossos próprios poderes para nos convertermos em ativistas com superpoderes.

TEMPO

2 horas e 30 minutos

O QUE VOCÊ PRECISA

- Cartolina e/ou folhas de flip chart;
- Materiais de desenho (marcadores, lápis de cera, canetas/lápis de cor etc.);
- Opcional: revistas em quadrinhos para debate de grupo, filmes de super-heróis;
- Perguntas "criando super-heróis" – em uma folha de flip chart ou em uma folha separada para cada grupo;
- Caixa grande;
- Fichas ou pedaços pequenos de papel.

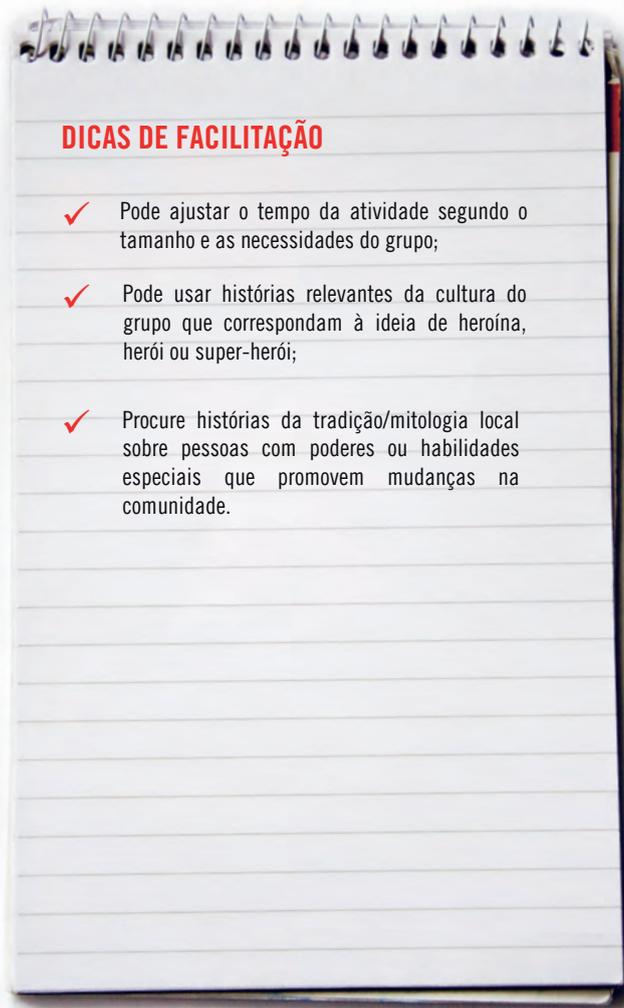
ESTA ATIVIDADE TEM QUATRO PASSOS

Passo 1: Descobrimo os superpoderes de ativistas (30 min.);

Passo 2: Criando um ativista com superpoderes (45 min.);

Passo 3: Reconhecendo nossos próprios superpoderes de ativistas (60 min.);

Passo 4: Entre em ação (15 min.).



DICAS DE FACILITAÇÃO

- ✓ Pode ajustar o tempo da atividade segundo o tamanho e as necessidades do grupo;
- ✓ Pode usar histórias relevantes da cultura do grupo que correspondam à ideia de heroína, herói ou super-herói;
- ✓ Procure histórias da tradição/mitologia local sobre pessoas com poderes ou habilidades especiais que promovem mudanças na comunidade.

PASSO 1: Descobrimos os superpoderes de ativistas (30 min.)

Grupos pequenos (10 min.)

- Peça que os participantes lembrem de histórias de "superheróis" em grupos de dois ou três. Podem pensar em histórias míticas ou lendas que ouviram quando crianças;
- Peça que os participantes reflitam sobre as seguintes perguntas:
 1. Quem eram esses heróis ou heroínas? De onde eles vinham? Que poderes tinham? Com quem trabalhavam?
 2. Por que você gostava deles ou se identificava com eles?

Super-heróis e super-heroínas dos direitos sexuais e reprodutivos, Dia Internacional da Mulher, Peru, março de 2014.

Plenary (20 min)

- Reflitam juntos sobre as seguintes perguntas:

1. Qual o objetivo dos super-heróis? (Ajudar e proteger os outros?)
2. Como os super-heróis atingem seus objetivos (ou duos dinâmicos ou "equipes")?
3. Como é o mundo onde vivem os super-heróis? São geralmente exageros equivocados do mundo em que vivemos?
4. De onde vêm os poderes dos super-heróis? São geralmente características que já têm e que se ativam mediante um evento emocional ou físico na vida deles?



© Amnesty International



PASSO 2: Criando um ativista dos direitos sexuais e reprodutivos com superpoderes (45 min.)**Trabalho de grupo (45 min.)**

- Divida os participantes em grupos de quatro a seis;
- Assegure-se de que cada grupo tenha pelo menos duas folhas de flip chart e canetas de cores variadas. Peça que unam as folhas para formar uma folha maior;
- Peça que cada grupo crie uma representação visual de um ativista dos direitos sexuais e reprodutivos com superpoderes. Explique que podem usar palavras, imagens, símbolos etc.;
- Peça que cada grupo crie uma história sobre o super-herói ou super-heroína e uma descrição curta da personagem, seu contexto e a comunidade onde vive utilizando as seguintes perguntas. Assegure-se de que todos possam ver as perguntas do flip chart ou que elas estejam disponíveis para cada grupo.
 1. Como seria um super-herói (ou uma equipe de super-heróis) de direitos sexuais e reprodutivos? Que superpoderes ou habilidades teriam? Como se chamariam?
 2. Que problemas da sua comunidade tentariam resolver?
 3. Qual seria sua mensagem sobre os direitos sexuais e reprodutivos?
 4. Quem seriam seus rivais?
 5. Quem seriam seus aliados?
 6. O que tentariam mudar na sua comunidade?
 7. O que eles fariam para gerar as mudanças na sua comunidade?



Cartaz da campanha **Meu Corpo Meus Direitos** da Bélgica mostrando um super-herói lutando pelos direitos sexuais e reprodutivos.

- Incentive os participantes a detalharem as descrições visuais e as narrativas;
- Incentive os grupos a pensarem em uma forma criativa de apresentar o/a ativista com superpoderes e sua história. Por exemplo: a apresentação pode ser ilustrada, um pequena esquete, uma música ou uma poesia.



PASSO 3: Reconhecendo nossos próprios poderes de ativistas (60 min.)

Plenary (45 min)

- Peça que os grupos apresentem o/a ativista com superpoderes e sua história de uma forma interativa;
- Depois de todas as apresentações, peça que os grupos imaginem que os poderes de todos os super-heróis foram anulados;
- Debata sobre como podem atingir seus objetivos ainda sem os poderes. Reflitam sobre as seguintes perguntas:
 1. De que forma as comunidades dos ativistas com superpoderes que vocês criaram são diferentes ou parecidas com as suas próprias experiências?
 2. Que poderes você precisa levar à sua comunidade para abordar questões sobre direitos sexuais e reprodutivos?
 3. Conhece algum defensor dos direitos humanos na sua escola/comunidade/do mundo? Que poderes (habilidades, conhecimentos, atitudes) esta pessoa tem?

Caixa dos poderes dos ativistas (15 min.)

- Peça que os participantes escrevam em pedaços de papel ou em fichas seus poderes (habilidades, conhecimentos, atitudes). Por exemplo: a capacidade de "escutar atentamente" ou "ser criativo";
- Peça que o grupo forme um círculo com a caixa no meio;
- Peça que cada participante leia em voz alta os poderes que tem para oferecer ao grupo como um ativista dos direitos sexuais e reprodutivos com superpoderes: "Tenho o poder de...", em seguida coloque o papel na caixa e volte ao círculo;

Energizante: Grito de poder (5 min.)

- Peça que os participantes formem um círculo;
- Todos têm que se agachar para frente com os braços em direção ao chão;
- Uma vez que estiverem nessa posição, pode dizer algo como: "imaginem que estamos recolhendo nossa força, energia e poder do centro da Terra". Mexa as mãos como se estivesse recolhendo a energia em uma bola, e a bola cresce à medida que recolhe mais energia, enquanto começam a levantar-se lentamente;
- Em seguida, oriente os participantes a se levantarem devagar. À medida que recolhe a energia, a bola cresce mais e sua voz é cada vez mais alta. Todos juntos começam a gritar suavemente, aumentando a voz enquanto todos se levantam;
- O grito será bem forte quando os braços estejam totalmente esticados sobre a cabeça e aí jogam a bola de energia no ar;
- Junte o grupo em um círculo para aplaudir.

- Afirme que todos têm poderes, e juntos podemos fazer muito para defender os direitos sexuais e reprodutivos;
- Encerre com um "grito de poder" ou alguma coisa que demonstre o poder de todos juntos (veja a caixa [acima] sobre o grito de poder energizante);
- Deixe os papéis de poder dentro da Caixa dos Poderes. Pode referir-se a ela para lembrar o grupo de todos os poderes que tem quando estiver realizando outras atividades.





© Amnesty International Switzerland

PASSO 4: Entre em ação (15 min.)

- Pense em como podemos entrar em ação sobre o que acabamos de aprender:
 - Você considera que alguém na sua comunidade já é um herói ou uma heroína?
 - Diga o nome para o grupo.

Equipe da Anistia Internacional Suíça mostra as pulseiras coloridas para serem usadas por ativistas no lançamento da campanha **Meu Corpo Meus Direitos**, Berna, Suíça, 3 de março de 2014.

- Escreva uma carta para reconhecer e parabenizar alguém que já é seu herói.
- Desenvolva as histórias dos ativistas com super-poderes para serem apresentadas a outros.

ATIVIDADE 4.2

OS JOVENS FAZENDO MUDANÇAS

OBJETIVOS

- Identificar e analisar um problema relacionado aos direitos sexuais e reprodutivos dos jovens;
- Descobrir a relação entre as causas e os efeitos de um problema;
- Começar a identificar formas de abordar um problema.

TEMPO

2 horas

O QUE VOCÊ PRECISA

- Folhas de flip chart;
- Marcadores e canetas;
- Fichas ou post-it;
- Pedaçoes de papel em forma de folhas de árvore;
- Fita adesiva ou qualquer adesivo;
- Parede vazia que possa ser coberta com folhas de papel.

ESTA ATIVIDADE TEM QUATRO PASSOS

Passo 1: Identificando problemas (30 min.);

Passo 2: Analisando os problemas – Árvore do problema (45 min.);

Passo 3: Identificando soluções – Árvore de soluções (30 min.);

Passo 4: Entre em ação (15 min.).

DICAS DE FACILITAÇÃO

- ✓ Pode ajustar o tempo da atividade segundo o tamanho e as necessidades do grupo. Se estiver trabalhando com um grupo pequeno, pode fazer a atividade em plenária. É importante saber o tempo disponível e assegurar-se de que todas as pessoas possam participar;
- ✓ Os passos desta atividade foram criados para ajudar os jovens a identificarem, analisarem e planejarem mudanças que eles gostariam de ver na sua comunidade e de que forma podem contribuir para que essas mudanças aconteçam;
- ✓ Cada passo pode ser realizado como uma atividade separada, mas a informação obtida em cada passo deve ser guardada e usada nos passos seguintes;
- ✓ Deixe as folhas da árvore de soluções para poder referir-se a elas depois da atividade;
- ✓ É importante que, no momento em que os participantes identificarem os problemas para analisar, você comece com um problema simples e concreto que seja conhecido para os participantes. Uma vez que eles ganhem confiança com as diferentes técnicas, pode explorar problemas mais complexos.

PASSO 1: Identificando problemas (30 min.)

Plenária

- Peça que os participantes escrevam ou desenhem em fichas os diferentes problemas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos que os jovens enfrentam – um problema por ficha ou post-it.
- Peça que eles coloquem as fichas voltadas para cima no chão para que todos os participantes possam vê-las.
- Agora peça que os participantes agrupem as fichas em diferentes categorias de acordo com seu próprio critério sobre o assunto que está sendo explorado. É importante deixar que os participantes pensem em suas próprias categorias. Pode parecer desorganizado e lento no começo, mas acredite que podem fazê-lo.
- Debata sobre o que cada categoria mostra. Por exemplo: quais são as categorias e por quê? Por que usaram essas categorias?
- Reflita junto com os participantes sobre como gostariam de priorizar os problemas para resolvê-los (por exemplo: pela urgência, pela possibilidade de mudança, curto prazo, longo prazo).
- Guarde a lista de problemas para ser usada nos seguintes passos.

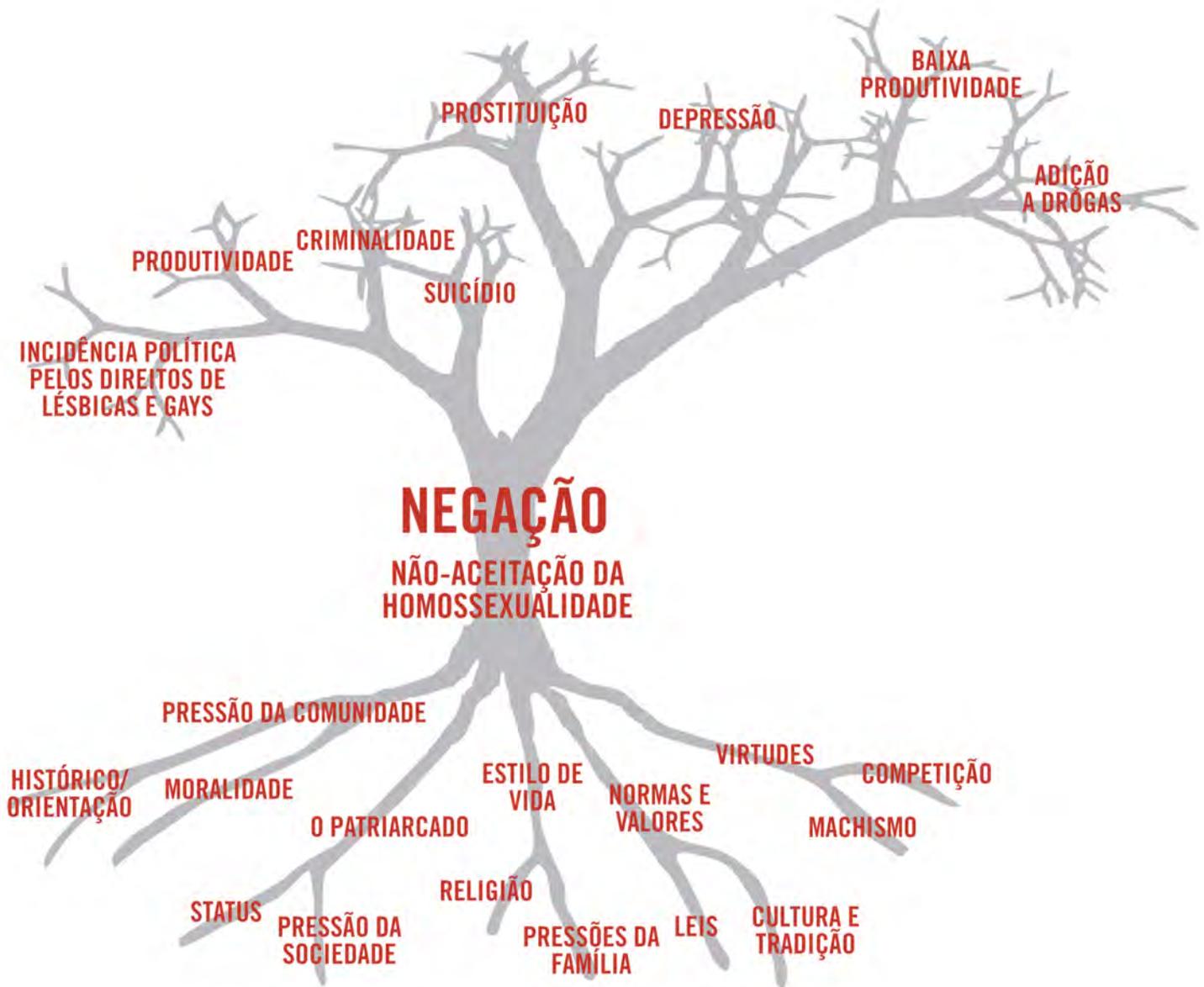
PASSO 2: Analisando os problemas – Árvore do problema (45 min.)

Trabalho de grupo (25 min.)

- Divida os participantes em pequenos grupos de quatro a seis e entregue uma folha de flip chart com uma árvore desenhada a cada grupo e coloque o título "Árvore do problema" (veja a Árvore do problema na página 133);
- Peça que cada grupo selecione um problema da lista do passo anterior para debater, por exemplo: "estigma que envolve a homossexualidade" ou "alto índice de gravidez na adolescência". Desenhe ou escreva o problema no tronco da árvore;
- Incentive os participantes a debaterem sobre as causas imediatas do problema perguntando: "por que você acha que isso acontece?" (Por exemplo: a causa imediata do "alto índice de gravidez na adolescência" pode ser a falta de informações sobre assistência à saúde sexual e reprodutiva ou a falta de acesso a métodos contraceptivos);
- Desenhe ou escreva cada causa nas raízes da árvore;
- Peça que os participantes identifiquem as causas que estão por trás de cada causa imediata perguntando de novo: "por que isso acontece?". Adicione outra raiz conectada às outras até que todas as possíveis causas subjacentes sejam identificadas;
- Peça que os participantes identifiquem os efeitos imediatos do problema. Pergunte: o que acontece depois? Desenhe ou escreva cada efeito nos galhos da árvore.
- Siga o mesmo procedimento até que sejam identificados todos os efeitos possíveis. Continue perguntando: "o que acontece depois disso?"



EXEMPLO: ÁRVORE DE PROBLEMAS



Plenária (20 min)

- Dependendo da quantidade de grupos e do tempo, pode pedir que cada grupo apresente sua árvore ou pode pendurar todas as árvores na parede e pedir que os participantes observem cada uma antes de refletirem sobre a atividade;
- Debata sobre o que cada árvore está mostrando. Por exemplo:
 1. Quantas causas e efeitos existem para um problema?
 2. Quais são as causas e os efeitos mais importantes?
 3. Sobre quais causas e efeitos podemos entrar em ação?
 4. O que pode ser feito para abordar as causas do problema e diminuir os efeitos?
- Pergunte aos participantes se existem causas e/ou efeitos que sejam iguais para diferentes problemas.

PASSO 3: Identificando soluções – Árvore de soluções (45 min.)

Plenária

- Selecione um problema que os participantes gostariam de resolver;
- Pendure essa Árvore do problema na parede;
- Fixe outra folha em branco na parede e desenhe outra árvore grande e coloque o título "Árvore de soluções";
- Agora peça que os participantes pensem nas causas e efeitos identificados na Árvore do problema e escrevam soluções nos pedaços de papel com forma de "folhas". Cole cada uma na Árvore de soluções;
- Agrupe todas as soluções parecidas;
- Estabeleça junto com o grupo quais soluções são mais fáceis e quais são mais difíceis de atingir;
- As soluções para os problemas representam as mudanças que os jovens desejam que aconteçam em relação aos direitos sexuais e reprodutivos. Serão usadas na próxima atividade.

PASSO 4: Entre em ação (30 min.)

- Identifique atividades para criar consciência dos problemas existentes e as possíveis soluções;
- Comece por identificar com quem os participantes precisarão trabalhar para alcançar as soluções (isso será discutido na próxima atividade);
- Verifique como a lista dos problemas identificados pelo grupo se relaciona com a campanha global Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional e veja como os participantes podem se envolver na campanha.

PASSO 1: Identificando os oponentes (45 min.)**Plenária (10 min.)**

- Explique aos participantes que o objetivo deste exercício é ajudá-los a conhecer melhor seus oponentes.
- Peça que os participantes pensem nos ativistas com superpoderes dos direitos sexuais e reprodutivos da Atividade 4.1. Quais eram seus principais rivais que se opunham aos direitos sexuais e reprodutivos e dificultavam o seu caminho?
- Peça que os participantes identifiquem e anotem em uma folha de flip chart pessoas ou grupos específicos que possam ser oponentes nas suas comunidades, que sejam contra os direitos sexuais e reprodutivos. Podem incluir líderes locais, funcionários públicos eleitos ou outras pessoas ou grupos com grande influência.
- Debata com o grupo qual é a pessoa que consideram o oponente mais importante para desafiar.

Grupos pequenos (20 min.)

- Divida os participantes em pequenos grupos de quatro a seis;
- Peça que cada grupo escolha um oponente do debate e elabore um mapa de influências que mostre quem influencia o oponente, quem pode ter acesso a ele e a quem ele escuta;
- O primeiro círculo do mapa mostra quem influencia o oponente no plano local. O segundo círculo mostra quem pode influenciá-lo no plano nacional, e o terceiro mostra quem pode influenciá-lo no plano internacional/global. (Podem usar o exemplo da página 138 como guia);
- Peça que os participantes criem seus próprios mapas de influências em uma folha de flip chart ou usando cartões e espalhando-os no chão;

- Depois de completarem os três círculos, os participantes poderão traçar um mapa de influências que mostre como eles podem influenciar o oponente diretamente (através das pessoas, grupos e influências colocados no mapa).

Plenária (15 min.)

- Junte todos os participantes e peça que cada grupo compartilhe o mapa de influências que criaram;
- Depois que cada grupo compartilhar, provoque uma reflexão sobre as seguintes perguntas:
 1. Como vocês decidiram qual era o oponente mais importante? Por que esse oponente tem tanto poder?
 2. Como vocês podem vencer esse oponente no plano local, nacional e internacional? Qual o caminho para influenciar o oponente?

PASSO 2: Identificando os aliados (60 min.)

- Antes de começar com este passo, marque um espaço grande no chão usando fita crepe ou barbante. Este será o "buraco de lava";
- Explique aos participantes que este exercício os ajudará a identificar aliados que podem os apoiar na luta contra os inimigos dos direitos sexuais e reprodutivos na comunidade.

Trabalho de grupo (15 min.)

- Divida os participantes em dois grupos. Entregue papéis coloridos a cada um (uma cor diferente por grupo);
- Peça que os dois grupos pensem em possíveis aliados e parceiros na comunidade que poderiam ajudá-los a defender os direitos sexuais e reprodutivos. Cada aliado ou parceiro deve ser escrito em uma folha separada;
- Peça que os grupos entreguem os papéis a você.

"Buraco de lava" (15 min.)

- Espalhe os dois grupos de aliados no chão. Os papéis de ambos os grupos devem estar misturados dentro do espaço delimitado ("buraco de lava");
- Explique que os dois grupos têm cinco minutos para recolher do "buraco de lava" todos os aliados que precisam para defender os direitos sexuais e reprodutivos na sua comunidade. Eles têm de seguir algumas regras:
 - ▣ Apenas um membro de cada grupo pode estar dentro do buraco de lava por vez;
 - ▣ Só podem pisar nas "pedras" (pedaços de papel com os aliados escritos) e não podem pisar na lava (chão). Se pisarem na lava, devem voltar ao grupo e será a vez de outro participante;
 - ▣ Apenas uma "pedra" pode ser removida do buraco por vez.
- A primeira equipe que recolher todos os aliados ganha.

Plenária (30 min.)

- Debatam juntos sobre o exercício do "buraco de lava". Reflitam sobre as seguintes perguntas:
 1. Como vocês decidiram recolher os aliados?
 2. Como vocês se sentiram trabalhando em equipe?
 3. Como vocês se sentiram quando tiveram que começar de novo?
 4. Como vocês decidiram quais eram seus aliados?
 5. Por que vocês pensam que esses aliados são tão poderosos?

PASSO 3: Entre em ação (15 min.)

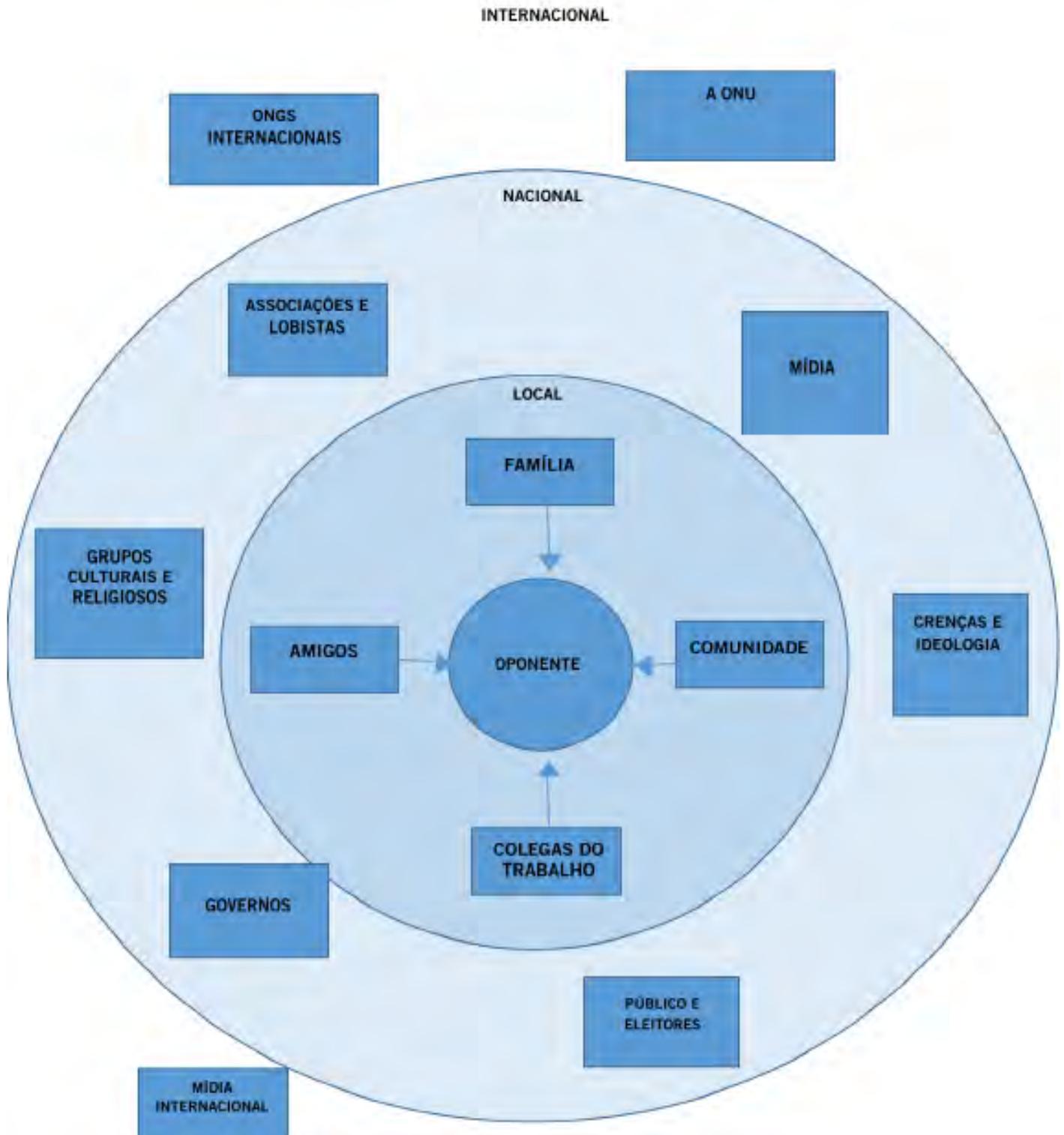
- Divida os participantes em dois grupos. Peça que cada grupo pense em um objetivo ou selecione uma das soluções identificadas para poder entrar em ação e promover os direitos sexuais e reprodutivos na comunidade. Peça que considerem:
 1. Quais aliados precisariam para atingir esse objetivo?
 2. Como poderiam trabalhar com seus aliados?
 3. Como seriam seus oponentes?
 4. O que precisariam fazer para diminuir o impacto dos oponentes?
- Pergunte aos participantes que atividades podem fazer para atingir esse objetivo. (Algumas possíveis sugestões podem ser: realizar encontros públicos, uma peça de teatro, elaborar campanhas com cartazes sobre alguma questão relevante, estabelecer um centro de jovens ou uma unidade de saúde "amigável" para os jovens).



© Amnesty International

Anistia Internacional em Valência, Espanha, promove a campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional no Dia Internacional da Mulher, março de 2014.

EXEMPLO DE MAPA DE PODER



ATIVIDADE 4.4

EXPRESSANDO NOSSAS OPINIÕES

OBJETIVOS

- Construir confiança e usar argumentos para defender os próprios direitos sexuais e reprodutivos e os dos outros;
- Explorar como adaptar as mensagens para os diferentes públicos.

TEMPO

1 hora e 40 minutos

O QUE VOCÊ PRECISA

- Cadeiras suficientes para todos os participantes;
- Fichas ou post-it;
- Fita adesiva;
- Folhas de flip chart;
- Marcadores e canetas;
- Cronômetro ou relógio com cronômetro;
- Papel ou cartões para escrever os nomes dos alvos (envolvidos) identificados.

ESTA ATIVIDADE TEM TRÊS PASSOS

Passo 1: Identificando as mensagens (30 min.);

Passo 2: Transmitindo as mensagens (50 min.);

Passo 3: Entre em ação (20 min.).

DICAS DE FACILITAÇÃO

- ✓ Pode ajustar o tempo da atividade segundo o tamanho e as necessidades do grupo;
- ✓ Depois de os participantes identificarem o problema a tratar, peça que definam os agentes envolvidos como alvos para comunicar seus argumentos. Assegure-se de incluir todas as partes interessadas no problema, podem ser aliados que vão trabalhar juntos e/ou oponentes que você tentará convencer a ficar do seu lado. (Por exemplo: se os participantes identificarem o acesso a serviços de saúde "amigáveis" para os jovens como o problema a tratar, os agentes devem incluir um médico ou um diretor de um hospital.);
- ✓ Incentive participantes a pensarem de forma geral no processo de troca de ideias, por exemplo: escolher educação sexual em lugar de uma mudança específica no currículo. Isso vai ajudar a terem mais possibilidades para definir as "mensagens" e o que querem mudar. Podem pensar nas soluções identificadas nas atividades anteriores. As questões que surgiram em encontros e debates anteriores podem ser usadas nesta atividade;
- ✓ Esta atividade é rápida e energética, você precisa falar alto e mostrar-se envolvido para poder mantê-la animada. Dê dois minutos aos participantes para cada "mensagem". Também é aconselhável dar um aviso de 10 segundos antes de gritar "troca" ou "gire".
- ✓ Se pela quantidade de participantes não conseguir formar grupos iguais, pode formar um grupo de duas pessoas. Vão participar transmitindo as mensagens assim como respondendo quando tiver o papel de agente envolvido;
- ✓ Pode ser útil ter um apito ou algum outro elemento barulhento para que sua voz possa ser ouvida.

PASSO 1: Identificando as mensagens (30 min.)**Plenária**

- Peça que os participantes façam a troca de ideias e pensem em um problema que está acontecendo hoje na comunidade deles, ou que usem aqueles identificados em atividades anteriores;
- Escreva os problemas em uma folha de flip chart enquanto são sugeridos. Explique que vão praticar como defender um dos problemas escolhidos como exemplo perante uma pessoa. Peça que o grupo vote ou chegue a um acordo sobre qual problema gostariam de abordar;
- Peça que os participantes identifiquem os agentes envolvidos que são mais importantes no que se relaciona ao problema, considerando os aliados e oponentes das atividades anteriores. Eles têm de identificar pelo menos quatro ou cinco envolvidos (por exemplo: um pai ou uma mãe, um professor, um líder religioso, uma pessoa da mídia, um político, outro jovem, ou qualquer pessoa da sua comunidade);
- Peça que os participantes trabalhem em grupos pequenos de dois ou três para elaborar uma "mensagem" clara sobre o problema. Explique que a "mensagem" deve ter três componentes:
 1. O que precisa mudar?
 2. Por que isso é importante?
 3. O que o agente envolvido pode fazer em relação a isso?
- Peça que os participantes pensem em como deveriam adaptar essa "mensagem" dependendo do agente envolvido com o qual estiverem falando. Eles têm de criar uma ou mais mensagens para cada agente envolvido;
- Enquanto os participantes debatem nos grupos pequenos, arrume as cadeiras em dois círculos concêntricos. Cada cadeira do círculo externo deve estar em frente de uma cadeira do círculo interno. Cole o nome de um agente envolvido no encosto de uma cadeira do círculo externo e

cole "jovem" no encosto da cadeira ao lado, assim alternando entre agente envolvido e jovem. Faça o mesmo no círculo interno. Assegure-se de que sempre haja um jovem em frente de um agente envolvido.

PASSO 2: Transmitindo as mensagens (50 min.)**Carrossel (20 min.)**

- Depois de arrumar a sala e os participantes terem decidido as "mensagens", junte-os no círculo e peça que escolham uma cadeira;
- Explique que eles estão sentados em um carrossel mensageiro. A metade dos participantes terá o papel de um agente envolvido, e a outra metade fará o papel de si mesmos. Explique que quando você falar "JÁ!", a metade que está fazendo o próprio papel terá que comunicar a "mensagem" ao agente envolvido na frente;
- É importante que o agente envolvido se apresente para que o jovem possa saber a quem está transmitindo a mensagem. O agente envolvido deve escutar, mas também agir: pode fazer e responder perguntas;
- Depois de dois minutos, o facilitador fala "troca" ou "gire" e cada participante deve levantar-se e sentar-se na cadeira à sua direita (os dois círculos giram em sentido oposto). Em seguida, começam de novo durante outros dois minutos; .
- Os participantes devem trocar e repetir a atividade até fazerem o papel de todos os agentes envolvidos (ou seja, se tiver cinco agentes, precisará repetir a atividade 10 vezes) ou até você considerar que o tempo foi suficiente para que cada participante tivesse a oportunidade de fazer diferentes papéis.



Plenária (30 min.)

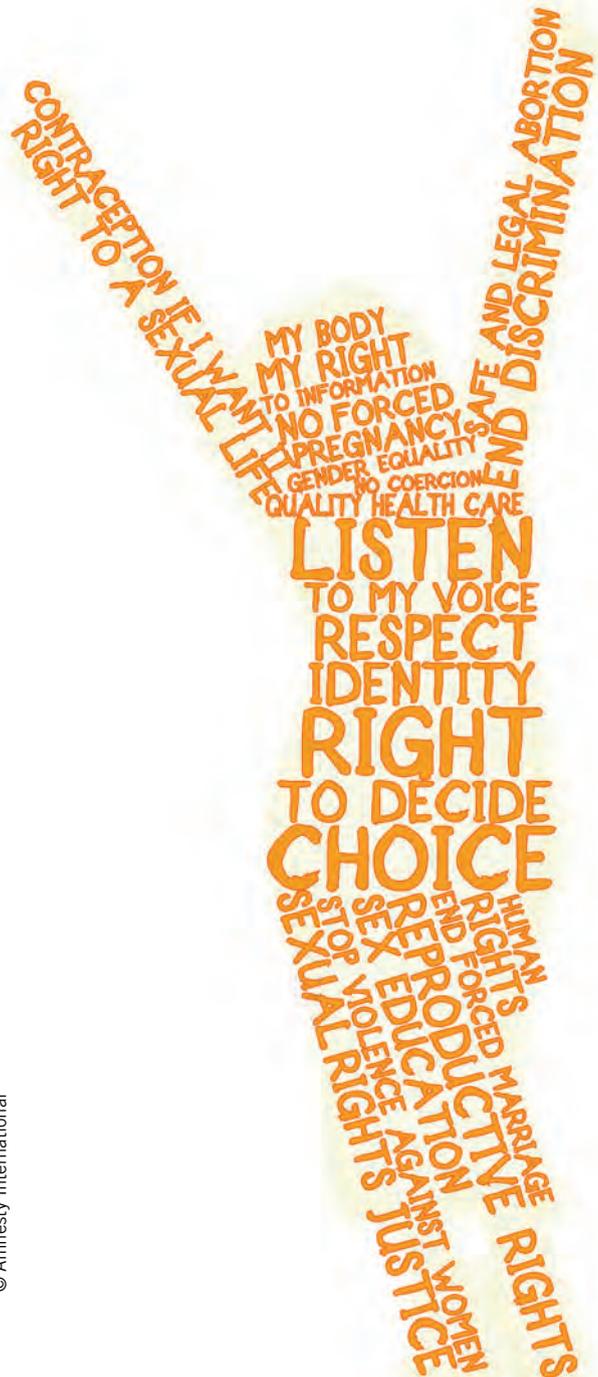
- Depois de todo mundo ter feito diferentes papéis, encerre a atividade. Peça que os participantes reflitam juntos e debatam sobre as seguintes perguntas:
 1. Como você se sentiu tendo apenas dois minutos para transmitir sua mensagem?
 2. Qual foi a parte mais difícil para encaixar sua mensagem em dois minutos?
 3. Como você mudou a forma de apresentar o problema segundo o agente envolvido na sua frente? (Peça que alguém voluntariamente dê um exemplo das formas de apresentar a "mensagem" para os diferentes agentes envolvidos);
 4. Você achou algum argumento particularmente convincente quando fazia o papel do agente envolvido? Por quê?

PASSO 3: Entre em ação (20 min.)

- Pense com o grupo em como podemos entrar em ação sobre o que acabamos de aprender e elaborem uma lista dos argumentos mais convincentes;
- Debata sobre como os participantes podem levar esses problemas a um público maior. Por exemplo:
 - ▣ Organize um debate na comunidade ou na escola;
 - ▣ Escreva um post em um blog com o resumo do problema e a "mensagem" para que todos possam compartilhar nas suas redes sociais;
 - ▣ Use essas mensagens para desenvolver frases, cartazes, folhetos ou outros materiais criativos para serem usados em ações públicas na escola ou comunidade.

Cartaz da campanha Meu Corpo Meus Direitos, 2013.

© Amnesty International



ATIVIDADE 4.5

PLANO DE AÇÃO PARA MUDANÇAS

OBJETIVOS

- Conhecer os passos necessários de planejamento para realizar mudanças relacionadas aos direitos humanos;
- Desenvolver planos de ação relacionados aos direitos humanos, especificamente sobre direitos sexuais e reprodutivos.

TEMPO

2 horas

O QUE VOCÊ PRECISA

- Folhas de flip chart;
- Fita adesiva ou qualquer adesivo;
- Post-it, cartões ou pedaços pequenos de papel;
- Marcadores e canetas;
- Cópias do modelo do Plano de ação (páginas 144-5), uma para cada participante ou uma cópia em uma folha de flip chart para que todos possam ver;
- Cópias do diagrama do Caminho para a mudança (página 146), uma por grupo ou uma cópia em uma folha de flip chart para que todos possam ver;
- Árvore de soluções da Atividade 4.2.

ESTA ATIVIDADE TEM TRÊS PASSOS

- Passo 1:** Desenvolvendo um Plano de ação (1 hora);
Passo 2: Apresentando nosso Plano de ação (45 min.);
Passo 3: Entre em ação (15 min.).

DICAS DE FACILITAÇÃO

- ✓ Pode ajustar o tempo da atividade segundo o tamanho e as necessidades do grupo;
- ✓ Os passos desta atividade foram criados para ajudar os jovens a identificarem o caminho para gerar mudanças e elaborarem um plano de ação para tornar essas mudanças reais;
- ✓ Se o grupo for pequeno, pode fazer a atividade em plenária. É importante saber o tempo disponível e assegurar-se de que todas as pessoas possam participar;
- ✓ Quando os participantes estiverem identificando as mudanças que querem realizar, é aconselhável começar com mudanças pequenas e concretas. É melhor ter um plano de ação curto, porém razoável e possível para que os participantes não desanimem. Depois de ganharem um pouco de experiência, podem seguir avançando, desenvolvendo um plano de ação mais complexo;
- ✓ É importante assegurar-se de que, durante a atividade, os participantes estejam constantemente conectados à realidade para garantir que o planejamento seja concreto e possível conforme o tempo e os recursos disponíveis.

PASSO 1: Desenvolvendo um Plano de ação (1 hora)

Plenária (10 min.)

- Explique aos participantes que esta atividade os ajudará a elaborar um plano para que as mudanças aconteçam na sua comunidade;
- Explique que, em grupos, irão criar seus próprios planos de ação. O plano inclui: atividades gerais – coisas que as pessoas podem fazer, os resultados dessas atividades e as mudanças que eles querem ver na sua comunidade;
- Observem juntos o diagrama do Caminho para a mudança. Ele mostra como as atividades levam aos resultados, que levam às mudanças que queremos ver acontecer;
- Durante a atividade, os participantes vão ter que consultar o trabalho feito nas atividades anteriores dessa seção.

Grupos pequenos (50 min.)

- Divida os participantes em pequenos grupos de quatro a cinco pessoas. Entregue a cada grupo uma folha de flip chart e a cada pessoa um modelo do Plano de ação;
- Peça que os participantes observem a Árvore de soluções (elaborada na Atividade 4.2) e escolham uma das soluções com a qual gostariam de trabalhar para torná-la realidade;
- Usando o modelo, peça que cada grupo crie em uma folha de flip chart seu próprio Plano de ação para a mudança.

Participantes de uma oficina global sobre o descobrimento dos direitos sexuais e reprodutivos em Londres, Reino Unido, outubro de 2014.

PASSO 2: Apresentando nosso Plano de ação (45 min.)

Plenária

- Dê a cada grupo um tempo para apresentar seu Plano em plenária. Deixe bastante tempo para o debate e incentive os participantes a darem dicas ou ideias aos outros para melhorar o Plano.

PASSO 3: Entre em ação (15 min.)

- Reflitam juntos sobre como será o seguimento desses Planos.
 1. De que forma podem todos os participantes trabalhar juntos e com outros aliados da comunidade depois da atividade?
 2. De que forma podem seguir desenvolvendo e melhorando seus Planos de ação?
 3. De que forma podem conseguir apoio para pôr em prática os Planos?
- Mencione a campanha global da Anistia Internacional Meu Corpo Meus Direitos e incentive os participantes a se envolverem. Como podem conectar seu Plano de ação à campanha? Acesse www.anistia.org.br/campanhas/meucorpomeusdireitos ou www.my-body-my-rights.com



© Amnesty International

PLANEJAMENTO PARA ALCANÇAR A MUDANÇA

Que problema sobre direitos sexuais e reprodutivos estão enfocando?	
Que problemas específicos serão tratados no Plano?	
Quem é/são o/s mais afetado/s por esse problema? Por quê?	
Qual a mudança que vocês querem ver? (Por exemplo: que os jovens conheçam seus direitos sexuais e reprodutivos)	
O que é preciso acontecer para realizar essa mudança? Pensem em algumas mudanças pequenas que possam realizar a grande mudança. (Por exemplo: a educação sexual integral nas escolas vai fazer com que os jovens estejam bem informados sobre os direitos sexuais e reprodutivos.)	
Que atividades podemos realizar para gerar essas mudanças? Pensem em atividades razoáveis, que possamos avaliar se foram realizadas com sucesso ou não. (Por exemplo: organize [várias] oficinas sobre educação sexual.)	
Como vocês vão saber se conseguiram fazer a mudança?	
Quais os riscos, desafios e obstáculos para alcançar as mudanças desejadas?	
Quem poderia ser útil para a realização do Plano?	



PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

CONSIDERE AS SEGUINTES PERGUNTAS PARA CADA ATIVIDADE	
Qual a atividade? Descreva a atividade em uma frase.	
Quando será realizada a atividade?	
Onde será realizada a atividade?	
Que pessoas estarão envolvidas na atividade?	
Quais os recursos que vocês precisam? (Pense em pessoas, equipamentos, dinheiro)	
Como a atividade que está sendo realizada será comunicada aos outros?	
Quais os desafios ou obstáculos a serem superados para que a atividade seja bem-sucedida?	
Como vocês podem vencer esses desafios ou obstáculos?	

Para ser fotocopiada ou ampliada e colocar na parede.



DIAGRAMA DO CAMINHO PARA A MUDANÇA

ATIVIDADES

As coisas que faremos para gerar a mudança

Organize oficinas participativas de educação em direitos humanos com jovens sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Escreva blogs sobre as experiências dos jovens a respeito do acesso a informações de saúde sexual.

Crie um grupo no Facebook para compartilhar e debater sobre artigos relacionados ao gênero e aos direitos sexuais e reprodutivos.

Compartilhe imagens e links de artigos, campanhas e reflexões sobre direitos sexuais e reprodutivos nas mídias sociais.

Faça bottons para promover os direitos sexuais e reprodutivos no seu bairro.

Elabore peças de teatro sobre os direitos sexuais e reprodutivos para criar consciência e debater problemas.

Elabore e distribua folhetos e cartazes sobre como acessar os serviços de saúde sexual e reprodutiva na comunidade.

Organize um grupo de debate ou debata com amigos ou grupos maiores sobre os direitos sexuais e reprodutivos.

Organize uma projeção de filmes e debata sobre estereótipos de gênero ou outros temas relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos.

RESULTADOS

O que precisa acontecer para realizar a mudança

Os jovens estão falando sobre os direitos sexuais e reprodutivos com outros jovens. Eles debatem e questionam os estereótipos e preconceitos que limitam o acesso aos direitos próprios e dos outros.

Os jovens estão criando e acessando as mídias que podem consultar do jeito que eles gostam de fazer e estão compartilhando informações confiáveis sobre sexualidade e reprodução.

A MUDANÇA QUE QUEREMOS VER ACONTECER

OS JOVENS AUMENTARAM O CONHECIMENTO SOBRE SEUS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS.

PARABÉNS!



© Amnesty International

Você completou o módulo e tem o conhecimento e as habilidades necessárias para começar sua própria campanha.

Pode defender seus próprios direitos e juntar-se a outros para garantir que os jovens de todo o mundo possam ter acesso aos seus direitos sexuais e reprodutivos. Saiba como formar parte da campanha Meu Corpo Meus Direitos da Anistia Internacional e junte-se a milhares de pessoas para atingir um impacto global.

No Dia Internacional da Mulher, os ativistas e a artista grafiteira Evelyn Queiróz (Negahamburger) foram à Lapa, Rio de Janeiro, Brasil, para distribuir tatuagens temporárias para a campanha Meu Corpo Meus Direitos, março de 2014.

Index: ACT 35/001/2015 Janeiro 2015



NOTAS



FORMULÁRIO DE FEEDBACK

1. Informações do facilitador. Qual a sua ocupação?

Professor/educador Estudante/jovem Ativista Voluntário

Outro (especifique, por favor) _____

Você é homem mulher

2. Qual a sua localização?

Cidade/localidade _____ País _____

3. Você trabalhou com qual módulo?

- Módulo de facilitação
 Módulo 1: Pobreza e direitos humanos
 Módulo 2: A moradia é um direito humano
 Módulo 3: Os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos

4. Em qual contexto você usou o módulo?

Escola Grupo de jovens ou clube Outro (especifique, por favor) _____

5. Qual a faixa etária do grupo com o qual você usou o módulo?

11-13 anos 14-18 anos 19-24 anos

Outro (especifique, por favor) _____

6. Quantas pessoas aproximadamente participaram dos encontros? _____

7. Você pensa que o módulo foi útil para seu trabalho? (marque com um "x" ou circule a opção desejada) **1** (nada útil) – **5** (muito útil)

1 **2** **3** **4** **5**

8. Quais das seguintes palavras melhor descrevem sua opinião sobre o módulo? (marque até três opções)

- Relevante Envolvente Fácil de usar Adaptável
 Irrelevante Maçante Antiquado Complicado
 Inflexível Inovador



9. a) Do que você gostou mais no módulo?

- Conteúdo (temas)
- Estrutura (foi fácil de usar, de entender etc.)
- Metodologia (atividades, métodos, técnicas etc.)
- Outro _____

b) Por favor, explique por que você gostou do(s) aspecto(s) acima: _____

10. a) Você percebeu durante ou depois da oficina que os participantes:

- demonstraram um aumento de conhecimento sobre o conteúdo?
- participaram da campanha Meu Corpo Meus Direitos?
- mudaram seu comportamento?
- ficaram motivados para entrar em ação?

b) Justifique sua resposta: _____

11. Você usaria o módulo novamente com outros grupos? Sim Não

12. Tem alguma sugestão/ideia para melhorar o módulo? _____

13. Por favor, coloque a data e outros comentários que quiser adicionar: _____ / _____ / _____

Por favor, envie o formulário preenchido ao escritório local da Anistia Internacional ou envie uma cópia escaneada por e-mail a hreteam@amnesty.org.

Obrigad@!

RESPEITE OS MEUS DIREITOS, RESPEITE A MINHA DIGNIDADE

MÓDULO TRÊS — OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS SÃO DIREITOS HUMANOS

"As [atividades do módulo] me deram a consciência de que todos têm o direito de decidir sobre a própria vida e saúde sexual."

Hassan El Boukri, Marrocos

Em todo o mundo, a liberdade das pessoas de tomar decisões sobre sua própria saúde, corpo, sexualidade e vida reprodutiva está restringida ou controlada por outros. Muitos dos 1,8 bilhão de jovens do mundo inteiro não têm acesso aos seus direitos sexuais e reprodutivos. Este módulo ajuda os jovens a entenderem que todos nós temos o direito de tomar essas decisões. O objetivo é dar as ferramentas para que jovens possam defender e reivindicar seus direitos e tomar as próprias decisões sobre seu corpo e suas escolhas relacionadas a sexualidade, gênero e direitos humanos, sem medo de sofrer discriminação ou violência.

O módulo foi criado para ser usado por jovens e com jovens ativistas para apoiar seus pares no caminho da reflexão, análise crítica e ação individual e coletiva. Isso inclui ter o conhecimento e a habilidade para se envolver em conversas difíceis sobre temas que ainda são considerados tabus e defender os direitos sexuais e reprodutivos.

Simplesmente conversando entre si, jovens ganham a confiança necessária para mudar seu próprio comportamento e atitudes relacionadas à sexualidade e à reprodução e também das pessoas ao seu redor. Desse modo, podem construir uma comunidade de pessoas empoderadas e com a capacidade de defender os seus próprios direitos e também os de outros e outras.

Este é o terceiro módulo de uma série de recursos para a educação em direitos humanos voltados para jovens. Este módulo sobre direitos sexuais e reprodutivos dá continuidade ao projeto, desenvolvendo temas de direitos humanos universais introduzidos nos Módulos 1 e 2 e explora a forma como os direitos humanos impactam nos nossos corpos e nas decisões que tomamos sobre nossa sexualidade e vida reprodutiva.

amnesty.org

Index: ACT 35/001/2015

Janeiro 2015

AMNESTY
INTERNATIONAL

